

ANO 1960

N.º 21

REVISTA

— DO —

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

DO

ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1961

ANO 1960

N.º 21

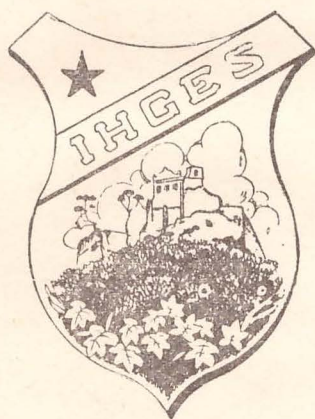
REVISTA

— DO —

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

DO

ESPÍRITO SANTO

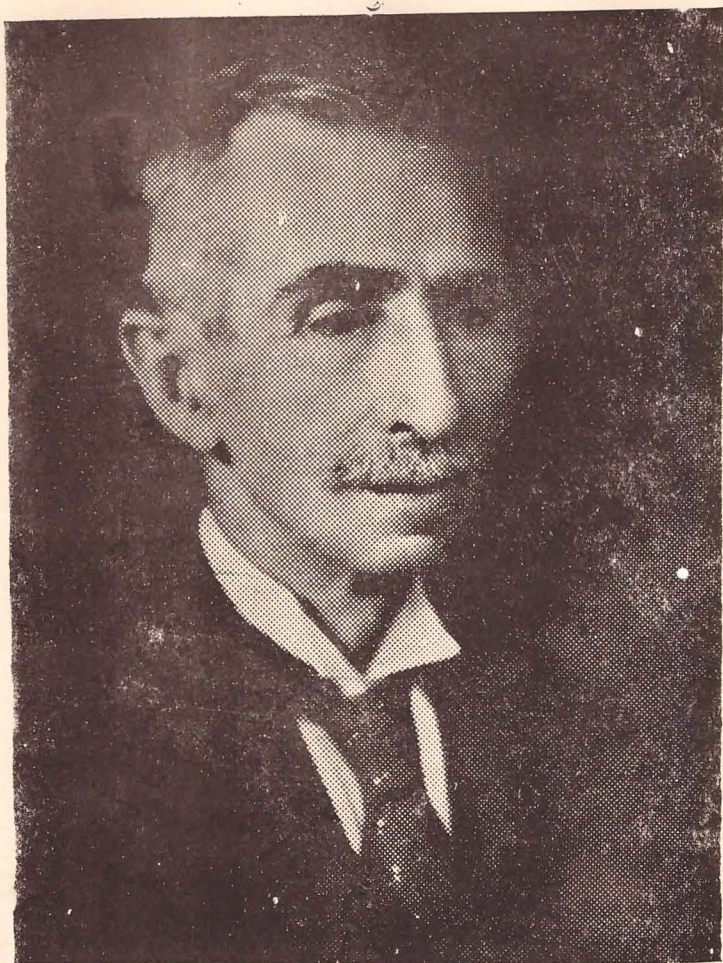


VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1961

A d v e r t ê n c i a

O presente número desta Revista registra, em suas páginas, as comemorações promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, ao ensejo da passagem do centenário de nascimento de um dos seus sócios fundadores, o eminente e saudoso espírito-santense, *Dr. ANTÔNIO FRANCISCO DE ATHAYDE.*

Pelo consagrado esforço que aquêle ilustre ex-Presidente do IHGES sempre dedicou às coisas, aos fatos e à gente de nossa terra, justa e louvável é esta homenagem.



Dr. Antônio Francisco de Athayde

Centenário do Dr. Antonio Francisco de Athayde

Notícia

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo prestou, no dia 22 de setembro de 1960, significativa homenagem à memória do Dr. Antônio Francisco de Athayde, engenheiro, professor, historiador e sociólogo de reais méritos e um dos fundadores deste sodalício. A solenidade teve por objetivo registrar a passagem do centenário de nascimento do ilustre espírito-santense.

Na sede do IHGES, sob a presidência do dr. Ceciliano Abel de Almeida, realizou-se, naquele dia, a sessão solene comemorativa. Presentes altas autoridades do Estado e do Município, membros da Família Athayde — especialmente convidados — professores, consócio do Instituto e numeroso grupo de amigos e admiradores de Antônio Athayde, o senhor Presidente, depois de ressaltar a justiça da homenagem àquele a quem tanto ficou a dever o Espírito Santo, pelo rol marcante de seus trabalhos e estudos, deu a palavra ao Professor Nelson Abel de Almeida — orador oficial da Casa — para proferir o discurso alusivo à efeméride e fazer o elogio do saudoso capixaba o que fez, sob aplausos dos presentes, com a eloquência e o ponderado espírito de historiador e crítico que o caracteriza.

Em seguida, com a palavra o Dr. Aníbal de Athayde Lima — ilustre neto do homenageado — e falando em nome da Família Athayde, pronuncia expressivo discurso, também vivamente aplaudido por todos os presentes.

Ambas essas orações vão transcritas adiante, em páginas desta Revista.

Encerrando a sessão, o senhor Presidente, após ressaltar, mais uma vez, o alto e inestimável valor do trabalho intelectual de Antônio Francisco de Athayde, focalizando os vários setores em que foi ele útil prestante à coletividade espírito-santense, agradece o comparecimento das autoridades, dos membros da Família Athayde, dos consócios e demais pessoas presentes à expressiva solenidade.

Antônio Francisco de Athayde

DISCURSO DO PROFESSOR NELSON ABEL DE ALMEIDA,
ORADOR OFICIAL DO INSTITUTO, NA SESSÃO SOLENE
DE 22 DE SETEMBRO DE 1960

“Não se pode bem avaliar a relevância dos serviços prestados por um homem, senão depois da sua morte”.

Este pensamento lapidar, um dia, há quinze anos passados, serviu-me para encerrar um discurso de elogio a um espírito-santense, dos mais eminentes.

Com este pensamento, admirável de sabedoria, estou iniciando esta modesta e desvaliosa oração que, em nome da “Casa de Domingos Martins”, devo proferir, rememorando a vida repleta de bons serviços à sua gléba, à sua gente e à sua Pátria, daquêlê que se chamou Antônio Francisco de Athayde.

E muitos hão de indagar, curiosos e ávidos — De quem é este pensamento? Quem o exprimiu?

Satisfazendo a curiosidade de tôda esta seléta assistência, responderei — de Antonio Francisco de Athayde, o capixaba ilustre, o espírito-santense eminente, cujo centenário de nascimento está, neste dia, sendo comemorado não só neste Sodalício, mas em tôda a terra de Maria Ortiz.

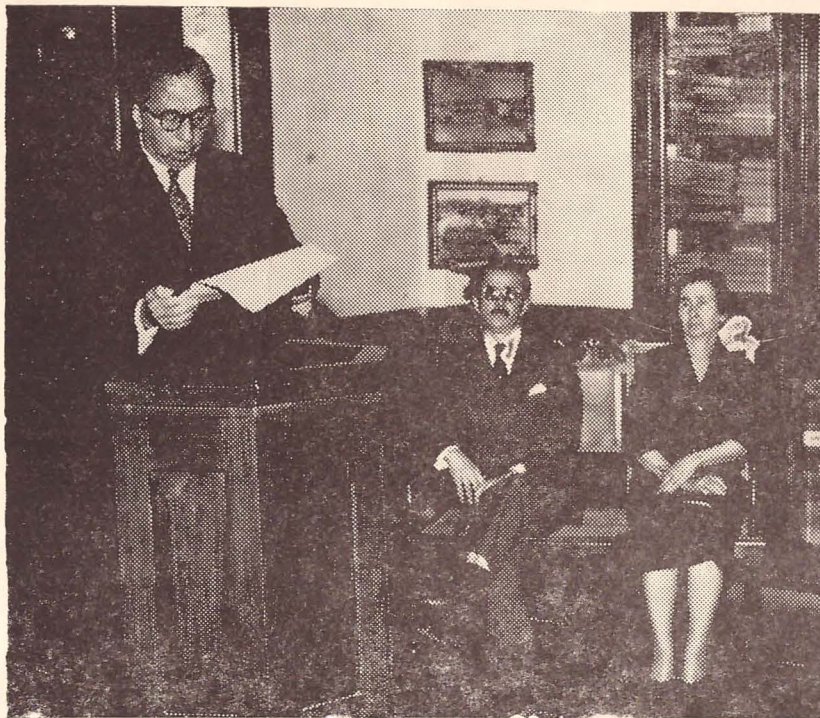
Há cem anos passados, naquele longínquo 22 de Setembro de 1860, nascia Antônio Francisco de Athayde, filho do comendador Antonio Francisco de Athayde e de D. Luiza Maria Siqueira de Athayde.

Passada a sua meninice e realizados os exames de madureza, ei-lo parte integrante do corpo discente da antiga Escola Politécnica de onde, em 2 de abril de 1884, saíria laureado engenheiro civil.

E, agora, vai-se iniciar a vida pública de Antônio Francisco de Athayde que chegaria aos sessenta e um anos de intenso labor, eis que o insigne capixaba só vê encerradas as suas atividades, quando o Senhor o chamou, ao seu seio, aos 15 de Fevereiro de 1945.

A vida pública de Antônio Athayde há de ser examinada, não apenas pela sua extensão horizontal mas, também, pela

Centenário de Antônio de Athayde



Fala sôbre a vida e a obra do ilustre espírito-santense, o D.
da, orador oficial do IHGES. Presentes vários membros
inclusive d. Augusta de Athayde Lima, filha de dr.
Athayde.

sua profundidade vertical, pela marca de que impregnou o seu tempo; a atividade que êle desenvolveu foi encontrar eco, em setores vários da comunidade espirito-santense; e em todos êles ficaram as marcas das suas pegadas e do seu trabalho diuturno.

O magistério, a engenharia, a história, a política, a administração seriam atividades suas, constantes, sempre a exigir-lhe a sua dedicação e o seu devotamento.

Professor, o Dr. Athayde, nos idos de 1884, ilustrou o corpo docente da Escola Normal "Pedro II", ministrando as aulas de Pedagogia. Aquêl tempo, no Brasil, não eram acessíveis, aos jovens, os compêndios dessa matéria. E o mestre, sempre amigo, sempre desejoso de cooperar para a cultura de sua gente, cuidadosamente, elaborava as apostilas, que guiarão as jovens estudantes de então.

E também lecionaria no Ateneu Provincial e no Colégio Nossa Senhora da Penha.

Como engenheiro, Antônio Athayde não foi um contemplativo, não se quedou a olhar a paisagem, não se contentou em admirar a vastidão da Pátria, nem se limitou a lamentar a falta de recursos técnicos e sanitários, peculiares à sua época. Também, não limitou as suas atividades ao Espírito Santo.

Com alma de pioneiro, engenheiro por vocação, por volta de 1908 ou 1909 arruma as malas, levanta acampamento, diz um "até breve" ao seu querido Espírito Santo, e larga-se, com a família, em demanda da Amazônia, ainda indevassável, para dirigir a Estrada de Ferro de Alcobaça à Praia da Rainha, às margens do misterioso rio Tocantins.

A sua ausência da terra natal não seria longa. Estava escrito que, na terra capixaba, teria de transcorrer a maior parte de sua utilíssima vida; a ela, à sua terra natal, seriam prestados os seus melhores serviços.

E 1910 o trouxe de volta, batido pelo impaludismo da paisagem longínqua, de saúde gravemente abalada. Agora, também estava escrito, não mais se ausentaria da terra de seus maiores e sua.

Mas, antes de se dirigir à Amazônia, exerceu Antônio Athayde a sua profissão, em nosso Estado.

Assim, em 1885, foi nomeado Inspetor Geral de Obras da Província; em 1887, quando da chefia do engenheiro Pantoja, Antônio Athayde, como engenheiro ajudante da Comissão de Terras e Colonização de Santa Leopoldina, prestou serviços nos núcleos Conde d'Eu e Senador Antônio Prado, serviços concluídos em 1889, quando o ilustre capixaba passou a desempenhar a chefia da referida Comissão.

Desejoso do progresso de sua Província, Antônio Athayde, homem culto e de visão, não demorou a sentir que o imigrante seria fator de aprimoramento, no Brasil. E 1888 assiste

à fundação do núcleo Acioli de Vasconcelos, como 1906 vai vê-lo fundar, em Baixo Guandu, o núcleo Afonso Pena.

Era a colonização racional, e com a colonização racional, a certeza de dias mais promissores, para a economia da terra moça.

Distante está o ano de 1895. Poucos, dêste ilustre auditório, o conheceram. E os que o conheceram, não mais se recordam dêle. E a Vitória de 1895? Como seria ela? Como seriam as suas ruas? Como seria a sua iluminação? o seu abastecimento de água? Como seriam os seus meios de transportes urbanos?

Poucos, aqui presentes, podem responder a essas perguntas. Todos são enamourados da Vitória atual, da Vitória Cidade-Présépio, que não é mais a Vitória de antanho, com as suas figuras populares, com as suas festas religiosas, sempre movimentadas, sempre agitadas, sempre belicosas.

E muitos sabem, por ouvir dizer, por ouvir contar, que na Vitória antiga, nos Pelâmes, existia um brejal e que um reguinho ia, da Fonte Grande até o mar. Mas tudo isso são cousas afastadas, distantes, desconhecidas de nós outros e, entretanto, essa outra Vitória foi contemporânea de Antônio Athayde que, naquele 1895, foi chefiar as obras de drenagem do brejal dos Pelâmes e canalizar as águas do reguinho, para o que usou os canos **União-Continua** (cimento armado), organizando ainda planta geral da sua cidade.

Ainda poderia referir, aqui, nesta pálida homenagem, a figura de Antônio Athayde, como homem público, como político. E muito haveria que falar.

Também, poder-se-ia encarar o Antônio Athayde, chefe de família exemplaríssimo.

Desnecessário, a meu ver, dêle falar sob êsse prisma. Ainda não faz tanto tempo do seu desaparecimento, e os seus filhos, os seus netos, os seus descendentes, enfim, aí estão, em nosso meio social, convivendo conosco, dignificando, honrando e enaltecendo, cada dia e cada hora, a memória do seu antepassado ilustre, eis que lhe seguem as pegadas, e pautam as suas vidas no exemplo que êle lhes deu.

Embora, rapidamente, tentarei bosquejar o Antônio Athayde historiador.

E abro o livro de atas do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. E êle registra:

“Aos doze dias do mes de Junho do ano de mil novecentos e dezesseis em uma das salas do edifício do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, cedida para a fundação e a séde provisória de uma associação destinada ao estudo da história nacional e da geografia, especialmente no que se referisse ao Estado do Espíri-

to Santo, reuniram-se além dos promotores da idéia — Drs. Antônio Francisco de Athayde, Carlos Xavier Paes Barreto e Farmaceutico Arquimimo Martins de Matos, os seguintes cavalheiros...”

Antônio Athayde foi o presidente dessa primeira e memorável reunião.

E, assim, iniciou o eminente capixaba a sua vida de trabalho e de amor, de fé e dedicação a esta Casa e à História e Geografia do Espírito Santo.

Estudioso, e acerrimo defensor da memória de Domingos Martins, publica, no primeiro volume da nossa Revista, substancioso trabalho, que subordinou ao título — CULTO PÚBLICO, — com os sub títulos — Sua preeminência nos destinos humanos; — A Glorificação de Domingos Martins, — defendendo, àquêl tempo, a necessidade das comemorações cívicas, e manifestando conceitos, sem dúvida, de atualidade.

E pontifica Antônio Athayde, em 12 de Junho de 1917:

“o regimen republicano baseando-se no profundo sentimento de fraternidade universal, não pode bem manifestar-se, sem um sistema de festas públicas, destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de tôdas as gerações, devendo cada Pátria instituir o culto próprio a essas festas, segundo a veneração que cada uma delas possa invocar, pelas relações especiais que ligam os seus destinos aos destinos de todos os povos”.

E mais adiante, refutando a opinião de Tollenare, expressa em NOTAS DOMINICAIS, lamenta Antônio Athayde que, ao estudar a nossa história, sirvam-se muitos de fontes suspeitas, e tem, então, palavras de repulsa, e candentes, que bem demonstram o seu estado d'alma, ao escrever, expondo idéias suas:

“é uma infelicidade para nós, que tratando-se de cousas nossas, tenhamos ainda de beber informações em fontes suspeitíssimas, e além disso, estrangeiras!... É admissível que n'aquêle tempo, o govêrno da tirania tivesse empenho em baralhar os fatos, para sequestrá-los da verdade histórica, desvirtuando assim o patriotismo da causa; mas, agora, não é justo que através de um século se escreva ainda na República as mesmas contradições desrespeitosas à memória dos mártires pernambucanos, que sagraram com o seu sangue o advento do regimen atual”.

Este trecho, do artigo referido, mostra-nos Antônio Ataíde, o historiador de raça, conclamando os seus conterrâneos,

conclamando a nós outros para irmos às fontes históricas, nacionais e autênticas, restabelecer a verdade sôbre o inconfundível movimento de 1817.

Teremos atendido á conclamação?

Verdadeiro professor de civismo, o venerando Dr. Athayde, em 7 de Setembro de 1921, ao receber o título de Presidente Honorário desta Casa, fala-nos do interêsse que o povo deve ter pela sua gleba, pela sua história, pela sua gente. E preleciona:

“povo sem interêsse pelo seu sagrado patrimônio; povo que não fundamenta as suas esperanças no pedestal de glórias do passado; povo, que não lhe acende n’alma, a saudade infinita por essa legião fecunda de obreiros beneméritos que desapareceu objetivamente, mas que continua guiando-nos subjetivamente, cuja língua em que falamos, é o maravilhoso instrumento, é o opulento legado, é o monumento incomparável de sua sabedoria; povo, indiferente a tudo isso, é um povo infeliz, que agoniza, que se degrada, que se dissolve pela incapacidade moral, pela ignorância e pela incapacidade de seus filhos!”

Teria Antônio Athayde pressentido os dias que, hoje, está o Brasil atravessando? Quem sabe lá.

— 000 —

Capixaba do mais puro quilate, capixaba quatrocentão, poderíamos dizer, orgulhoso e envaidecido da terra que o viu nascer, e que o agasalhou na serenidade daquele sono, de que não se acorda, Antônio Athayde publicou, no volume IX da Revista dêste Instituto, alentado estudo, verdadeira monografia, que intitulou — A semântica do vocábulo indígena — CAPICHABA.

E dedica, aos espírito-santenses, tão notável trabalho, com as seguintes e carinhosas palavras — “Lêde com patriotismo as desataviadas páginas desta Memória... e, orgulhai-vos, pois, de vos chamarem Capichabas”.

Em o estudo, ora referido, Antônio Athayde tudo investiga, e cita mestres, e debate o problema da grafia da palavra capichaba, quando escreve:

“incontestavelmente, o diagrama CH se pronuncia em alguns idiomas como se fôsse — X —; porém, para o nosso caso, a grafia Capichaba com CH, conforme já expusemos, é etimologicamente certa. É portanto errado, escrever Capichaba com X, como errado é pronunciar Anchieta de origem espanhola, dando ao grupo CH o valor sônico de K, que só é permitido nos vocábulos de origem grega. Conforme já ficou provado, o vocábulo

Centenário de Antônio de Athayde



Mesa que presidiu a sessão solene do IHG ES, nas comemorações do centenário de Antônio de Athayde

Capichaba, tem o valor semântico de lavoura de milho em plena floração. Foi o plantio consecutivo do milho pelos índios mansos, entre o forte de S. João e a ladeira Pernambuco na vila nova de Vitória, que apelidou esse bairro de Capichaba e, mais tarde transmitido êste nome aos próprios indígenas ali aldeados cognominou a tribo dos "Capichabas". Esse nome foi uma bandeira de combate, foi o orgulho dos nossos maiores. Foi do heroísmo desta destemerosa gente da vila de Vitória, resistindo à tirania dos primeiros invasores da ilha e posteriormente amparada pelos missionários, que se começaram a contar as glórias da nossa terra. Foi o marco inicial do nosso provincialismo, isto é, a manifestação do nosso regionalismo, o primeiro amor ao torrão natal".

— 000 —

Longe de mim a convicção, a certeza de ter prestado, a Antônio Francisco de Athayde homenagem à altura de seus méritos, à altura de sua pujança intelectual, à altura do muito que êle serviu ao Espírito Santo, do muito que êle fez pela sua gente, pela sua gleba, como **Capichaba** de escol.

E por tudo isso repito-lhe, uma vêz mais, o conceito lapidar, pleno de sabedoria: — "**não se pode bem avaliar a relevância dos serviços prestados por um homem, senão depois da sua morte**"

Discurso do Dr. Anníbal de Athayde Lima

“Comoveu-nos sobremaneira, Sr. Presidente e meus Srs., a nós da família de Antônio Francisco de Athayde, a homenagem que este ilustre sodalício vem de prestar à sua memória, ao ensejo do transcurso do centenário de seu nascimento.

Foi nosso Avô um dos fundadores desta Casa, já se disse aqui. Partilharam-lhe da idéia o Dr. Archimimo Matos, de há muito chamado à eternidade, e o Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto. E tanto na presidência, como fora dela, emprestou-lhe o calor de seu entusiasmo e o máximo que lhe permitiam suas energias. Disso dão testemunho os anais preciosos desta instituição.

Por sabermos, de perto, o quanto êle queria a esta Casa é que esta homenagem tocou fundo o nosso coração e nos faz reviver um passado não muito longínquo, em que êle, nosso Avô (permitam-me que recorde, com saudade e ternura), a mim me impunha e aos outros netos também, todos adolescentes ainda, a comparência às reuniões festivas dêste Instituto e a reverenciar a memória de seu inolvidável patrono — Domingos José Martins, que se projetou na história como o “grande apóstolo da liberdade e ardoroso chefe da Revolução (de 1817), cujos esforços supremos são ensinamentos cívicos que glorificam sua imperecível obra, precursora do 15 de Novembro...”

Seu amor ao torrão natal e às pesquisas de nossa história o afeiçoaram a este cenáculo, pois, aqui, no convívio fraternal de seus pares, êle encontrava o ambiente-próprio para o culto aos nossos Maiores e àquelas investigações e estudos que o atraíam e empolgavam. Diga-se a propósito que êsses estudos e investigações foram os ideais sublimes que o inspiraram e aos seus dois outros eminentes companheiros, fundadores dêste grêmio. E hoje, decorridos quase cinquenta anos de sua instalação, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo — viveiro admirável de patriotas e cultores insígnies de nossa história — prossegue fiel àqueles ideais, servindo a seu povo e pronto sempre, como queria Antônio Francisco de Athayde, “a zelar com carinho o que é nosso, defendendo com amor o patrimônio material, intelectual, social e moral do Estado, que é também o da Pátria, como unidade da federação brasileira”.

Centenário de Antônio de Athayde



Em nome da Família Athayde, agradece as homenagens, o ilustre descendente de Antônio Athayde, Dr. Annibal de Athayde Lima.

Sentenciou, uma vez, o conspícuo Muniz Freire — o jurista maior do Espírito Santo: “a criança que não sabe falar, chora; a dor que não sabe exprimir-se, geme; a ignorância que não ousa falar, curva-se; e o homem que não é capaz de balbuciar seus sentimentos, ajoelha-se e adora...”

É é nessa postura, Sr. Presidente, de respeito e veneração e extravasamento do que há de mais puro em nossos corações, que os descendentes de Antônio Francisco de Athayde aqui nos apresentamos para agradecer ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, senão que também a Vossa Excelência e ao primoroso orador desta Casa, Dr. Nelson Abel de Almeida, as carinhosas e comovedoras homenagens que acabam de tributar à memória dêsse nosso jamais esquecido e sempre saudoso antepassado.

Muito obrigado”.

As Santas Relíquias de Anchieta (*)

(Ao ensejo do Centenário de Antônio Athayde)

GUILHERME SANTOS NEVES

Se houve, entre nós, um denodado e indormido defensor e devoto de Anchieta, êsse foi o dr. Antônio Francisco de Athayde, cujo primeiro centenário, hoje, o Espírito Santo registra e comemora.

Vários foram os momentos, dentro de sua vida de trabalho e de estudo, em que o velho Athayde teve ensejo de pôr à prova, com destemor, êsse interêsse, êsse zêlo e fervor pelo nome, pelo espírito, pelo esforço, pelas relíquias do Santo do Brasil.

Um dêles (e não deve ter sido o primeiro) ocorreu na sessão de 9 de outubro de 1901 do Congresso Legislativo Estadual, ao ser pôsto em discussão o projeto n.º 2 que pretendia se mudasse o nome da cidade de **Anchieta** para o de **Benevente**. Seu pronunciamento contra essa “irreverência”, sua repulsa a êsse “sacrilégio”, seu combate a essa “profanação” exprimem bem a revolta que lhe fêz vibrar a grande alma cristã no invólucro tão pequeno e frágil do seu corpo. Leia o leitor — acaso interessado — a vibrante oração do então Deputado Athayde, transcrita no número 7 (março de 1934), da Revista do nosso Instituto Histórico e Geográfico (pgs. 164/168).

Outro momento em que se patenteou a preocupação anchietana, foi na diligência que Antônio Athayde fêz, no sentido de verificar o destino das “cinzas do padre José Anchieta” (Cfr. a mesma Revista, pgs. 175/183).

Antes de referirmos tópicos dêsse seu registro (escrito, aliás, a 4 de abril de 1924) — focalizemos as “demarches” de outro pesquisador, Xavier Marques. Nos seus “Ensaio” — Motivos sociais e históricos — (publicação da Academia Brasileira de Letras, Rio, 1944, 2.º volume, pgs. 133/148), Xavier Marques nos dá, através de suas pesquisas e andanças, um roteiro seguramente informativo para a tentativa de localizar os santos despojos do Padre Anchieta. Nas investigações a que procedeu, consultando fontes bibliográficas que

examinou e refere, e, também, formulando consultas a vários entendidos, Xavier Marques inclui a informação que lhe foi prestada, em 1913, pelo Dr. João Lordelo dos Santos Sousa, “ilustrado médico baiano, então Diretor do Serviço Sanitário” do Espírito Santo — relatada em minuciosa carta (transcrita a página 138/140). Através desse valioso documento, apura-se que, em agosto de 1913, o Dr. Lordelo mandou “proceder a uma pequena escavação”, onde se supunha haver “uma lápide em frente ao altar-mór” da Capela de São Tiago’ (hoje, Palácio do Governo), onde constava “ter sido inumado o padre José de Anchieta”. Com essa escavação foi descoberta a lápide (a mesma que hoje encima o túmulo do Apóstolo do Brasil), encontrando-se também “falsas costelas e outros ossos (vértebras, etc.) na sepultura sobre a qual estava a lápide, não sabendo-se se de fato pertencem a Anchieta”.

Antônio Athayde também nos dá informações sobre essa sepultura. Diz ele (pg. 180 da citada Revista): “Já o governo do Estado havia adquirido a Igreja de S. Tiago e iam se efetuar as obras de adaptação, para as repartições públicas, começando-se pelas escavações do solo. / Exercíamos, nós, o cargo de Diretor da Agricultura, Terras e Obras na administração do sr. cel. Marcondes, quando tivemos que assistir à retirada da pedra de Anchieta, com muita dificuldade devido ao seu grande peso, e naturalmente colocada ali, na intenção de ficar *ad perpetuam rei memoriam*. / Porém não se encontrou nenhum despojo dentro do túmulo. Estava completamente vazio”.

Temos aí duas informações que de perto nos interessam, colhidas ambas em terras capixabas, por dois vultos que aqui viveram: Dr. João Lordelo e Dr. Antônio Athayde. Acrescentando-se a elas o que, sobre o mesmo tema, escreveu o Dr. Arthur Lourenço de Araújo Primo, através do “Diário da Manhã”, de 26 de março de 1924 (**) referência no escrito de Antônio Athayde) e, cremos, é só o que, até hoje, por aqui se disse, depois de pesquisas locais, acerca do destino das relíquias de José de Anchieta. Relíquias que (após o sepultamento do Santo a 12 de junho de 1597) foram exumadas em 1611, levadas para o Colégio dos Jesuitas na Bahia nesse mesmo ano e, cento e cinquenta anos após, em 1760, remetidas, num “cofre de jacarandá com ferragem de prata”, para Lisboa, de onde não mais houve notícias (cfr. Xavier Marques, op. cit. pgs. 147/48).

Sabe-se que, em 1611, aqui ficou um fêmur de Anchieta, guardado numa caixa de prata depositada na então “Casa da Fazenda”. Sabe-se, também (por informação que Antônio Athayde repete) “que essa relíquia fôra retirada da citada tesouraria, sem nenhuma formalidade legal que justificasse

(**) Por seu valor informativo, o artigo do Dr. Artur Primo foi publicado na Revista deste Instituto n.º 7, ano 1934 pgs. 238/244.

semelhante atentado à nossa civilização!" — "Já não nos pertence infelizmente — deplorava o ilustre capixaba — esse precioso legado do passado!" E adiante: "É estranhável que se extraviasse uma relíquia de tanto valor histórico para o Espírito Santo, sempre guardada com o maior carinho pelos nossos maiores, sem proceder-se a um protesto ou a uma simples notificação do poder público da Província, sobre a sua retirada da tesouraria!".

Essa última alegação do eminente pesquisador da nossa História choca-se com o que afirmou o Dr. João Lordelo, que, em sua referida carta de 1913, (portanto já na República), asseverava ainda estar essa relíquia "na Tesouraria da Fazenda". (***)

Essa divergência, todavia, nada importa essencialmente. A dolorosa verdade (verdade velha de anos ou de séculos) é que, aqui em Vitória, em cujo solo se consumiu o grande coração do Santo do Brasil, já não mais existe dêle uma relíquia sequer.

Esse fato era um dos muitos que compungiam o coração de patriota e de cristão do velho e saudoso Antônio Athayde, a cuja memória rendemos aqui as nossas homenagens, ao ensejo do transcurso, hoje, do primeiro centenário do seu nascimento.

(***) Vale a pena a transcrição de tópicos da carta do Dr. João Lordelo: "Prazerosamente, após a leitura de sua prezada missiva, fui em busca do jazigo do padre Anchieta, de acôrdo com as informações que me deu. A capela de São Tiago, que fica junto ao palácio do govêrno, está sendo demolida, por ter sido desapropriada para a criação de um estabelecimento — Museu do Estado. Indagando, soube que havia uma lápide em frente ao altar-mór, onde constava ter sido inumado o padre José de Anchieta. Mandei proceder a uma pequena escavação. Sob os escombros da demolição, de fato, encontrei a referida lápide com os seguintes dizeres textuais: "Hic jacuit venerab. P. Josephus de Anchieta Soc. Brasiliae Apost. er noci orbis novus Thaumaturg. Obiit Reritiba die IX Jun. Ann. MDCXCVII". Não existe, porém, a sepultura do padre Gregório Serrão.

Pela inscrição, verifica-se que ali fôra sepultado o padre José de Anchieta visto dizer *jacuit*, e pelos documentos existentes na Biblioteca Pública do Estado constar que, efetivamente, os ossos foram, em 1611, trasladados para o Colégio dos Jesuitas na Bahia. No entanto, existe ainda um *fêmur* que esteve muito tempo guardado na Tesouraria da Fazenda e pertencente ao esqueleto do bem-aventurado extinto. Quanto ao segundo quesito, tenho a declarar a existência do fêmur, tendo eu também encontrado falsas costelas e outros ossos (vértebras, etc.) na sepultura sobre a qual estava a lápide, não sabendo se de fato pertencem a Anchieta. Não existem do-

cumentos que provem a existência dos despojos nesta cidade, tendo tido informações fidedignas, sobre o fêmur, de um respeitável serventário federal.

Tive ocasião de visitar a capela de Reritiba, hoje Anchieta, edificada pelo mesmo, e que ainda existe, bem como a cela. Fica no alto de um pequeno morro de onde se descortina o alto mar. Alguns objetos, como o breviário e a cadeira, estão, segundo soube, em poder de um prático de farmácia, Alvaro Rocha".

(Xavier Marques, op. cit. pgs. 138/139).

Viagem de Pedro II ao Espírito Santo

LEVY ROCHA

Ajuntarei às explicações do prefácio, alguns comentários de como nasceu a razão do livro.

Em Petrópolis, por frequentar, com assiduidade, a Biblioteca municipal, tornei-me amigo do seu diretor, um enamorado das belezas do nosso Espírito Santo, Sr. José Hoeptke Fróes. Prestando-me grande gentileza, êle induziu um alemão a traduzir, do livro do Barão de Tschudi: "Viagem à América do Sul", tôda a parte referente ao nosso Estado.

Eu pretendia, após adaptar a um português mais fluente, oferecer a tradução à Revista do Nosso Instituto Histórico, mas constatei que o que havia de mais precioso na narrativa, já fôra aproveitado, e transcrito, por Ernesto Wagemann, no seu livro: "A Colônia Alemã no Espírito Santo", traduzido por Reginaldo Santana e publicado pelo I.B.G.E., em 1949.

Por intermédio do mesmo Sr. Fróes, descobri, com alegria, que a edição francesa do livro do pintor François Biard: "Dois Anos no Brasil", traduzido por Mário Sette e integrado na Coleção "Brasiliiana", tinha belos desenhos, inspirados em temas capixabas.

Ainda em Petrópolis, outro amigo, o Sr. Marques dos Santos, aprazou-me o acesso aos arquivos do Museu Imperial, onde fui encontrar, emocionado, os inéditos, apontamentos manuscritos a lápis, em duas cadernetinhas de bolso, com desenhos, da autoria de Pedro II.

Mais uma circunstância feliz: êsses manuscritos, de difícil decifração, estavam sendo copiados, direi melhor: "traduzidos", pela Sra. Gastão Moniz Aragão e devo dizer que foi fundamental tal concurso, para que eu conseguisse as cópias dos citados manuscritos.

Eu tinha o propósito de escrever uma ou duas crônicas sobre o achado, mas ao examinar tão rico material, louvei a coincidência de, no mesmo ano de 1860, visitarem o nosso Estado o diplomata alemão, o pintor francês e o nosso Imperador.

Reconheço que, nessa questão de manusear papéis velhos, sou bem um neófito; na garimpagem, não tenho a estirpe de bandeirante, mas acontece que eu tropeçara, ao

acaso, com uma ganga rica; descobrir gemas preciosas; estava rico do assunto, e não poderia fugir à idéia de fazer o livro.

Procurei o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, tão alto no porte físico, quanto diplomata e afável: êle narrou-me o episódio que ouvira contar da sua avó, sobre a garrafa enterrada na Ilha do Almôço, em Juparanã e autorizou o Sr. Guilherme Auler a fornecer-me fotocópias de duas cartas que D. Pedro escrevêra daqui, de Vitória, para a Princesa Isabel.

De lápis em punho, procurei algumas pessoas e como se faz com as cartas enigmáticas dos almanaques, fui anotando as palavras "decifradas". Corri farmacêuticos, tabeliães, calígrafos, mas as cartas continuavam sem sentido.

Um esforçado cidadão, no desejo espontâneo de auxiliar, assestou o aro dos óculos bem ajustados, no nariz, focalizou as lentes, e leu: "Niterói, 27 de janeiro..." E note-se, não foi o único a cometer essa confusão, sobre a qual não pairavam dúvidas...

Lembrei-me da Sra. Moniz Aragão, a quem voltei, um tanto desesperançado. Ela, logo à primeira vista, sem a menor dificuldade, escorreitamente, ditou para mim, o conteúdo das duas missivas.

O Sr. José Frões sugeriu-me procurar, na Biblioteca da Marinha, no Rio, o Livro de Bordo do vapor APA, o que fôra fretado para levar S. Majestade Imperial às províncias do Norte. Tive a satisfação de ver, na mesa do diretor da citada Biblioteca, um recorte da revista "Singra", de uma crônica que escrevi, alusiva ao nosso herói "Caboclo Bernardo"; ganhei flâmulas da marinha; uma revista; alguns opúsculos; mas do que procurava, sai apenas com uma pista: o livro, se ainda existisse, estaria sepultado no Arquivo Nacional. Com efeito, os catálogos dêsse precioso acervo conferiam com a informação, mas as pilhas enormes de papéis, entulhados numa sala, escondidos por grossa camada de poeira, e a deficiência de funcionários para a pesquisa, aconselhavam-me a desistir.

Procurei ganhar coragem, muni-me de uns pacotes dos nossos afamados bom-bons "Garoto" e voltei ao Arquivo, disposto a seduzir os eficientes colaboradores daquela casa. A providência deu certo; após duas horas de reboleio, o livro foi encontrado! Mas, vitória vã; as páginas amarelecidas do documento registravam fatos destituídos de interesse ao caso.

Agora, falarei de uma vitória: informado da presença do Professor Eurípedes Queiroz do Valle no Rio, mesmo sem o conhecer, pessoalmente, tomei a liberdade de discar o telefone para o seu enderêço, provocando um encontro. O Desembargador, amabilíssimo, não só se dispôs a me ouvir, por tempo alongado, como, ainda, fez amplos oferecimentos, comprometendo-se a arranjar, aqui em Vitória, parte importante

da bibliografia que eu precisava. E cumpriu a promessa muito depressa, mandou-me até uma cópia datilografada de bela conferência pronunciada nesta capital, em 1949, pelo Prof. Jair Etienne Dessaune.

A essa comovedora ajuda eu deveria fazer referência, reconhecido, no prefácio do livro, como deveria também dizer que os desenhos dos finais de capítulos são da autoria do mestre Raul Pederneiras e que o livro é uma separata do volume 246, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A par dessas omissões de que me penitencio, há algumas, propositadas, por exemplo: a trabalhadeira infernal que encontrei ao alinhar essa colcha de retalhos de manuscritos inéditos, de excerpts de obras raras, recortes de jornais de manuseio dificultado; o esforço para conseguir micro-filmes, no que encontrei, dignos de louvôres, diligentes funcionários da biblioteca Nacional, do Instituto Histórico Brasileiro, do Real Gabinete Português de Leitura, do Museu Imperial, da Biblioteca Municipal, de Petrópolis, do Arquivo Nacional, da Biblioteca do Itamarati e mais bibliotecas de Barra Mansa, Vassouras e Valença.

Ressaltarei a colaboração de dois bons amigos, os Drs. Hélio Ataíde e Aloísio Ataíde, bem como a supervisão do reputado historiador Mário Freire, a cujos conhecimentos históricos devo algumas justas correções do original.

Longe da idéia de haver esgotado o assunto, resolvi oferecer cópia, obtida no Museu Imperial, dos diários de D. Pedro II, a mesma, tal qual datilografou a Sra. Gastão Moniz Aragão, sem emendas, acréscimos ou omissões, pretendendo propiciar a outros, direi, aos historiadores conterrâneos, facilidade de acesso ao material de consulta, esperando que se desincumbam melhor em idêntica tarefa à que empreendi.

Se não me faltou fôlego de sete-gatos para escarafunchar os papéis velhos, faleceram-me, reconheço, "o engenho e a arte", como diria o poeta lusitano.

“Viagem de Pedro II ao Espírito Santo”

MÁRIO FREIRE

Para quem tiver de escrever a respeito do Espírito Santo, província, será de referência necessária o excelente trabalho de Levi Rocha, na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, sobre a visita, em 1860, do Imperador, com a reprodução dos seus curiosos desenhos e observações.

Nomeado presidente em 1858 e mantido pelo Gabinete seguinte, o Dr. Pedro Leão Veloso devia saber da excursão, quando tomou posse, em 4 de fevereiro de 1859. Com 31 anos de idade, pôde desenvolver a atividade que notícia de tamanha relevância impunha na pequena província, de receita anual pouco superior a cento e vinte mil cruzeiros. Foi preciso enviar logo, para ela, do orçamento geral, um auxílio de dois mil cruzeiros, destinado a reparos, pintura e móveis, indispensáveis no chamado palácio do govêrno.

Não quis o autor analisar, ainda que resumidamente, os principais participantes dos fatos, como a figura do presidente. Deputado e conselheiro, a República surpreendeu-o senador vitalício desde 1878, pela Bahia, após haver presidido oito províncias. Entrevistado sobre a proclamação, repetiu palavras do chefe político Saraiva, também senador e conselheiro, cuja atitude, nos últimos tempos, em relação à monarquia, causara estranheza, e para quem o novo regime era fato consumado, que todos deviam adotar e lealmente servir, enquanto a imprensa defenderia a ordem e a liberdade. Leão Veloso acrescentou: — “causaria grande mal à Nação, tudo quanto pudesse incutir, no espírito público, a idéia de restauração”.

O visitante foi cêdo alertado, como diz e mostra o autor, quanto aos políticos da Província, especialmente do Itapemirim. Mesmo do operoso capitão de fragata Francisco Luiz da Gama Rosa, que viera instalar a Capitania do Pôrto, criada em 1856, e, com o pessoal e as verbas de que dispunha’ construira a respectiva sede e o cáis, disseram-lhe que só tratava de completar o tempo para a reforma... “Bom provedor da Misericórdia”, anotou, porém o Imperador adiante dessa informação, de volta da visita ao hospital. E, após ter apreciado o trabalho dêle na Capitania, deu-lhe melhor comissão, no Rio... Simples tenente, em 1839, no comando de uma canhoneira, combatera em Laguna; e, no ano seguinte, em lanchão, defendera S. José do Norte, contra

“separatistas”, de Bento Gonçalves. O derradeiro presidente provincial da Paraíba tinha o mesmo nome.

Os capixabas, talvez por saberem o Imperador alertado, pareceram-lhe acanhados, sem entusiasmo, nem curiosidade.

A Câmara de Vitória recebeu-o, com vistosos uniformes, sob a presidência de João Crisóstomo de Carvalho — “João do cáis, por ter feito pequeno cáis, português”. Comuns naquêl tempo, alcunhas como essa. Não foi anotado, infelizmente, onde funcionava a Assembléia em cujo salão houve o baile da Câmara.

Resistente, como fôra no Rio, a prática dos enterramentos em igrejas e cláustros, não deixaram de mostrar-lhe onde o “Barrinhos” (o presidente José Maurício Fernandes de Barros, organizador, na Província, da Guarda Nacional) e o vice-presidente Itapemirim (o barão) haviam dispendido quatorze contos, com um cemitério público, ainda inútil, mas que serviu depois, com outros de irmandades, até o comêço dêste século, tendo à frente dispendioso portão de pedra, inacabado, no alto de S. Francisco. Já funcionava lá o do Sacramento.

Qualquer velho capixaba subscreveria a nota relativa à tradicional Capelinha, da Ordem 3^o. do Carmo: — “a mais bonita que visitei”. No pequeno cemitério ao fundo, hoje em parte sob os trilhos do bonde da rua Coronel Monjardim (e não na igreja do Carmo), fôra sepultado o Dr. Olímpio Viriato Catão, o antecessor de Leão Veloso, lembrado na ponte de Santa Leopoldina: em estrada e na séde da Câmara do Itapemirim; a propósito de duas fontes, na Capital e em Santa Cruz; do chafariz de Viana; e até de uma enquête, entre fazendeiros, sôbre a carestia da vida. Viera de Ouro-Preto, por terra, com a incumbência de sugerir melhoramentos.

A data de 1696, atribuída à igreja do Carmo, pode ser contestada com velha fotografia na Exposição final do Dr. Jerônimo Monteiro, na qual é legível: 1591.

Uma suposta capela do Amparo seria a mesma de S. Gonçalo, a princípio de N. S. da Assunção e do Amparo. Guarda ainda o compromisso, de 1680, da irmandade de N. S. do Amparo, transferida da igreja dos jesuitas.

Por ser asmática, D. Tereza Cristina, teve de subir à Penha em custosa “cadeirinha”, que o guardião, frei João Nepomuceno Valadares lhe apresentou. “Frade esperto”, escreveu o Imperador, que, a 14 do mês seguinte, aniversário da Imperatriz, o agraciou. Haviam destruído lá, por não ter sido possível... dourá-lo, o primitivo nicho, de mármore rosa, do qual Pedro II remeteu alguns pedaços à Princesa Isabel.

Quando viu abandonado nas praias de Santa Cruz, o navio de ferro, do concessionário França Leite, recordou o desastroso fim da Transilvânia, assim como da projetada navegação do rio Doce; e consignou a explicação do modesto popeiro que o levava: o tempo gasto em cada uma das três viagens do navio;

e o custo do transporte das mercadorias, mais elevado do que em canoas.

Grande a paixão política afetava, parece, as próprias estatísticas da produção: o Espírito Santo via decrescer, anualmente, a do açúcar, enquanto a exportação do café caminhava para duzentas mil arrôbas. Leão Veloso atribuía o encarecimento da vida à “febre de plantar café”.

Não estivesse o Imperador tão alertado, e a visita, que lamentavelmente faltou, ao velho barão do Itapemirim, figura respeitável da política, na Província, tê-lo-ia feito admirar melhor o trabalho no sul espírito-santense, e apreciar devidamente o que se dizia de uma e outra cultura. Agraciado pelo mesmo imperante, o barão fôra, depois, objeto de uma carta particular de apressado presidente, que veiculara, contra êle, fatos incríveis, como traficante de africanos, fruto talvez do despeito pelo título, ainda raro, na Província. Em documento público de 1855, porém, outro presidente, Sebastião Machado Nunes referiu impedido, graças ao barão, um contrabando dêles, em busca da barra de Itapemirim.

Foi levado a visitar, de preferência, a colônia do Rio Novo, onde só teve que anotar o que, a propósito, lhe segredou o Dr. Cruz Jobim, senador pelo Espírito Santo desde 1851, trazido então para conhecer, tão somente, aquêllec trecho do sul. Era preciso alertar sempre o monarca, conforme o presidente ainda o fizera em Guarapari, quanto ao vigário de S. Mateus.

Encerrado o decênio da política dita de conciliação, ia suceder a época, que Pedro Calmon acentua, dos Grandes Panfletos, como o de Lancelpho Medrado “Os Corações e a Viagem do Imperador”. Extremados novamente os dois partidos, e mudada a situação, a imprensa de Vitória divulgava, em 17 de julho de 1864, uma relação de objetos desaparecidos do palácio depois dessa memorável visita.

As críticas sôbre a inutilidade dessa excursão, a Fala do Trono respondeu, em 3 de maio de 1861, sugerindo ao Parlamento melhorar o sistema administrativo das províncias; facilitar-lhes meios de comunicação; promover a vinda de braços uteis, e fundar escolas praticas de agricultura.

serviço encontrou o Comendador Leão Veloso ainda paído nervoso, sorridente, tremulo, lendo e relendo um despacho que acabara de sair.

— Pronto, excelência!

— Chame depressa o doutor Antônio Rodrigues de Souza

Prandão

O criado saiu rápido como um foguete. Momentos depois a porta do gabinete do Governador se abriu e entrava um tanto apressado e meio assustado o senhor Secretário da Província, que foi logo dizendo: —

— Vossa Excelência mandou me chamar com urgência! — Sim, senhor Secretário, respondeu o Dr. Pedro Leão

A visita Imperial a' Provincia do Esp. Santo (Conferência pronunciada na Prefeitura Municipal) a 31-5-1944,

Jair Etienne Dessaune

O dia 12 de setembro de 1859 amanhecera brilhante e ensolarado, dando uma feição risonha à capital da Província do Espírito Santo, que quedava monótona, pacata, roceira e quasi inérme, na placidez da vida provinciana que não tinha a quebrar-lhe o aspéto bucólico nenhum fáto de qualquer relêvo.

No velho e vetusto casarão que os jesuitas haviam construido, e que já era colégio no ano de 1654, estava a sede do Governo Provincial.

Ali, sentado em sua modestíssima cadeira de braços e encosto e assento de palhinhas, o Governador Comendador Doutor Pedro Leão Veloso, que havia se empossado a 5 de fevereiro perante a Câmara Municipal, cofiava e alisava os bigódes, em reflexões íntimas, quando um criado lhe apresenta em uma salva de prata a correspondência que acabava de chegar da Corte.

O fáto, embora sempre interessante, mas diuturno na vida da maior autoridade da Província, não passaria por certo de mais um áto comum na administração. Mas pousando a correspondência um pouco mais volumosa sôbre a mesa, e se retirando com uma reverência, o empregado foi logo depois chamado pelo tóque um tanto nervoso e até mais insistente da sineta de prata lavrada que ornava a mesa do Governador. O serviçal encontrou o Comendador Leão Veloso ainda pálido, nervoso, sorridente, tremulo, lendo e relendo um despacho que acabára de abrir.

— Pronto, excelência!

— Chame depressa o doutor Antônio Rodrigues de Souza Brandão.

O criado saíu rápido como um foguete.

Momentos depois a porta do gabinete do Governador se abria e entrava um tanto apressado e meio assustado o senhor Secretário da Província, que foi logo dizendo: —

— Vossa Excelência mandou me chamar com urgência!?

-- Sim, senhor Secretário, respondeu o dr. Pedro Leão

Veloso, já mais calmo, já mais refletido, e antegosando o efeito que aquela notícia estuporante causaria no seu “inteligente, honesto e leal” secretário. Acabo de receber do Ministério dos Negócios do Império este officio.

E lê pausadamente, observando de soslaio a fisionomia do prestimoso auxiliar de seu govêrno: —

“Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios do Império, em 5 de setembro de 1859. Ilm^o. e Exm^o. Snr.

Resolvendo S. M. O Imperador percorrer as Províncias do Norte até a da Paraíba inclusive, saindo da Côrte no dia 1^o. de outubro próximo futuro assim o comunico a V. Exa. para seu conhecimento e govêrno.

S. M. O Imperador acompanhado de S. M. a Imperatriz se dirigirá primeiramente à província da Bahia, em cuja capital ficará S. M. A Imperatriz, em quanto S. M. O Imperador visitará a cidade de Penedo, e a de Cachoeira de Paulo Afonso. Voltando S. M. O Imperador, seguirão S.S.M.M.I.I. à província de Pernambuco e daí até á Província da Paraíba.

Na volta para a côrte, S.S.M.M.I.I. farão a honra de visitar Maceió, Sergipe e essa Província.

É muito provável que visite as colônias e as povoações mais notáveis dessa província, e porque os seus habitantes podem querer fazer gastos extraordinários para solenizarem tão honrosa visita é meu dever prevenir a V. Exa. de que conquanto S.M. O Imperador aprecie devidamente tôdas estas demonstrações, será muito do Imperial Agrado, que os donativos com que desejarem concorrer para tal fim possam ser applicados a beneficio das localidades, que o Mesmo Augusto Senhor Visitar.

Deus Guarde a V. Exa.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.”

— : —

O Secretário da Provincia empalideu, tirou o lenço de linho branco do punho, enxugou o suor que brotava na testa, puxou uma cadeira, e sem mais cerimonia sentou-se, para não cair.

Aquella noticia era de estarrecer.

A pobre e pequenina provincia do Espirito Santo ia ter a imensa, a augusta, a excelsa honra de receber e hospedar por uns dias, S.S.M.M. Imperiaes!!!

Era de estontear e de fazer desmaiar a um pobre Secretario de Provincia.!

— : —

Passados os primeiros momentos, o zeloso e inteligente

secretário recobrou toda a sua personalidade. E com muita reflexão, levantou-se, apurou-se e numa **curvatura respeitosa** falou:

— V. Exa. me permite uma sugestão?

— Fale senhor Secretário, mas sente-se aqui ao meu lado, que precisamos estudar este assunto com muito carinho.

O doutor Souza Brandão sentou-se. E relendo o ofício vindo da Corte, fez o cálculo mental do tempo de que dispunha o Governo da Província para os preparativos, e concluiu que tudo era urgente, para ser providenciado.

— Si V. Exa. permite, mandarei chamar o doutor Chefe de Polícia e também o senhor Capitão dos Portos, para uma conferência preliminar.

— Mande, senhor Secretário, e que venham já, pois o assunto é urgente e relevante.

—o0o—

Pela rua Grande (mais tarde Santa Luzia e hoje José Marcelino), passa correndo um soldado da polícia provinciana, do Corpo de Polícia recentemente creado. Vai ligeiro como uma flexa, levando o recado do Governador, ao Chefe de Polícia e ao Capitão dos Portos.

— Pronto dr. Chefe de Polícia. O senhor doutor Secretário em nome do senhor Comendador Presidente da Província pede a V. Exa. que vá imediatamente ao Palácio, para uma conferência urgente, sobre um despacho da Corte.

— Vou imediatamente.

E o doutor Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim apanhou o chapéu alto, abotoou a sobrecasaca, e saiu apressadíssimo. Na entrada do Palácio, encontrou o Capitão de Fragata Luiz da Gama Rosa, Capitão dos Portos, que também chegava apressado.

— Boa tarde, comandante! Também apressado por aqui?

— Boa tarde, dr. Chefe de Polícia! Creio que o senhor foi chamado como eu, urgentemente, pelo Exmo. Snr. Governador da Província, pois, não!?

—o0o—

Entraram ambos e foram ao salão onde os aguardavam impacientes, o Governador e o Secretário, depois de lida a correspondência restante.

Postos a corrente da extraordinária nova, sentaram-se para deliberar, ficando assentado que em primeiro lugar se mandaria um ofício a todas as Câmaras Municipais, comunicando a feliz e auspiciosa nova, com uma cópia do ofício que tantas alegrias já estava causando, e logo em seguida se fizesse também pública a alviçareira notícia, por meio de edi-

tais e avisos nos logares mais públicos da Capital. Depois seriam convocadas as pessoas de mais destaque para uma reunião onde se deliberasse o programa de festas a serem realizadas, as providências a serem tomadas, os melhoramentos da cidade, o aparelhamento do Palácio para receber as Augustos e Reais Hóspedes.

Foi um reboição sem precedentes em tôdas as repartições e em todos os lugares, aquela noticia que a todos deixava basbaques e estuporados. Os officios foram expedidos, e copiados no mesmo dia, e no mesmo momento remetidos. Os avisos e editais colocados em tôda a parte, e o povo se ajuntava para comentar feliz e radiante, o acontecimento sem precedentes na história provinciana.

—oOo—

O presidente da Câmara Municipal de Vitória estava comodamente sentado em sua cadeira de balanço cochilando um pouco, na varanda, após o jantar. Eram 3,40 da tarde, quando chegou uma praça vinda do Palácio, conduzindo um officio.

— Vossa excelência me dá licença! bradou alto o soldado metido em sua farda parda, em uma continência empertigada.

O senhor João Crisostomo de Carvalho derpertou meio sobresaltado, colheu o officio que o soldado apresentava com a mão esquerda e mandou-o embora com um gesto. Recostando-se de novo, abriu a sobrecarta e leu:—

“N.º 60 — Palácio, 12 de setembro de 1859. Do aviso incluso, por cópia, verão Vmces. que S.M. O Imperador, havendo tomado a resolução de visitar as provincias do Norte até a da Paraíba, inclusive, em seu regresso acompanhado de S.M. A Imperatriz, fará a honra de visitar a esta.

É uma noticia, para ser recebida com imenso prazer por povos, que experimentando praticamente as vantagens da monarchia consagram cordial respeito ao principio e para seus venturosos soberanos nutrem sincero, e profundo amor, e não menor veneração, como saõ os desta provincia.

Essa municipalidade, pois como órgão de seus concidadãos, faça, entre elles, contar tão boa nova por todos os meios de publicidade de que puder dispôr.

Será de muito agrado de S.S.M.M. vêr que essa Câmara, zelosa dos interesses de seu município, lhe promove benefícios, cuidando principalmente da conservação e melhoramento de suas estradas: cumpre por tanto que Vmces convocando seus habitantes façam-lhes efetivo o dever que têm de trazerem limpas e melhoradas as que atravessam pelos respectivos terrenos.

Deus Guarde a Vmces.

Pedro Leão Veloso.

Aos Srs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal desta Capital.

—o0o—

Mal acabara a leitura dos dois documentos, dando expansão explosiva á alegria que lhe ia n'alma, o Presidente da Câmara da Capital levantou-se aos saltos, gesticulando, desordenado, como se tivesse tido um acesso de loucura, e gritando:—

— Mulher! Oh! Mulher! Oh! de casa! O IMPERADOR! O IMPERADOR! O IMPERADOR!

—o0o—

Quando à noite, já extenuados e excitadíssimos por tantas e tão violentas emoções, aquelas autoridades foram repousar, não puderam porém fazê-lo. Cada qual pensava na responsabilidade tremenda que pezava sôbre seus hombros, na parte que lhes competiria no preparo da recepção dos Reais Hóspedes.

E na cabeça de cada um, passava uma sugestão, que se alinhava nas dificuldades da realização:—

- Um cais para o desembarque dos Imperadores.
- O calçamento do cais e da praça em frente ao Palácio.
- A pintura e o aparelhamento do Palácio.
- Um Te-Deum pomposo e magnifico, na Capela Nacional.
- A formatura de todos os batalhões da Guarda Nacional.
- O preparo das estradas e vias de comunicação, para a passagem do Imperador.
- O protocolo e o programa a serem observados.

Uma avalanche de cousas que fazia ferver a cabeça do presidente da Provincia, do Secretário desta, do Presidente da Câmara de Vitória, do Comandante Geral da Guarda Nacional, do Chefe de Polícia, do Capitão dos Portos.

Todos passaram a noite quasi em claro, em nervoso e ansioso estudo do que poderiam fazer.

—o0o—

A partir desse dia, pelo espaço de quatro meses e quatorze dias, Vitória passou a viver exclusivamente para a Visita Imperial. Na capital acanhada e estreita da provincia de minguados recursos que arrecadara menos que o ordenado mensal de um diretor de banco no correr deste ano de 1944, fizeram-se prodigios e milagres para demonstrar o amor, a

dedicação, o respeito e a veneração aos augustos hóspedes. Não bastaram as importâncias enviadas pelo govêrno da Corte, para os preparativos. Não chegaram os esforços das Câmaras Municipais. Os particulares, zelosos do bom nome da terra, afrouxaram os cordeis de suas bolsas e subscreveram de acôrdo com suas posses, outros até rêgiamente, o dinheiro que podiam, para maior brilho da recepção. Dentre os subscretores sobresaem entretanto o Coronel João Nepomuceno Gomes Bitencourt comandante superior da Guarda Nacional; o Comendador Reynaldo, o major Mateus Cunha e o Barão de Itapemirim, que entregam em dinheiro de contado, a vultosíssima importância de 5:500\$000 cada um, num total de 22:000\$000, ou seja quasi a terça parte da receita da Provincia!!!

—o0o—

O presidente Leão Veloso se desdobrava em providências, nomeando comissões, reunindo os representantes do commercio, determinando o calçamento de estradas, officiando para as Câmaras Municipais e aos homens de qualidade, pedindo empenhado auxilio para condigna recepção dos Imperantes, e dando prêssa aos trabalhos.

De todos os cidadãos de Vitória, o mais atarefado, o mais preocupado, o mais solícito, o mais diligente e incansável é por certo o presidente da Câmara Municipal — João Crysostomo de Carvalho.

E para aumentar-lhe as preocupações e canseiras, eis que lhe chega ás mãos mais um officio, com estas ordens:—

“N.º 45 — Palácio da Presidência, em 14 de novembro de 1859.

Sendø de costume, que a cargo das Municipalidades fique o **Te-Deum** de recepção nas visitas imperiaes, convem que Vmces expeçam suas ordens, a fim de que, na Capela Nacional, se celebre a de ação de graças pela viagem de S.S.M. M.I.I. a esta cidade; para o que ficam autorizados a despende, pelas sobras existentes em seu cofre, a quantia necessária guardada a indispensável economia.

Deus Guarde a Vmces.

Pedro Leão Veloso.

Aos Srs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal desta Capital”.

O presidente da Câmara põe a mão aos cabelos, quasi desesperado, e exclama:—

— Como é que vou me arranjar, meu Deus!

Mas conversando com o Secretário da Provincia, o dr. Souza Brandão lembra:—

— O professor Baltazar tirará V. Exa. dessa dificuldade.

— E' bem lembrado, Senhor Secretário. Que Deus o abençoê por esta feliz idéia. Vou me entender com êle e a cousa se resolverá.

—ooo—

Recebendo o officio pelo qual ficou encarregado de organizar o Te-Deum da chegada de S.S.M.M.I.I. o professor Baltazar Antônio dos Reis, professor de música, se desdobrou em providências. Convocou os músicos da capital e redondezas. Reuniu-os em sua casa na ladeira que hoje tem o seu nome, e começou rigorosos ensaios.

Não era apenas uma orquestra coral. Ele organizou a orquestra e banda de música. Aquela para o Te-Deum e esta para as outras oportunidades.

Mas o diligente professor notou que alguns músicos a despeito da bôa vontade demonstrada e apesar do empenho de todos em recepcionar pela melhor forma os Monarcas, ora faltavam aos ensaios noturnos, ora se apresentavam invencivelmente cansados.

Naquella noite então, o ensaio se tornára um fracasso. O músico Manoel Ribeiro Pinto Espindula não conseguira fazer com a costumeira segurança, o sólo de flauta no momento preciso. Era um homem feito, considerado, e todos sentiam que êle estava verdadeiramente esgotado.

Suspendendo o ensaio já dezenas de vezes recomeçando, o professor inquiriu:—

— O senhor anda doente, senhor Espindula? Há dias que noto que apesar de sua bôa vontade, está perdendo o desembaraço no sólo de flauta, em que sempre foi perito.

— E' verdade senhor professor. Não estou doente, mas estou morto de cansaço. Como sabe, sou sargento da Guarda Nacional, e estamos fazendo exercícios dobrados, pela madrugada e á noite, para a parada no dia da chegada de Suas Magestades. E como o tempo mal chega para os exercícios, o trabalho, os ensaios da orquestra, e as marchas noturnas, não tenho tempo para dormir...

O professor tomou uma resolução rápida e atalhou:—

— Quem mais aqui é da Guarda Nacional?

Levantaram-se mais de três músicos.

No dia seguinte o Presidente da Câmara Municipal de Vitória recebia o seguinte officio:—

“Ilmo.º Sr. Tendo recebido o officio de V. S. com data de 31 do

mês findo no qual me convida para o **Te-Deum** que deve celebrar-se por ocasião da feliz viagem de S.S.M.M. a esta cidade, tenho a ponderar a V. S. que para melhor desempenho do áto que acaba essa illustre Câmara de incumbir-me, mistér se faz que os músicos Francisco Pinto de Siqueira, José Pedro Goulart, João Batista Grijó e Manoel Ribeiro Pinto Espindula, sejam desde já dispensados do serviço da Guarda Nacional, e mesmo durante o tempo que estiverem aqui os Augustos Visitantes, a fim de que melhor possam êles instruirem-se e prestarem-se com mais desembaraço não só no côro, como mesmo em qualquer um outro áto de regosijo público

Deus Guarde a V. S.

Cidade de Vitória, 11 de janeiro de 1860.

As. Baltazar Antônio dos Reis, professor de Música desta Cidade”.

Ilmo.º Sr. João Crisostomo de Carvalho.

M.D. Presidente da Câmara Municipal desta Cidade.

—o0o—

Era preciso preparar um cais para o desembarque de Suas Magestades, pois o Cais das Colunas, o melhor, era impréstável, feio, inadequado. O doutor Leão Veloso depois de ouvir os entendidos, deliberou a construção de uma ampla ponte de madeira naquele cais, devidamente preparada para tão importante ocasião. Ficou encarregado da obra, o inspector da Tesouraria João Manoel da Fonseca e Silva, que se dobrou em diligências e cuidados. A ponte terminava em uma escada, tinha de cada lado um pavilhão de construção leve, porém artistica.

—o0o—

Na praça do cais, na ladeira que dá acêso ao Palácio e na praça que lhe fica fronteira, escravos traziam pedras apanhadas em tôda a parte, enquanto que os mais peritos, dirigidos por mestres calceteiros, faziam a transformação do local que em pouco tempo se apresentava completamente calçado.

Naquella noite o doutor Secretário da Província quasi não pudêra dormir. Manhã cêdo, já estava no gabinete, esperando ansioso o Comendador doutor Pedro Leão Veloso.

— Bom dia senhor Governador.

— Bom dia senhor Secretário. Pelo que vejo há novidades! Já tão cêdo aqui no gabinete!

— É verdade Excelência! Quasi não dormi esta noite. Lendo os despachos da Côrte, fazendo uma observação sobre a comitiva de Suas Magestades Imperiais, cheguei a um resultado embaraçoso. Não temos no Palácio, commodos suficientes para hospedar, mesmo mal, a Côrte Imperial!

— Não é possível, doutor Souza Brandão! O Palácio pôde não ter mobiliario de luxo e suficiente, mas é um dos maiores que conheço.

— Não o nego a V. Exa., mas a comitiva é numerosa e é gente de trato. Precisamos de muitos commodos, Excelência! Suas Magestades Imperiais, Sua Excelência o Senhor Ministro do Império, Suas Excelências os Semanários do Imperador, Suas Excelências as Damas de Companhia de Sua Magestade Dona Teresa Cristina Maria, aias, criadagem... Só pessoas de alta qualidade, são mais de quinze, e que precisam de aposentos separados...

— E que sugere o senhor Secretário? perguntou já aflito o dr. Leão Veloso.

— E' justamente o que me embaraça, Excelência. A noite inteira pensei no caso e só encontrei uma solução, um caminho — mudar a Repartição dos Correios do Palácio, para no seu lugar acomodar a comitiva.

— MUDAR a Administração dos Correios, redarguiu surpreso e atônito o Governador. — Para onde, senhor Secretário, para onde?!

— Já pensei nisso também, excelência! O sobrado do senhor Barroso está vasio. E' amplo. Aqui pertinho do Palácio, o que permitiria uma mudança fácil e rápida. O aluguel será de 20\$000 por mês. E logo que termine a visita, voltará tudo ao primitivo lugar.

O dr. Veloso não era homem que demorasse para tomar uma resolução. Refletiu um pouco e determinou:

— Senhor Secretário. Officie ao Ministro comunicando que deliberarei a mudança da Administração dos Correios e peça aprovação para o ato. Mas para não se perder tempo, officie determinando que se vá preparando a mudança dos Correios, para termos tempo de preparar os commodos.

—o0o—

E antes do Natal, recebia o Presidente da Província o seguinte officio:—

“Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios do Império, em 7 de dezembro de 1859.

Ilm.º e Exm.º Sr.

Ficando aprovada a deliberação que V. Exa. tomou para proporcionar melhores acomodações a S.M.O Imperador por ocasião de sua visita a essa Província, de mandar desocupar a parte do Palácio do Governo em que se achava a Administração do Correio, removendo temporariamente aquela Repartição para uma casa alugada por 20\$000 mensais:— Assim o comunico a V. Exa. em solução ao seu officio n.º 53 de 26 de novembro findo; recomendando-lhe que logo cessem os motivos dessa mudança, volte a Repartição do Correio ao seu antigo lugar.

Deus Guarde a V. Exa.

Angelo Moniz da Silva Ferraz”.

—o0o—

E antes de expirar o ano de 1859, já os Correios haviam mudado de casa, e as salas se transformavam em amplos aposentos para a Imperial comitiva.

—o0o—

A cidade fervilhava em preparativos.

Vitória vivia sob o rumor gritante dos clarins e fanfarras de guerra em ensaios estafantes. A Guarda-Nacional em exercícios sôbre exercícios, marchas e contra-marchas. As senhoras da alta sociedade, no preparo de vestidos e roupas e no apuro das regras de etiqueta, no estudo das atitudes a serem tomadas desde a hora do desembarque até ao beija-mão.

Ricos e pobres, escravos e libertos, todos exultavam e trabalhavam. Estes faziam velas de sêbo, aqueles fabricavam-nas de espermacete e outros ingredientes. Alguns ajuntavam cacos de garrafas e vidros, para o preparo de lamparinas. Tôda gente queria pôr luminárias em suas casas.

Encomendaram-se ricas e fádicas colchas para serem colocadas ás sacadas e janelas. Limparam-se as ruas, caíram-se as casas, pintaram-se todos os portais.

Para aviso da população e das autoridades, foi mandado colocar uma girandola no Monte Moreno, outra na Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra (que mais tarde ficou conhecida por Piratininga), e uma terceira na Fortaleza de São João. Seria o sinal convencionado da aproximação da esquadilha imperial.

—o0o—

Eram 8 e pouco da manhã, dia de sol luminoso e quente como são os do mês de janeiro de ainda hoje, quando o vi-

gia postado no alto do monte Moreno divisou no horizonte as silhuetas das embarcações que formavam a esquadilha imperial. Depois de verificar bem que não se enganava, acendeu a escorva da girandola, e subiu aos ares o foguetório anunciando convencionalmente o acontecimento.

Alvorçado e trêmulo, nem bem ouvira o espoucar do primeiro foguete, já o vigia da Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, de facho em punho também cumpria a sua missão, fazendo subir nos ares a sua girandola festiva e alegre.

Na velha Fortaleza de São João por seu turno o soldado de plantão corria afobado e estuante de alegria até ao estopim de sua girandola e anunciava bem alto, com os foguetes a espoucar por cima do Penedo, que aquela visita esperada por quatro longos meses que se escoaram como que por encanto, estava se iniciando.

—o0o—

E o cronista da época registrou na correspondência ao Jornal do Comércio do Rio de Janeiro:—

“... ergueu-se o pavilhão Nacional no torreão do paço imperial, e por dez minutos repicavam os sinos da Capela Nacional, acompanhados de tôdas as igrejas da cidade:— tudo pôz-se em movimento: a Vitória despertou de seu continuado letargo e em todos os semblantes divisava-se ansioso esperar pela hora do desembarque”.

No mesmo jornal, outro cronista registra mais acentuadamente.

“No dia 26, às 8 e ½ horas da manhã, o som de uma girandola anunciou da fortaleza de São João a esta cidade que a esquadilha imperial demandava o nosso porto. Este sinal anunciador da próxima chegada dos nossos Augustos Soberanos foi como uma faísca elétrica que se comunicou rapidamente por toda a parte.

“A cidade animou-se. O povo corria em ondas para os cais e lugares próximos áquele em que Suas Magestades deviam desembarcar. Repicaram todos os sinos, e milhares de foguetes subiram ao ar. Estavamos em um dia de festa”.

—o0o—

Vitória jamais assistira a um espetáculo tão grande, tão espontâneo, tão imenso de alegria, entusiasmo e expansões jubilosas!

Em suas residências e lugares onde se haviam hospedado as delegações das Câmaras Municipais do interior, era uma azafama sem limites. Toda gente dava os últimos retoques nos seus trajes, para a grande solenidade do desembarque.

Lá fora na barra, subia uma fumaça muito grande, e ouvia-se o rumor surdo do troar dos canhões, salvando os régios visitantes.

Daí a pouco surgem os navios da esquadilha.

Na frente, o APA, da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, e que vinha comandado pelo Capitão de Mar e Guerra — Francisco Pereira Pinto, tendo como oficiais o Capitão da Fragata José Secundino Gommensoro, Capitães-tenentes João Carlos Tavares e Francisco Edwiges Brício e 1.º cirurgião dr. Propício Pedroso Barreto de Albuquerque.

No mesmo navio, como comandante da esquadilha, vinha o senhor Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa (que depois foi Barão de Tamandaré), e que se fazia acompanhar de seu Secretário 1.º-Tenente Antônio Marcelino da Ponte Ribeiro e de seu ajudante de ordens 1.º Tenente Manoel Carneiro da Rocha.

Em seguida vinham “de conserva” a fragata a vapor AMAZONAS, comandada pelo Capitão-Tenente Teotônio Raimundo de Britto; a corveta a vapor PARAENSE, sob o comando do Capitão-tenente Delfim Carlos de Carvalho; a canhoneira a vapor BELMONTE, sob o comando do primeiro-tenente Antônio Carlos de Mariz e Barros.

Era um espetáculo surpreendente de beleza. a entrada de tão luzidia esquadilha, que nem bem começou a apontar na entrada da barra, e mal soava o último tiro em Piratininga, já era saudada pelas baterias da velha Fortaleza de São João.

Os enferrujados canhões que ali estiveram inertes muitos anos, luziam pelos cuidados da soldadesca, e vomitavam os 21 tiros das salvas do estilo, enchendo o espaço de fumaça branca, e ensurdecendo os pacatos moradores da ilha, que pulavam de contentamento ao ouvir a artilharia estrondando e ribombando em ecos roucos em frente ao Penedo.

Nas barrancas, em toda a orla da baía, o povo apinhado do gesticlava e gritava freneticamente, enquanto que a esquadilha entrava serenamente e ia fudear em frente ao Palácio.

Não havia o APA acabado de fundear, e já dele se aproximava um escaler conduzindo o Presidente da Província, o Secretário, o Capitão dos Portos, e mais duas ou três autoridades. Daí a alguns momentos voltava o dr. Souza Brandão ainda trêmulo e pálido de emoção, de ter tido a honra de beijar as augustas mãos do Imperador, e anunciava que o desembarque estava marcado para o meio dia.

—o0c—

Parecia que a população não almoçara.

Mas é que todos iam e vinham tão rapidamente do repasto ligeiro e voltavam aos seus lugares, que as ruas nunca deixaram de ficar apinhadas de gente.

Um quarto para meio dia o presidente Leão Veloso voltou de bordo.

O velho cáis das Colunas parecia um formigueiro humano. A ladeira fronteira do palácio, e o largo onde ela termina, bem como as ruas adjacentes, mal cabem o povo que se comprime ansioso e sofrego.

A Guarda-Nacional, impecável no seu uniforme e na linha militar de seus soldados, forma uma ala compacta desde o cáis até á Capela Nacional.

Bandas de música com o instrumental reluzindo ao sol. No palanque da esquerda, vê-se a Exma. Senhora do Senhor Presidente da Provincia, acompanhada das damas da mais alta linhagem provinciana. Vestem-se com elegância, em custosos trajes de gala, e abanam seus leques rendados, para mitigar o calor escaldante.

Tôdas as ruas, e notadamente aquelas onde vão andar e pizar os Imperantes, estão alcatifadas, tapetadas de folhagem, folhas aromaticas, e flôres em profusão.

Das janelas e sacadas, regorgitantes de senhoras e senhoritas, pendem custosíssimas, vistosas e extraordinárias colchas e adamascados.

No palanque da direita, o Presidente da Provincia, a Câmara Municipal nas pessoas de todos os seus membros, o deputado da Provincia doutor Pereira Pinto, o Comandante Superior da Guarda-Nacional na Capital, o Comandante Superior da Guarda Nacional na Comarca de Itapemirim, o Comendador Gomes Bitencourt, o Arcipreste e muitos sacerdotes, além de outras destacadas figuras de enumeração fastidiosa.

Naquele ambiente de galas e trajes de cerimônia, destaca-se a Câmara Municipal que se apresenta trajando pela primeira vez, imponentíssima e solene, na forma do aviso do Império de 15 de abril de 1841, — “casaca e calça de sêda, e capas abandadas de sêda branca bordada”.

O sino da Capela Nacional bate doze badaladas compassadas, annunciando Meio-Dia. Soam igualmente os sinos de S. Gonçalo, Misericórdia, Santa Luzia, São Francisco, Carmo, Rosário, Conceição e da Matriz.

E com aquela pontualidade real que tanto o caracterizava, D. Pedro II acompanhado da Imperatriz e comitiva, embarcou na galeota, para o desembarque.

Mal a multidão notou que a embarcação desatracava, prorrompeu em vivas frenéticos a Suas Magestades.

A galeota atraca ao cais.

As bandas de música rompem numa só voz, os vibrantes acordes do Hino Nacional.

O doutor Pedro Leão Veloso que descera até o último degrau da escada, recebe como primeiro magistrado da Provincia, protocolarmente e soleníssimo, o Imperador que salta.

No alto, a Câmara Municipal incorporada, segura o

pálio, e recebe Sua Magestade, conduzindo-a debaixo dele até ao palanque da direita.

Seguindo seu imperial esposo salta também Sua Magestade Dona Teresa Cristina Maria. Recebe-a a Exma. Esposa do Governador da Província, que também descera até o último degrau da escada, e no alto as demais damas da mais alta representação social capichaba, conduzindo-a para o palanque da esquerda.

Há então a cerimônia do ósculo ao crucifixo, por S. Magestade o Imperador, diante do Arcipreste. Ouvem-se os últimos acordes do Hino Nacional, e palmas estrugem no ar, fazendo-se logo profundo silêncio. O senhor João Crisostomo de Carvalho, muito pálido e muito trêmulo faz uma breve alocução e na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vitória, numa profunda reverência, oferece a Sua Magestade a Chave da Cidade, que o Imperador se digna receber.

Ainda cumprindo o protocolo, o Presidente da Câmara ergue com voz forte, vivas à Suas Magestades, e que são respondidos pela tropa e pelo povo, em delirante entusiasmo.

O cortejo se movimenta então.

Debaixo do pálio vão Suas Magestades, seguidas de toda a real comitiva, e das pessoas de projeção a quem foi dada essa honra.

A Guarda Nacional apresenta armas em continência. As bandas de música tocam. O povo bate palmas e ovaciona os reais visitantes.

Um delírio sem precedentes.

O capichaba está a rebentar de emoção e alegrias.

—000—

E ainda uma vez o cronista da época registrou: —

“No topo da ladeira havia um elegante arco, mandado levantar pelo comércio; tinha duas frentes, uma para o mar e outra para o paço, nas quais havia inscrito: — **A Suas Magestades Imperiais**; — abaixo figuras alegóricas representando o comércio terrestre e marítimo, e na base a seguinte inscrição — **O Comércio Agradecido**. O interior formava uma abóbada, pintada de azul-celeste, na qual se engastavam estrelas douradas; ao lado havia duas varandas, onde se achavam meninas trajando branco, e que lançaram flôres por sobre Suas Magestades quando passaram; á entrada da abóbada se achava colocado um menino simulando um indígena, que recitou uma pequena felicitação em verso”.

Essa obra que á noite se apresentava iluminada em profusão e multicôr, teve a dirigí-la o comerciante José Francisco Ribeiro, o negociante português José Gonçalves d'Araujo Viana e o vice-consul da Nação Portuguêsa Vicente José Gonçalves de Souza.

O cortejo parou na Capela Nacional.

A velha igreja de San Tiago, geminada ao antigo colégio dos jesuitas se apresentava imponentíssima de ornamentos para tão extraordinária cerimônia.

Ainda nas crônicas da época encontramos o registro numa síntese esplêndida: — “Suas Magestades sentaram-se debaixo de um rico docel, e aí assistiram ao **Te-Deum** mandado cantar pela Câmara Municipal”.

E outro cronista anotou: “Por ocasião do **Te-Deum** orou o padre Antunes de Siqueira, vigário de Santa Cruz; ao sermão pode-se aplicar o PAUCUM SED BENE PREPARATUM; foi breve, mas agradou”.

Nas notas de outro noticiarista da época, encontramos assim o fato: —

“Orou o vigário de Santa Cruz, padre Francisco Antunes de Siqueira. O discurso foi conciso, porém brilhante e eloquente. Agradou a todos pela sublimidade de seus pensamentos, elegância e colorido de seu estilo”.

—000—

Da Capela Nacional Suas Magestades foram para o Palácio — o paço — como se dizia então. E dali, das sacadas do histórico ex-colégio dos jesuitas, assistiram ao desfile da Guarda Nacional.

Foi um espetáculo que jamais a cidade havia assistido. O Comandante Superior, Coronel do Exército da 2.^a linha José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, à frente da luzidia tropa, calculada entre 800 a 1.000 homens, apresentava-se imponente e soleníssimo em seu uniforme de gala, orgulhoso da disciplina, da desenvoltura, do aprumo de seus comandados. Acompanhava-o o major reformado Antônio Leitão da Silva, instrutor do 1.^o batalhão da Guarda Nacional.

E as fanfarras militares deitam sons estridulos e vibrantes no espaço, enquanto os tambores que por tantos meses se exercitaram para a grande solenidade, rufam ensurdecedoramente, dando ares mais festivos ao passeio militar.

D. Pedro II sorridente aprecia o desfile, e nota o aprumo da tropa. Troca mesmo comentários elogiosos com o Ministro do Império, com o Presidente da Província e determina que se elogie em ordem do dia aquela força militar, pelo asseio e a ordem com que se apresentou naquele dia.

—000—

Havia terminado o desfile.

O povo continuava acotovelado e espremido fazendo apertadíssimo cêrco ao paço imperial, ovacionando sem cessar Suas Magestades, enquanto permaneceram nas sacadas. Num

gesto amplo de agradecimento, os imperantes se recolhem para o salão de honra.

Ia começar o beija-mão.

As ante-salas regorgitam de gente de pról, de nobres e qualificados, e todos, homens e senhoras, sentem o coração oprimido por violentas emoções!

Quanto tremer de pernas, quanto de respirações ofegantes, de pensamentos turbilhonantes naquela sala! Quanto provinciano que jamais sonhára vêr de perto os Imperadores, ia ter naquele momento a ventura imensa de beijar-lhes as mãos e vê-los bem de pertinho!

E a solenidade se inicia, pausadamente, solene, protocolar, respeitosa e extraordinária, para a grandeza do Império e para a glória do Brasil, em sua modestíssima e muito pobre província do Espírito Santo.

Desfilam tôdas as comissões e as embaixadas especiais.

São Mateus enviou numa longa e terrível viagem, os drs. João dos Santos Sarayba e Francisco Gonçalves Meireles Bastos, que juntamente com o dr. João dos Santos Neves, em Vitória, representariam a cidade e a sua Câmara Municipal.

A vila do Espírito Santo envia o Major Antônio Leitão da Silva, o Capitão José Pinto Coutinho Rangel e o tenente Pedro Antônio de Andrade.

Guarapará por seu turno envia o Capitão José Marcelino Pereira de Vasconcélos, o Capitão Joaquim Ramalhetes Maia e o Capitão Domingos Lourenço Vianna.

Nova Almeida nomêa o Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, o Cap. Joaquim Jerônimo Barão, o Cap. José Marcelino Pereira de Vasconcélos, o Cap. de Fragata Luiz da Gama Rosa e o Desembargador Carlos Ferreira de Souza Fernandes para representá-la.

Itapemirim está representada pelo doutor Antônio Pereira Pinto, Cel. João Nepomuceno Gomes Bitencourt, Arcipreste João Felipe Pinheiro, Cel. Dionísio Alvaro Rosendo, vigário Miéceslau Ferreira Lopes Vanzeller e Cap. de Fragata Francisco Luiz da Gama Rosa.

Santa-Cruz nomêa sua comissão composta do Comendador José Francisco d'Andrade e Almeida Monjardim, dr. Antônio Joaquim Rodrigues e dr. José Marcelino Pereira de Vasconcélos.

Tôda a província se fizêra representar por luzidias comissões.

—000—

Depois do beija-mão, ligeiro repouso para os visitantes. Às 4 horas da tarde, o jantar.

E o cronista registrou ainda: — “Tiveram a honra de ser convidados para a mesa imperial o sr. Presidente da Pro-

víncia, o comandante da Guarda de Honra, Capitão Tito, e um cadete que fazia parte da mesma Guarda”.

—000—

Por volta das cinco horas da tarde, os inúmeros populares que montavam infatigável guarda ao palácio, numa vigília verdadeiramente impressionante, tiveram sua atenção despertada para um fato incomum.

Surgiu um piquete de cavalaria da Guarda Nacional, solene e empertigado em seu uniforme e postou-se ao lado do paço, esperando ordens.

Um número regular de cavalos dos melhores da cidade, aguardavam, bem ajaezados, os respectivos cavaleiros.

Eram pouco mais de cinco horas quando pela entrada lateral a guarda brada armas, forma o pelotão de sentinela, e desce S.M. o Imperador, acompanhado do Ministro do Império, seus semanários, o Presidente da Província e o deputado Pereira Pinto.

O Imperador montou.

Montaram os demais da comitiva.

E enquanto Sua Magestade cavalgava um pouco à frente, tendo à direita o Senhor Ministro do Império, tinha à sua esquerda o Presidente Leão Veloso.

Atrás, o resto do séquito, que tinha a fechá-lo o piquete de Guardas-Nacionais.

Descem a ladeira fronteira ao Palácio, enveredam pela rua do Pôrto dos Padres, atravessam a ponte do Campinho rumando para o Hospital da Misericórdia.

—000—

No portão de entrada, estão o Provedor, os membros mais proeminentes da Irmandade, e o médico daquele hospital — o dr. Fernandes.

Na intensa alegria que se lê em tôdas as faces, se vê também a satisfação com que os presentes verificam que Sua Magestade tudo inspeciona com muito cuidado e detalhe.

Enquanto o monarca percorre as enfermarias, a sala da administração, a botica, a sala de operações, e outras dependências, vai perguntando: —

— Em quanto orça a receita anual do hospital, senhor Provedor?

— Durante o último ano compromissal, isto é, no ano passado, a receita foi de Rs. 9:271\$750, Magestade.

— E a despesa?

— A despesa, Magestade, foi de Rs. 6:805\$749, respondeu rápido o Provedor, consultando breves notas que nervosamente tirára do bolso. E assim, houve um saldo de 2:466\$001.

— Está bem. Está bem, diz o Imperador. Vou deixar para esta Casa, cujo asseio e ordem me impressionaram muito bem, um donativo de 3:000\$000.

— O provedor, Capitão de Fragata Gama Rosa, ajoelha-se e beija a mão de D. Pedro II, num comovido agradecimento.

—000—

Vinda do Hospital da Misericórdia, a comitiva se dirige para o Convento de São Francisco. De longe a sentinela da Companhia de Pedestres ali aquartelada provisoriamente, de longa data porém, deu o brado de armas.

Foi uma balbúrdia enorme no modestíssimo quartel. Aquêlê punhado de homens que jamais havia sonhado ir à Côrte, e que conhecia O Imperador e mais alto comandante apenas pelas gravuras e pelas notícias que lhes davam os oficiais nas horas de instrução, estavam todos trêmulos de emoção e de alegria.

O corneteiro sempre exímio nos seus tóques de reunir e formatura, sentiu que o sôpro lhe tremia quando saíram os primeiros sons de alerta militar. Mas num esforço mesmo e enorme, conseguiu corrigir a emoção, e então as notas do clarim soaram entusiasmadas e sonoras como jamais soaram em sua vida.

O corneteiro exultava de contentamento!

Tocar o alerta e à continência para S.S. O Imperador!

Suprema ventura para um pobre corneteiro de uma companhia de pedestres da pequenina província!

—000—

D. Pedro entrou depois de receber os cumprimentos dos religiosos do Convento, e as continências da pequenina tropa aquartelada, que se apresentava digna de ser vista.

Percorreu demoradamente o velho convento.

Tôdas as dependências foram visitadas, e S. Magestade procurou conhecer as inscrições ali existentes, tendo mesmo copiado algumas.

Chegaram por último à sala onde lhe informaram teria sido a biblioteca.

— E os livros, reverendo, onde se encontram? indagou Dom Pedro.

— Frei João Nepomuceno Valadares baixou os olhos e respondeu: — Levaram todos, Magestade!

— Quem?

— Quem bem os quiz, meu Imperador, murmurou cabisbaixo o guardião.

D. Pedro II franziu o sobrecenho e se retirou calado. Não ficára satisfeito com aquela informação.

O luzidíio grupo imperial montou novamente, em direção ao Convento do Carmo, que dali se avistava na elevação vizinha.

A pequenina tropa da Companhia de Polícia estava ainda mais reduzida no seu efetivo e era comandada pelo alfêres Bernardino de Souza Magalhães.

Vestidos no seu melhor uniforme, o azul, apertados no correiaime brilhante pelo polimento, as patronas bem afiveladas, de gravatas e polainas, todos apresentavam um aspecto solene e empertigado.

O Imperador visitou primeiro o Convento. A impressão foi má, como fôra má a que lhe deixára o de São Francisco.

O estado de ruínas do convento, a desordem em tudo que encontrou, o desleixo geral, para uma comunidade que em suas fazendas arrecadava aí por volta de 20:000\$000 por ano, era cousa de causar péssima impressão.

Mas entrando no modesto quartel, o Imperador que tudo inspecionava com cuidado, teve alguma satisfação.

As paredes caídas, as camas arrumadas, tudo disposto com o maior cuidado e asseio, na melhor ordem.

— É este o efetivo de sua Companhia? perguntou D. Pedro ao alfêres-comandante, que se enrijára numa continência, logo desfeita a um gesto do Imperador.

— Pela Lei Provincial n.º 25 de 24 de Julho de 1858 esta Companhia completa tem um comandante, um primeiro sargento, um furriel, 2 cabos, um corneteiro, e 30 praças, Magestade.

— Mas só vejo 15 praças e um cabo...

— Saberá Vossa Magestade que temos destacados 4 soldados em São Mateus, 3 na Serra, 2 em Piúma e 3 em Benevente, estando 1 cabo e um soldado em Diligência na Côrte. O corneteiro está de plantão. Dois soldados estão em serviço no Paço.

Dom Pedro sorriu da precisão da resposta, e arrematou a conversa encerrando a visita: —

— Não é bôa a colocação das tarimbas destas praças. Seria conveniente uma colocação melhor para maior arejamento. Além disso, elas devem ser substituídas por camas de ferro, para melhor agasalho dos soldados.

O alfêres comandante não perdeu uma palavra da observação imperial. E no seu relatório, em 30 de abril daquele mesmo ano, consignava as expressões do real visitante.

—————000—————

Ao anoitecer, Vitória parecia um presépio de fadas, deslumbrante de luzes e adornos. João Teixeira Maia, que desde fevereiro de 1817 contratára a iluminação pública com azeite de mamona, não deixára nem um só dos 40 lampeões de seu contrato por acender.

Estavam iluminados pela própria iluminação de que eram dotados, além da extraordinária em virtude dos festejos, o Palácio do Governador, a Tesouraria, a Cadeia, a Alfândega, o Quartel da Companhia Provisória e a Capitania dos Portos.

Mas se isso acontecia quanto aos edifícios e iluminação pública, o certo é que o regosijo popular sobrepujava de maneira sem precedentes na iluminação, à oficial.

E nas crônicas da época, ficou assim registrado o acontecimento: —

“Tem havido iluminação geral, e fora algumas parciais como a do arco do comércio, dos militares defronte do Quartel da Companhia Fixa, e dos artistas no largo do Cais Grande, e duas bandas de música militares têm percorrido as ruas entoando vivas”.

Percorremos tôda a cidade, e não vimos uma só casa, por mais humilde que fôsse, que não estivesse iluminada!”

“A cidade, informava em carta particular um cronista anônimo ao “Jornal do Comércio”, cumpre dizê-lo, não tinha uma casa, ainda a da mais obscura aparência, que não estivesse iluminada. Era um modesto e espontâneo sinal de contentamento que todos queriam patentear ao seu monarca”.

—000—

Vitória mal havia acordado depois daquele dia festivo e aquela noite miraculosa da chegada dos reais visitantes, pois eram ainda 6 da manhã, quando os moradores foram surpreendidos, desde as cercanias do Palácio, pelo tropel de uma cavalaria que caminhava célere pelas ruas.

D. Pedro II estava a passeio, com reduzido séquito, e, se dirigia para a Fortaleza de São João.

Passou pela estrada da Capichaba, e chegou ao velho Forte. O Presidente Leão Veloso, preocupado com o espetáculo pouco agradável dos conventos de São Francisco e Carmo, chegou seu cavalo para mais perto do Secretário da Província, e perguntou: —

— Tem certeza que a Fortaleza está em ordem?

— Tenho, Excelência. Não fazem poucos dias, pelo officio n.º 9, mandou-se pagar férias dos trabalhos praticados nesta Fortaleza, no valor de 63\$680.

O Presidente da Província suspirou aliviado.

Saltaram.

O Alféres João Manoel da Cunha, comandante da Fortaleza, recebe O Imperial visitante visivelmente perturbado e emocionado. A guarnição é reduzidíssima, de uma meia dúzia de homens, todos da Guarda Nacional, soldados de infantaria transformados em praças de artilharia.

D. Pedro entra no edifício que está todo caído de novo

e limpo como um vidro polido. Impressiona ao monarca o cuidado em que trazem a velha praça de guerra.

Desce ao paíól de pólvora. Entra no pequeno túnel, que vai até bem dentro do morro onde está assente a fortaleza. Descem mais ainda ao alojamento das praças no rez do chão. Volve o olhar para o tôpo do morro, onde divisa a bateria ali colocada e devidamente guarnecida. Admira as paredes muito grossas, pergunta sôbre sua solidez, conhece da sua construção de pedras, cal e argamassa com azeite de peixe. Pergunta sôbre o funcionamento da artilharia no momento das salvas, à sua chegada, e sabendo da perfeita regularidade e normalidade dos tiros, não deixa de externar sua satisfação por êsse fato, porque, relata então, não foram pequenos os desastres havidos no norte, pelo mau estado da artilharia, e pela falta de prática no manejo dela, por soldados não especializados.

Desce mais ainda, e vai examinar o portão de acesso, na flôr d'água, voltado para a baía, onde vê a inscrição — Reed. 1848.

Alí chama sua atenção um monte enorme de correntes muito grossas, colocadas a um canto.

— Para que servem estas correntes, comandante?

— Como sabe V. Magestade, os navios de madeira e à vela eram muito frágeis. Por isso, em tempos idos se fechava o nosso porto contra as incursões do inimigo, prendendo a outra extremidade destas correntes naqueles argolões de ferro que V. Magestade pode divisar alí no Penedo, encravados na rocha.

D. Pedro tirou o binóculo, e olhou o ponto indicado, podendo assim vêr melhor os enormes argolões. Depois tomou algumas notas no seu caderninho, e passou a inspecionar os canhões. Um por um, cada canhão foi examinado, e as velhas bocas de fogo se apresentavam brunidas, reluzindo ao sol, em suas ameias, tendo em cada uma, junto á escórva, um soldado perfilado, de morrão acêso.

Perto da guarita do vigia, montando guarda à sua peça, o guarda-nacional Manoel Albino do Nascimento impressiona ao monarca pelo aprumo pessoal, e pela vivacidade do olhar. O Imperador examina-o mais detidamente, de alto à baixo, desde os borzeguins até o penacho, e o militar fica arrepiado de emoção, ao sentir o olhar de Sua Magestade naquela inspecção rigorosa.

O Imperador examina ainda os livros, a escrituração, o balanço da pólvora existente. E sai satisfeito.

A comitiva faz na volta uma pequena parada na fonte da Capichaba. D. Pedro II não deixaria um só lugar sem a sua visita de inspecção. E na fonte que tanto dessedentou aos nos-

sos avós. S. Magestade saltou, sorveu rápido e brasileirfssimamente um góle dagua na concha da mão, com aquela encantadora simplicidade que o tornára já aquêlo tempo, o monarca mais querido e endeusado pelos seus felizes vassalos.

—000—

E com notas dignas de registro que a exiguidade deste trabalho não comporta, o historiador encontrará, si percorrer as poeirentas e raras notas deste acontecimento, passagens aqui e ali, da visita imperial, que se detalhou em minúcias pela Alfândega, na Cadeia, na Casa da Câmara, na Capitania do Porto, na Repartição do Assistente do Ajudante General do Exército, no Quartel da Companhia Fixa, na Enfermaria Militar, a diversas aulas de instrução primária e a tôdas as igrejas da cidade.

—000—

Da visita imperial á Tesouraria Geral, guardam os arquivos da Bibliotéca Nacional, êste interessante episódio, que um cronista em carta particular registrou: —

“Na tesouraria-geral foram-lhe apresentadas duas caixas, sendo uma de prata, contendo parte dos ossos dos veneráveis Anchieta e Nóbrega, que se guardam como relíquias. É sabido que o jesuita Anchieta, falecera a 9 de junho de 1597, na aldeia de Iiritiba, hoje vila de Benevente, onde logrou ter aldeado para cima de 4.000 indios. Êstes, depois de seu passamento, o carregaram em esquife para o colégio dos mesmos jesuitas na Vitória; aí foi Anchieta sepultado na capela-mór, do convento; porém mais tarde seus despojos se trasladaram para a Bahia, e então consta que ficára no Espírito Santo um fragmento dêles, que é o que existe **naquela caixa de prata**. Esta é a lenda, não há porém um escrito, nenhum vestígio sequer por onde se possa conhecer a exatidão dêste fato: — de Nóbrega ainda mais obscura é a mesma lenda; o que é certo, porém, é que êsses ossos não se guardariam com tanto cuidado se não pertencesse a sujeito ilustre, e que êles não mereceriam tanta veneração, achando-se os da caixa de páu já diminuidos, pelas partículas que se tem tirado como objéto dignos de devoção, se não formassem parte do esqueleto de algum **varão** eminente pelas suas virtudes. Ao Instituto Histórico cabe tomar conta dessas santas relíquias, que por um contraste indefinível se acham guardadas na Casa Forte da Tesouraria de Vitória”.

—000—

O jantar de Suas Magestades Imperiais naquele dia 27 de janeiro de 1860, realizado ás 4 horas da tarde, não foi pro-

tocolar nem solene. Mas da simplicidade do repasto régio tiveram a honra de tomar parte, além dos semanários de Suas Magestades, “o Ministro do Império, o Presidente da Provincia e sua Senhora, o dr. Pereira Pinto, o Barão de Itapemirim, coronel João Nepomuceno Gomes Bitencourt, Comendador Monjardim, dr. Lima e Castro, Secretário do Govêrno, Chefe de Polícia e os officiaes da Guarda de Honra.

O Imperador que não fazia visita de recreio, dirigia a todos a palavra. animando o jantar com diálogos e perguntas, sempre desejoso de conhecer de tudo para melhor governar.

— Já tem o resultado da arrecadação do ano passado? inqueriu, voltando-se para o dr. Leão Veloso.

— Sim, Magestade! Há pouco dias a Tesouraria me communicava que a receita em 1859 atingira a 75:241\$190. Dirigindo-se ao Secretário da Provincia, o monarca perguntou: —

— Não me levaram a nenhuma bibliothéca! Não possui a provincia uma, ainda que modesta.

— O doutor Souza Brandão mal pôde engolir o bocado que havia posto á boca, pois atento ás perguntas do Imperador, não se lembrára mais que estava jantando. E vermelho e encabulado, informou com aquella segurança que tanto impressionava ao Presidente Leão Veloso: —

— O dr. João dos Santos Neves é o encarregado da Instrução na provincia. Em 18 de agôsto do ano passado foi baixada uma resolução pondo ao seu cargo a Bibliothéca Pública. Em 11 de janeiro corrente, em relatório ao senhor Presidente, S.S. informava que já possui um catálogo, dos diversos livros, sendo éstes em número de 803, e faltando apenas a sua colocação completa em estantes. Esperamos abrir em breve a bibliothéca novamente ao público.

Dom Pedro sorriu satisfeito com a informação, e continuou a crivar os convivas de perguntas esclarecedoras.

—000—

Constava do programa das visitas de Suas Magestades, uma romaria ao Convento da Penha, no dia 28. Nêsse dia às 6 horas da manhã o cais já regorgitava de povo que madrugára para assistir ao embarque dos Soberanos para a visinha e tradicional Vila-Velha.

O vapor PIRAJÁ se apresentava engalanado e bonito, e nêle, além de Suas Magestades, embarcaram os da comitiva real, o Presidente e o Secretário da Provincia.

O cronista registrou assim o passeio: —

“No desembarque foi Sua Magestade recebido pela Câmara Municipal, pelos officiaes da Guarda Nacional de Artilharia, que se achavam em grande uniforme, subdelegado, juiz de paz, professor, e por muitos cidadãos bem como por um grupo de meninas trajando branco, e que eram guiadas por um caricato de selvagem de nossas matas”.

“Além de algumas pessoas que acompanhavam o vapor, outras já esperavam a Sua Magestade para subirem com ela a fatigante ladeira que precede ao Convento. Entre estas pessoas estavam o Comendador Monjardim, deputado Pereira Pinto, dois filhos do Exmo. Sr. Barão de Itapemirim, Dr. Mello, Dr. Lima e Castro, dr. Clímaco, Dr. Lourenço, Dr. Rodrigues, Tenente-coronel Sarmento, Coronel João Gomes, Capitão José Marcelino, Padre-mestre Salles, Padre Duarte, Vigário Wanzeller, Tenente-coronel Malta, Major Henrique e muitos outros”.

O guardião do Convento da Penha não só havia feito melhorar o cais de desembarque, como havia feito levantar um arco, para ser iluminado, no comêço da ladeira”.

“Sua Magestade dirigiu-se logo à gruta em que morou F. Pedro Palácios antes de fundar o importante e maravilhoso Convento, e aí entrou e demorou-se, fazendo as reflexões e indagações em que o seu espírito sublime e ilustrado se agitava. Sua Magestade subiu de pé tôda a ladeira como prova de devoção, e assim também sua Augusta Esposa, que poucos espaços a percorreu em cadeirinha”.

“Ao chegar a esplanada do Convento, Sua Magestade fez algumas observações sôbre o rio da costa, que em seu movimento de águas envia montões de areia sôbre a barra, a ponto de prejudicá-la em seu fundo, e sôbre o que mandou de próximo o nosso digno e ativo presidente fazer observações e exames pelo major de engenheiros Monteiro Drumond”.

No Convento Suas Magestades assistiram à missa, que foi cantada, com grande côro e orquestra, tendo ali sido servido o almoço aos imperiais visitantes. Foi uma visita bastante demorada. Ainda visitaram Suas Magestades a Vila, percorrendo-a, e indo à Igreja que estava em lamentável estado de penúria e abandono, e á Câmara Municipal, reparada para tão extraordinário acontecimento.

Aí ficou a Imperatriz, enquanto o Imperador foi visitar a Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, em Piratininga.

E voltando para Vitória, foram recebidos debaixo das mais estrondosas demonstrações de júbilo pelo povo, novamente apinhado em tôdas as beiradas de cais da nossa pacatíssima e modesta ilha.

— 000 —

Mas o tempo urge, meus pacientes ouvintes, e embora já eu tenha sacrificado grandemente a descrição detalhada do que me foi possível colher nos arquivos, terei que passar ainda mais rápido, em levíssima citação, pelo resto dos pontos de referência desta visita que entendo, é um dos episódios mais interessantes a ser contada em nossa história provincial.

Nêsse mesmo dia D. Pedro, numa demonstração de sua extraordinária atividade, no pleno vigôr dos seus 35 anos, embarcava ás 4 da tarde para Pôrto de Cachoeiro, e ás 3 da ma-

drugada já regressava a Vitória, para partir a 29, isto é, quatro horas depois, ás 7 da manhã, novamente em viagem para a Colônia Santa Izabel, donde regressou a 31 de janeiro, fazendo todos os percursos longos e difíceis, a cavalo. A 1.º de fevereiro ás 4 horas da manhã, seguia o Imperador para Linhares, onde visitaria a Lagôa Juparanã, famosa pelas suas belezas naturais. E no caminho, visitou Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Riacho, percorrendo num prazo de tempo curtíssimo, uma distância que ainda hoje parece incrível, tenha conseguido Sua Magestade percorrer, montado, na ida e na volta, na maior prova de resistência física que poderia dar.

—000—

No dia 7 de fevereiro, a mesma esquadrilha com exceção da PARAENSE, que havia saído antes para levar as notícias e os documentos ao Rio de Janeiro, levantava ferros em Vitória, em demanda do sul da Provincia e de regresso à Côrte.

Estava terminada a visita imperial á Capital da Provincia do Espírito Santo.

No momento em que o APA transpunha o estreito entre o Penedo e a Fortaleza de São João, as velhas bocas de fogo começaram a vomitar estrondosas salvas, cumprindo o protocolo secular.

Faltava apenas a última salva de cada bateria, e o guarda-nacional Manoel Albino do Nascimento, ainda sob a impressão daquela manhã da visita do Imperador ao Forte, cumpria seu mistér debaixo de um nervosismo sem precedentes.

Já por três vezes êle fôra rápido e correto em carregar e disparar sua peça. Seus olhos não saíam da figura imponente do APA, que já ia fazendo a curva adiante na ilha dos Urubús.

Pela quarta vez o alfêres João Manoel da Cunha, chega junto da bateria e comanda em altos brados:

— 3.ª bateria! Fogo!

— O soldade chega á escórva o morrão fumegante, mas apesar de ter o rastilho pegado fogo, a péça não dispara logo. O soldado da guarda-nacional precipita-se. Êle não quer que sua péça falhe, logo a dêle, que foi tão distinguido por Sua Magestade! E num gesto impensado, corre até á boca da péça, e tenta desencravá-la. Para sua infelicidade, a péça dispara naquele momento, e o infeliz soldado é horivelmente mutilado, falecendo pouco depois.

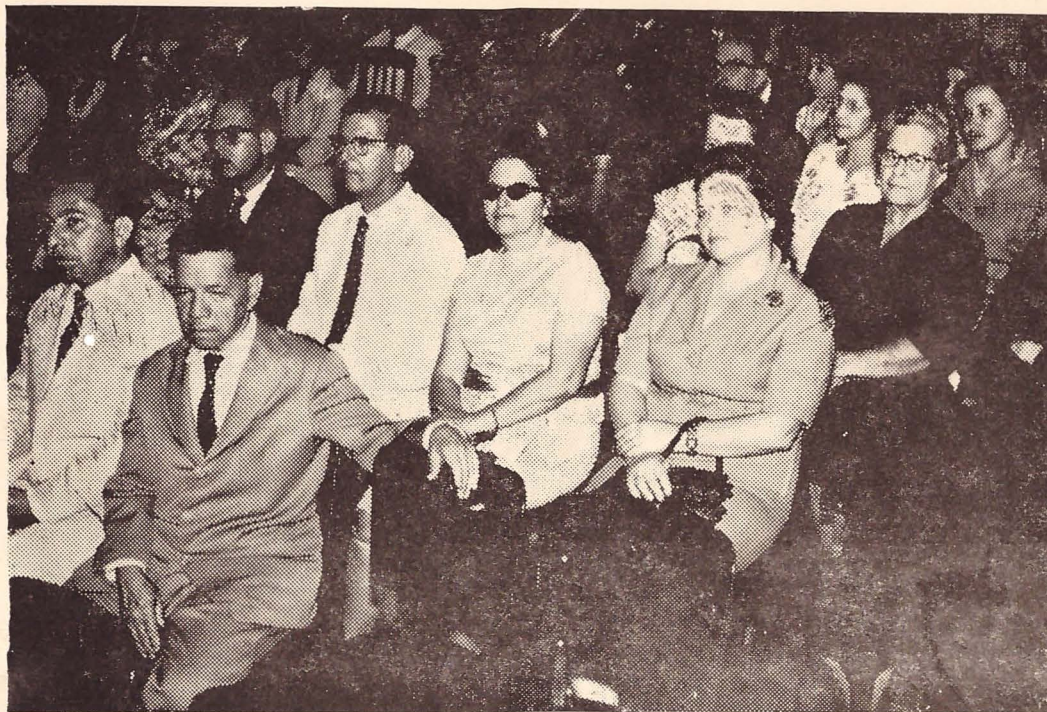
—000—

D. Pedro visita ainda Guarapari, segue por mar até Itapemirim, visita Rio Novo, e a 9 de fevereiro, regressa finalmente à Côrte.

Da história linda da visita 'imperial, restam ainda aí dispersos, muitos dados e elementos para se continuar a escrever êsses dias em que o Espírito Santo viveu horas de profunda alegria, de grande respeito e admiração pelos seus Imperiais visitantes.

Vale a pena, pelo prazer espiritual da reconstituição do fato histórico, alguns meses de paciente peregrinação pelos arquivos empoeirados e bibliotecas frias de nossa terra.

Centenário de Antônio de Athayde



Parte da assistência presente à sessão solene comemorativa do centenário Antônio de Athayde, realizada no dia 22 de setembro, no salão nobre do I Histórico e Geográfico do Espírito Santo

DOIS PEQUENOS ESTUDOS

Renato José Costa Pacheco
(Magistrado e membro do IHGES)

— I —

Criminalidade mateense em fins do século XIX

O exame do arquivo criminal da Comarca de São Mateus, Estado do Espírito Santo, no período de 1895 a 1898, em que nela julgava o Dr. Manoel dos Santos Neves, nos leva à conclusão que, — com exceção do aumento dos delitos contra o patrimônio, que, atualmente, ostentam os maiores índices, juntamente com os delitos contra a vida — em suas linhas gerais a criminalidade mateense neste último meio século tem mantido suas características gerais, vindas da época de fastígio comunitário para a subsequente de estagnação.

Examinamos trinta e três processos no período citado, cujo resumo estatístico nos dá o seguinte resultado: Homicídios — 4; Tentativa de homicídio — 3; Ferimentos — 7; Dano, roubo e estelionato — 1 cada; Estupro — 3; Rapto — 1; Defloração — 4; Exame de falsidade — 1; Diversos — 5 (corpos de delito e requerimentos que não constituíram processos criminais).

Uma denúncia de 6 de outubro de 1895, firmada pelo Dr. Artur L. de Araújo Primo, Promotor Público, sendo escrivão o Sr. Sabino José de Oliveira, nos dá notícia de um delito de tentativa de morte sendo autor Jorge Bahiano, descrito como de cor morena, alto, magro, usando “cavaignac”, e ofendido Jorge Pedro dos Santos, fruto de uma desavença no cais de embarque, no botequim de Chico Pequeno, situado na Rua das Flores. (O atual “Pôrto” tem sua turbulência oriunda do fato de ser zona de “slums”, cujo tombamento o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) deverá fazer, ao menos em parte, ao passo que em fins do século passado, ela se derivava de sua incontestável preponderância comercial na cidade). Foram peritos para o exame do delito o Dr. Graciano S. Neves e o farmacêutico Américo Silveiras. A 1 de julho de 1897 foi o denunciado submetido a julgamento pelo Tribunal do Juri (funcionando então como

Representante do Ministério Público o Dr. José Lopes de Oliveira), sendo submetidos 8 quesitos à apreciação dos jurados, que finalmente concluíram pela condenação do acusado a 1 ano e 2 meses de prisão simples.

Outra denúncia pelo delito de tentativa de homicídio, em 29 de agosto de 1896, nos dá notícia que o povo do “hinterland”, a 9 léguas (54 km.) acima de São Mateus, na margem norte do Rio, entre as Cachoeiras da Jararaca e do Inferno, tinha o costume de, em um Cruzeiro, fazer orações, no primeiro sábado de cada mês. Pois foi aí que Heitor Pereira dos Santos, por desfastio, perante cerca de 50 pessoas, lançou uma bomba de dinamite. Por motivos não especificados nos autos, o processo não mais teve andamento, a partir de 25 de novembro de 1896.

Ainda na saga de homicídios no pôrto, diversos assassinaram, a 10 de junho de 1896, um tripulante do vapor Itape-mirim, conhecido pela alcunha de Cachimbo. Houve absolvição geral, em março de 1897.

Francisco Luiz do Nascimento, cabo da Polícia, quando escoltava um prêso da Vila de Linhares, para evitar-lhe a fuga, matou-o em 11.2.1897. Diz o Dr. Promotor, José Lopes de Oliveira, em sua denúncia: “O fato é grave em tôda a sua extensão, e exige severa punição porque sendo o habitual abuso com que procedem alguns Comandantes de destacamento para com seus comandados, e sendo a primeira vez que chega ao conhecimento da justiça, esta deve ser inexorável, para punir a fim de servir de exemplo, e serem banidos êsses abusos que só têm como consequência a desmoralização e desprestígio da força que para segurança e garantia social deve ser coberta de prestígio em todos os seus graus e nunca humilhados os menores pelos maiores”.

No que tange aos crimes de lesões corporais, um dos casos mais significativos é o de um “valentão” Caetano Alves de Barcelos, que colocou em sobressalto, das 6 horas da tarde às 11 horas da noite no dia 20 de dezembro de 1897, a rua 7 de setembro, no trecho compreendido entre as Travessas 13 de maio e Capitão Lopes. O denunciado que, finalmente, foi condenado a 2 meses e 10 dias de prisão e multa de 225\$000 (duzentos e vinte e cinco mil réis), embriagado e armado de rifle, antes de cometer o delito gritava, alto e bom som: “Apareça o calça preta e palitô branco que quero tirar-lhe um taquinho do palitô para mostrar amanhã... Quero quebrar a cara daquele”.

O crime capitulado como dano, — na técnica seria furto — é dos que ainda soem acontecer mensalmente na área rural da Comarca: Vespasiano de tal, preto, residente em Tapada Velha, foi ao sapê e apreendeu uma rez de Manoel Antônio de Azeredo Sobrinho. O tempo tornou carcomida a sentença, e não dispondo, no momento, do livro de registro, não

DOIS PEQUENOS ESTUDOS

Renato José Costa Pacheco
(Magistrado e membro do IHGES)

— I —

Criminalidade mateense em fins do século XIX

O exame do arquivo criminal da Comarca de São Mateus, Estado do Espírito Santo, no período de 1895 a 1898, em que nela julgava o Dr. Manoel dos Santos Neves, nos leva à conclusão que, — com exceção do aumento dos delitos contra o patrimônio, que, atualmente, ostentam os maiores índices, juntamente com os delitos contra a vida — em suas linhas gerais a criminalidade mateense neste último meio século tem mantido suas características gerais, vindas da época de fastígio comunitário para a subsequente de estagnação.

Examinamos trinta e três processos no período citado, cujo resumo estatístico nos dá o seguinte resultado: Homicídios — 4; Tentativa de homicídio — 3; Ferimentos — 7; Dano, roubo e estelionato — 1 cada; Estupro — 3; Rapto — 1; Defloração — 4; Exame de falsidade — 1; Diversos — 5 (corpos de delito e requerimentos que não constituíram processos criminais).

Uma denúncia de 6 de outubro de 1895, firmada pelo Dr. Artur L. de Araújo Primo, Promotor Público, sendo escrivão o Sr. Sabino José de Oliveira, nos dá notícia de um delito de tentativa de morte sendo autor Jorge Bahiano, descrito como de côr morena, alto, magro, usando “cavaignac”, e ofendido Jorge Pedro dos Santos, fruto de uma desavença no cais de embarque, no botequim de Chico Pequeno, situado na Rua das Flores. (O atual “Pôrto” tem sua turbulência oriunda do fato de ser zona de “slums”, cujo tombamento o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) deverá fazer, ao menos em parte, ao passo que em fins do século passado, ela se derivava de sua incontestável preponderância comercial na cidade). Foram peritos para o exame do delito o Dr. Graciano S. Neves e o farmacêutico Américo Silveiras. A 1 de julho de 1897 foi o denunciado submetido a julgamento pelo Tribunal do Juri (funcionando então como

pudemos verificar se o acusado foi condenado, e em que gráu, ou absolvido. O roubo processado (que também seria capitulado como furto) diz respeito a um arrombamento das portinholas da máquina de beneficiar café, marca Congresso, da firma Sudré & Constante, na Fazenda Terra Rôxa, em 9.2.1897. O acusado, um "italiano" (e nota-se nestes e noutros autos uma prevenção dos locais, afeitos a tradicional isolamento aos recém-vindos imigrantes italianos) foi absolvido pois provou ter passado a noite jogando em casa de Bartolo Nardoto, tendo como testemunhas Jácome Vaufine, Joseph Turgito, Alexandre Faleura, Jacome Perrine, Antônio Boa e Antônio Polônio.

Das mais curiosas é o processo que diz respeito ao estelionato, sendo queixoso o Dr. Constante Gomes Sodré. A matéria estaria hoje dentro daquela área sutil em que se confundem as linhas do cível e do criminal. O queixoso comprara ao acusado, um tal Professor Botelho, vindo do Rio, havia dois anos, por dois contos de réis, um lote de burros, que não foram entregues. Anteriormente o Professor Botelho fôra auxiliar da casa comercial de Oliveira Andrade & Cia., passando depois à profissão de mascate. Os maus negócios de introdução de colonos italianos na Fazenda São Domingos de Deolindo Barbosa Serra e (alegação não provada nos autos) o mau procedimento de sua espôsa, levaram o distinto professor "primário e secundário" a mudar-se para S. José do Piragibe, Bahia, levando consigo o vendido lote de burros. De Pôrto Seguro, para o queixoso "mandara seguir um próprio ao encalço do estelionatário", saiu em sua defesa um Coronel João José da Silva que, em violento telegrama, constante dos autos, declara que o "Botelho é incapaz de roubar". E conclui com uma bravata: "Aqui não é São Mateus..." (sic). Bravateiro também se mostrou o Professor Botelho que, em carta de 17.1.1895, também no processo, diz: "Vou pagar a Cosme Andrade, mesmo que êle já esteja no inferno..." O acusado foi pronunciado a 21.2.1896, o que, na processualística de então, o levaria a julgamento pelo Juri, porém não foi mais encontrado o Joaquim dos Santos Botelho.

As injúrias verbais que foram processadas não tiveram fim, uma por falta de andamento, e outra, dada por uma professora pública, por desistência da querelante.

Os crimes contra os costumes analisados em sua maioria, terminaram pelo casamento (4) ou foram julgados improcedentes por falta de prova (2), um não teve andamento pelo não comparecimento do acusado que, intimado, foragiu-se, e outro não teve andamento por falta de prova da misarabilidade da ofendida. Neste capítulo, mais que em qualquer outro, verifica-se que a realidade não combina com o material existente em arquivo, uma vez que grande número de casos

que tais não chegam, por solução amigável ou pudor natural, ao conhecimento da autoridade.

Estas breves notas dão ao leitor uma visão da vida mateense dos fins do século XIX, a qual, conquanto pelo lado patológico, permite, ao criminologista e ao cientista social em geral, um mergulho no passado de comunidade capixaba.

(São Mateus, abril de 1960)

— II —

Atitudes perante a lei, em uma sub-cultura brasileira.

O autor desta nota está realizando uma pesquisa, planejada em 1955, sobre a socialização dos alemães no Espírito Santo. Como trabalho complementar, decorrente de sua função de magistrado em área de predominância de elemento humano pomerânico, e, entendendo com Cossio, Miguel Reale, Gusmão, Machado Netto e a maioria dos estudiosos modernos do direito que este é expressão da cultura, neste ensaio preliminar serão examinadas algumas atitudes de imigrantes teutos, que se fixaram, em meados do século passado nas montanhas centrais do Espírito Santo, perante a lei brasileira.

Atitude é tendência para agir. Lei, aqui, é não só a norma substantiva, como também a maneira de assegurar a obtenção de bens, consoante a definição moderna de ação (Cf. Eduardo J. Couture, **Fundamentos do Direito Processual Civil**, São Paulo, 1946, p. 23). Sub-cultura é parte anômala de determinada cultura (quisto racial chamava-se no pré-guerra) de acordo com a definição de Carlos Wagley, e se constitui de um grupo de pessoas que por motivos étnicos, religiosos e de vária natureza, não se subordina à força da autoridade, quando da aplicação da norma jurídica que vige, no momento, para o todo social.

Na área que estamos focalizando, embora à primeira vista se não perceba, lavra intensa desorganização social, decorrente de lento processo aculturativo, em região isolada. Depois da publicação, em 1920, de *The polish peasant in Europe and America* de W. I. Thomas e Florian Znaniecki os cientistas sociais têm entendido que os imigrantes se desorganizam, provavelmente, pelo entrechoque que surge entre as atitudes (tendências para agir) e seus valores (coisas com significado). Aparecem, em novos ambientes novas atitudes, e as antigas definições de valores obrigam à mudança, que ocorrem diferencialmente, mudando também a vida das pessoas. No entanto, o antigo consenso força por manter-se, assim como as sanções que dirigiam a conduta anterior. Porém, tanto o consenso quanto as sanções, sob influxos diversos, são obrigados também a se adaptarem às situações novas. (Apud Alfred M. Lee, *Principles of sociology*, N. Y., 1953, p. 4).

Oriundos de contexto sub-desenvolvido, em relação aos demais alemães da época, os pomerânios se isolaram nas montanhas centrais do Espírito Santo, com elevada taxa de fertilidade, quase decuplicaram em cem anos, espraçando-se, primeiramente, pelos municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Itaguaçu e Afonso Claudio, e daí para o Norte do Rio Doce, a partir de 1930. Quanto mais isolados mais puros os padrões culturais originários e mais agressiva a atitude perante a lei brasileira.

Uma prova de sua desorganização é o elevado índice de alcoolismo entre colonos, inclusive do sexo feminino, de que dá prova sentença do saudoso magistrado Dr. João Lordelo, proferida em 31.1.1947, em Santa Leopoldina—: “Os contendores estavam embriagados, e, não é demais repetir que o alcool é, incontestavelmente, o fator preponderante na criminalidade entre os colonos” (In *Revista do TJES*, Ano II, vol II, ns. 1 e 2). De resto, diga-se de passagem o alcool é fator preponderante de criminalidade em todo o Brasil, mas a assertiva vale para quebrar a crença generalizada de que existem “problemas” na area colonial capixaba.

Da atitude em relação a nosso direito sucessório, que fere o princípio do morgadio, ainda adotado por muitas famílias pomerânicas, através de deserdações excusas, a que não faltam, com sua “prestimosa” colaboração alguns tabeliães nacionais, fala mais alto que tudo o episódio do Juiz Municipal Souza Itapecuru, imortalizado por Graça Aranha.

Os delitos sexuais são encarados dentro de um ângulo próprio da subcultura. “Aqui (em Domingos Martins) como grande é a colonia estrangeira, sabe-se que o conceito de honestidade das moças não é exagerado, maximé nos rincões abandonados do município onde o poder público só intervém para cobrar-lhes impostos e aplicar-lhes sanção. Nem se lhes dá instrução” (Sentença do atual Des. Paes Barreto Filho, em 25.8.1937, apud *Espírito Santo Judiciário*, ano IV, vol 5.º, ns. 28 a 30, p. 112) com a devida vênia, releva notar que se trata de conceito de valor da virgindade diferente do luso-brasileiro. A experiência prémarital da moça quase nunca vem a conhecimento da autoridade brasileira, salvo se resulta engravidamento, e mesmo nesse caso prefere-se um “acôrdo”, uma “compositio” com o indigitado ofensor.

E, sobretudo experiências anteriores desagradáveis com autoridades nacionais, dão aos colonos, em geral, medo de qualquer detentor de parcela de autoridade brasileira, a partir ou principalmente do soldado. O mesmo desembargador Barreto Filho, em sentença sobre furto de animais, teve ocasião de dizer, na mesma Domingos Martins, que “nessa região, então, de descendentes teutos, maior é a passividade do colono, que teme até dar o alarme (Apud *Revista do T.J.E.S.*, ano II, vol II, ns. 1 e 2, p. 51).

Valendo-se dêste mêdo pânico, os eventuais chefes políticos locais conseguem a nomeação de um sub-delegado maneável e a cuja disposição fica um soldado, que será recolhido ao Quartel caso não obedeça aos desejos de "Her" Coronel. Como disse um desses líderes autocráticos perante um topógrafo brasileiro, antes das eleições estaduais de 1958—: "Quando o Dr. . . subir nós vamos baixar o pau. . ." Uma das fórmulas preferidas para abafar inquéritos, é promover acôrdos "ilegais" entre ofendidos e ofensores, e declarar, em diálo, que se o inquérito vier ás mãos das autoridades brasileiras o colono "gastará" muito mais. . . E o colono, econômico como todo alemão, amor este ao dinheiro aguçado pela moradia em terrenos montanhosos e depauperados, quase sempre em "colônias" de 30 hectares, á voz de gastar mais, sempre, por mêdo e ignorancia (a maioria não fala português nem conhece a lei nacional) contribui para a corrupção.

Para concluir, estou que através da rigorosa aplicação da lei, na área colonial descrita, poderemos conseguir assimilação mais rápida dêstes pseudo-brasileiros. Discordo, neste ponto, dos seguidores de William Summer que dão á lei papel mínimo ou nulo nas mudanças sociais.

Nô entanto, quando a lei entra em choque com crenças estabelecidas da população local pouca oportunidade de êxito tem seu aplicador (Cf. Elgin Hunt, Social Science, N. Y., 1957, p. 37). Mistér se faz, por isto, que os magistrados não esmoreçam em sua ação transformadora, se estabelecermos que é necessário integrar em nossa comunidade nacional êstes nossos irmãos louros das montanhas.

O Hino Nacional Brasileiro

Conferência proferida no dia 3 de Setembro de 1955, no 3.º B.C. em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. (Contribuição à Semana da Pátria)

NORBERTINO BAHIENSE

Nas pesquisas históricas que tenho programadas e que tanta atração exercem sobre o meu espírito, acabo de incluir um interessante setor — a HISTÓRIA DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.

Atinentemente a tão palpitante assunto, a Biblioteca do Exército editou, em fins de 1954, um magnífico livro da autoria de Mariza Lira, livro êsse que estava pronto desde 1944, como se depreende da “Nota explicativa” daquela escritora, no início da obra e que, não sei por que, só saiu do prelo 10 anos depois.

O acadêmico Gustavo Barroso, secundando-a, publicou recentemente substanciosa contribuição, na revista “O CRUZEIRO”, de 4 de junho de 1955, sob o título “A Conspiração do Hino Nacional”, acerca do que faremos, adiante, alguns reparos.

Prefaciando o livro precioso de Mariza Lira, Carlos Maul, em nome da Comissão Diretora das Publicações do Exército, diz-nos cousas que esclarecem, mas, também, estarrecem. E estarrecem porque, de início, registra o fato lamentabilíssimo de, não há muito tempo, em face de controvérsia acerca do Hino Nacional, ter sido êle banido das escolas públicas, o que felizmente não preexistiu, ao passo que, pela Portaria da Secretaria de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, constante do “Boletim de Educação Pública” de 1935, permitia-se fôsse cantada nas escolas, a canção russa “Os Barqueiros do Volga”, de feição nitidamente comunista.

O hino de Francisco Manuel, tão coberto de glórias e que sempre nos fêz e faz vibrar de patriotismo, tem sido golpeado, através dos anos, mas ninguém conseguiu apagá-lo ou, sequer, sombreá-lo, no conceito dos brasileiros, nem diminuir sob qualquer pretexto, o entusiasmo que nos despertam os seus inigualáveis acordes, universalmente reconhecidos, mesmo quando emparelhados com os de “A MARSELHEZA”.

Revelando-se excelente pesquisadora, Mariza Lira descobriu preciosa coleção de documentos sobre a sua evolução histórica, em poder de Agostinho Dias Nunes de Almeida. Face aos mesmos, teve elementos para lançar a obra que acaba

de enriquecer as nossas bibliotecas, estudando essa tão atraente quão valiosa história, servindo-me êsse manancial, quasi totalmente, para o desenvolvimento dêste relato.

Acompanhando-a e seguindo, também, a Rio Branco, Carlos Maul, Pereira da Costa, Gustavo Barroso, Júlio Nogueira, e estribado em diversos outros autores, podemos fazer um retrospecto e entrar na seara dos hinos patrióticos de nossa terra, para destacarmos e empedestarmos, no devido lugar, a consagrada obra do grande carioca Francisco Manuel da Silva e do festejado fluminense Joaquim Osorio Duque Estrada.

Mergulhando no tempo e recuando três longos séculos, iremos ouvir, em Pernambuco, no ano de 1644, no mesmo cenário onde mais tarde pontificou o grande capixaba Domingos José Martins, os acordes marciais e salmodianos do invasor holandês, no primeiro hino patriótico que teria sido cantado em nossas plagas o "*Wilhelmus van Nassauwen*". **Marciais**, pela marcação. **Salmodianos**, porque sua letra se compunha de salmos protestantes. **Patrióticos**, para o holandês atrevido e dominador que teve de levar de volta, com as suas bandeiras enroladas, sua partituras emudecidas e suas fanfarras encanastradas nos porões de suas esquadras corridas e nerrotadas.

Daquella epoca até a debandada para o Brasil, de D. Joao VI e sua famosa Corte, em 1808, não se tem noticias de quaisquer outros hinos. Se os houve, certamente ficaram circunscritos aos ostes de Camarão, às tabas dos nossos bravos e inextinguíveis índios, nos seus canticos guerreiros, à sombra dos nossos gigantesco jequitibás, na imensidão de nossas selvas, ao longo de nossas intermináveis praias ou à margem dos grandes caudais dêste pais tao grande. Ou, ainda, entre aqueles destemidos Cariris, enfrentando, bravios, a bandeira da Casa da Torre, sob a chefia de Francisco Dias D'Avila. Desse D'Avila que nao conseguiu pôr as mãos no indômito Caturite e sua aguerrida filha Potira, porque, êsse dous bravissimos brasileiros da gema, nao se renderam, nem se entregaram. Caturite preferiu despedaçar-se nas profundezas do abismo, levando a ruina nos braços hercúleos e retesos, a consentir fôsse eia para os braços do portuguez ousado. Talvez também se encontrassem as ressonancias de hinos ou canticos outros entre os gemidos dos infelizes negros dos Palmares, onde sonnavam com a liberdade que lhes era cruel e desumanamente arrancada. Dentre aquêles palmarinos neroicos que, por mais de meio seculo se viram envolvidos nas grandes epopéias culminadas com o gêsto épico do último Zumbi quando, em companhia de seus restantes e bravos guerreiros, se atiraram aos despenhadeiros da Serra da Barriga, preferindo a morte gloriosa à escravidão degradante.

Transferida que foi a Côrte Portugêsa para o Brasil, nenhum hino de lá nos veio, porque, até então, em Portugal só se cantava o **"Hino do Rei"**, sempre substituído, cada vez que morria um monarca. Mais tarde, quando os lusitanos venceram os francêses, surgiu, de Marcos Antônio da Fonseca Portugal, o **"Hino patriótico da Nação Portuguesa"**, hino êsse que o maestro luso trouxe para o Rio de Janeiro quando para aqui veio, constituindo o **"Hino Nacional do Brasil Colonial"**, já com D. João VI em nossas terras. Foi o segundo hino lançado no Brasil, visto que o primeiro, (já demos noticia), era o holandês.

A Inconfidencia Mineira não popularizou nenhum, mas da Revolução de 1817, ficou-nos, pelo mênos, o estribilho do Hino da Revolução:

"No campo da honra,
patricios, formemos,
Que o vil despotismo
Sem sangue vencemos".

Na ordem cronológica êsse teria sido o terceiro hino.

O quarto, é da autoria de Pedro I (letra e musica) sob o nome de **"Hino Imperial Constitucional"**. Varias letras lhe foram adaptadas posteriormente, havendo sido impresso e publicado até em alemão. **"Himne von don Pedro I, Kaizor von Brasilien"**, cantado no Brasil a partir de 1821, passando depois a Portugal, onde Carlos I oficializou.

Houve quem negasse a Pedro I a sua autoria, mas sem fundamento, porque, realmente, o nosso primeiro Imperador adquiriu conhecimentos musicais sob a orientação de Marcos Portugal, talvez também do padre José Mauricio Nunes Garcia, e, ao certo, aperfeiçoando-se com o alemão Segismundo Neuckomm.

Pedro I era compositor e instrumentista, tocando fagote, trombone, clarineta, violoncelo, flauta, rebeca e viola. **Tocava os sete instrumentos...** Usou os seus conhecimentos até os pontos altos de um hino patriótico, de sinfonias e **Te-Deuns**. Como executante de seus instrumentos, participou, até de óperas, mas também desceu dos degraus da arte e foi até os baixios das farras que tanto o denegriram, tendo como parceiros tipos da marca de um Chalaça e outros.

Quando da Independência do Brasil, em São Paulo mesmo, compôs ás pressas, o **"Hino da Independência"** e foi um Deus nos acuda para ser imediatamente orquestrado e ensaiado pelo maestro André da Silva Gomes, sob cuja batuta foi ouvido no espetáculo de gala que, em honra ao grande acontecimento, se realizou no Teatro da Opera, da capital paulista, e sediado no Largo do Colegio, hoje Praça João Pessoa.

A letra do **"Hino da Independência"**, o quinto em nos-

sa seriação, conhecido sob o nome de “Brava gente brasileira”, é, comprovadamente, da autoria de Evaristo da Veiga, e não do trêfego Bragança, como quis o Visconde de Cayrú, sob o pretexto esdruxulo de que tal autoria lhe fôra atribuída num livro do inglês Walsh, Secretario de Stangford, Embaixador de S. M. Britanica. Existe, na Biblioteca Nacional, um exemplar do próprio punho do destemido e desassombrado jornalista, como também se encontra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o original do Hino de Pedro I.

Mas há controversias quanto à ocasião em que teria sido cantado o “Hino da Independência”, letra e música, pela primeira vez, pois afirma-se que, o que se cantou na Opera, de São Paulo, na ocasião da Independência, teria sido o “Hino Português”, de Marcos Portugal, ou mesmo o “Hino da Carta,, isto é, o “Hino Constitucional”, do próprio D. Pedro.

Vieira Fazenda chegou a afirmar que o “Hino da Independência”, de Pedro I, era desconhecido antes de 1862, mas Rio Branco afirma que, em 1822, dous hinos da Independência foram compostos, — um por Marcos Portugal e o outro por Pedro I que prevaleceu sôbre aquêle até 1841 quando, para a coroação de Pedro II, foi composto o inolvidavel Hino de Francisco Manuel — o nosso glorioso Hino Nacional.

Neste ponto parece haver equívoco, pois o que é certo, é que a composição se fez para o “7 de Abril”, tanto assim que, antes, era conhecido sob essa denominação.

Estudos mais recentes comprovam que Francisco Manuel foi tenazmente perseguido pelo enciumado Marcos Portugal, pelo crime de ser brasileiro e de haver estudado na Escola de Padre José Maurício, porque ambos, como brasileiros, e músicos competentes, lhe vinham fazendo sombra encômoda. Essa perseguição e despeito, ainda eram mais fortes, porque Francisco Manuel havia conseguido as melhores simpatias de Pedro I. Tal era a ciumada que, fazendo parte Francisco Manuel, como violoncelista, da Orquestrâ da Capela Imperial, chefiada por Marcos Portugal, êste o transferiu, sem mais nem menos, para, em vez de violoncelo, tocar violino, instrumento que, apesar de ser de cordas, é bem diferente e de muito maior responsabilidade do que o violoncelo, mórmente quando na posição de spalla ou mesmo de primeiro violino.

Mas o brasileiro, dotado de extraordinaria fôrça de vontade e competência, submeteu-se e venceu a imposição mesquinha. Também o compositor bahiano Damião Barbosa, caiu na mesma antipatia do lusitano, pelo mesmíssimo crime de ser brasileiro e bom musico.

Vencendo galhardamente taes embates, foi-se fixando na ideia de Francisco Manuel também compôr um hino-patriótico à independência, em cujas notas prevalecessem acordes realmente brasileiros e de brasileiros, pois ambos os hinos existentes provinham de dous portugueses — Pedro I e

Marcos Portugal. E isto foi feito, tomando forma para o 7 de Abril de 1831, quando da abdicação do Imperador. Foi composto o Hino e passou a ser conhecido, como disse antes, por "7 de Abril". Era o nosso Hino Nacional que surgia, envolto nas alvissareiras da soberania que iam adquirindo em toda a sua brasiliana plenitude.

A esta altura dos acontecimentos nacionais, já estava dissolvida a Orquestra da Capela Imperial e os seus músicos dispersos passaram a reunir-se na lojinha de José Maria Teixeira, na rua Senhor dos Passos, esquina da rua do Resende. Ai, surgiu a ideia da letra, a primeira a ser feita sobre o Hino de Francisco Manuel e da autoria do Desembargador piauiense Ovidio Saraiva de Carvalho e Silva. Francisco Manuel adaptou-os à música e dessa adaptação guardou-se um original que foi oferecido, pelos seus descendentes, à Biblioteca da Escola Nacional de Música.

A partir, pois, de 1831, o Hino Nacional foi-se firmando e excluindo os anteriores de todas as cerimônias, pois ninguém resistia, nem resistia ao entusiasmo que desperta nas tropas, na Marinha, nas fanfarras e no povo — principalmente no povo.

Fóra do País, na paz e na guerra, os seus acordes são sempre aplaudidos pelo estrangeiro e faz vibrar, até ao delírio, a alma do brasileiro. Na guerra do Paraguai, como nos campos da Itália ou a bordo de nossos navios, nos ancoradouros ou singrando os mares, o Hino Nacional Brasileiro impulsionava todo combatente que lutava pela Patria e pela causa da Humanidade, ou fazia, como faz, transbordar de patriotismo e entusiasmo a nossa gente e as nossas tropas.

Foi sempre, em todos os tempos, o soldado número Um do Brasil.

No instante em que se proclamava a República, Deodoro, de espada em punho e erguida, deu o seu primeiro grito pelo novo regime, aquêlê histórico que a História nos preservou:

"APRESENTAR ARMAS. TOQUEM O HINO". E assim se fez, sob um mar tempestuoso de aplausos, de impressionante e delirante vibração cívica. Foi o ato número Um ao madrugado da República surgente.

Um ano antes, (registremos), foi composto outro Hino pelo farmacêutico Ernesto Fernandes de Souza, com letra de Medeiros e Albuquerque, através do qual eram difundidos os ideais republicanos. Continuava, entretanto, de pé, o de Francisco Manuel, mas os republicanos mais afoitos pensaram em novo Hino Nacional. Carlos Gomes chegou a ser convidado pelo Governo Provisório para fazê-lo, mediante o pagamento de Vinte contos de reis. Respondeu, da Europa, on-

de se cobria de louros, secamente: "NÃO POSSO". Era um protesto mudo em favor do seu grande colega.

Lançou, então, o Ministério dos Negocios do Interior, a 22 de Novembro de 1889, açodadamente e apenas sete dias após a proclamação da República, a abertura de concurso para a música do "**Hino da República dos Estados Unidos do Brasil**", com a letra já divulgada de Medeiros e Albuquerque.

Apareceram 29 produções de acatados e também mediocres autores. Foi quando, muito oportunamente, surgiu na liça a figura leonina de Oscar Guanabary, empenhando-se em enérgica e justíssima campanha para que se preservasse e mantivesse o hino de Francisco Manuel. O consagrado critico foi ouvido por Deodoro que, de viva voz, lhe disse": Li o seu artigo e estou de pleno acôrdo". Mas, apesar disso, o concurso prosseguiu. Nesse interim, mais um episódio sobe á ribalta dos acontecimentos em tórno do empolgante caso.

A 15 de Janeiro de 1890, desembarcaram no Rio de Janeiro, diversos contingentes da Marinha, para saudarem o novo Govêrno da República, sob dúvidas da população que suspeitava de seus pendores monarchicos. Comandava-os Alexandrino de Alencar. Passando pelo Club Naval, puseram-se a sua frente Wandenkolk, Quintino Bocaiuva e muitas outras altas patentes, marchando para o Itamaraty. Ali, de uma janela, foram saudados por Serzedelo Correia. Reunidos no salão principal, onde se encontravam, entre outros, Deodoro e Benjamin Constat, fala novamente Serzedelo Correia para pedir "como homenagem ao nosso passado de glória nos campos de batalha e aos nomes dos herois que viviam na nossa memória, em nome de tôda a nação, que fôsse o antigo Hino Nacional considerado o da Patria, porque êle nunca fôra da Monarquia".

Deodoro concordou imediatamente e Benjamin Constant, em nome do govêrno, declarava que o "Hino Nacional seria conservado como o da Nação Brasileira".

A seguir as bandas militares do Exêrcito que estavam no saguão, executaram-no. As da Marinha seguiram-nas.

O povo, a princípio, supoz que a Marinha estava restaurando a Monarquia, mas quando compreendeu tudo, prorrompeu em ruidosos vivas, transbordantes de entusiasmo pela República e pelo imortal Hino de Francisco Manuel.

Deodoro comoveu-se profundamente. José Carlos de Carvalho e muitos outros choravam de entusiasmo e de emoção.

Decidiu-se, afinal, que o Hino vitorioso no concurso lançado, seria o Hino da República, mas quê o Hino Nacional continuaria sendo o de Francisco Manuel.

O Snr. Gustavo Barroso, na revista "**O Cruzeiro**" a que já me referi anteriormente, cita os episodios registrados

no Itamaraty, mas erra quando diz que elles se verificaram “a 15 de Novembro desse ano de 1890 celebrando o primeiro anniversario da proclamação da República”.

O fato se deu a 15 de Janeiro de 1890, apenas 2 meses depois de proclamada a República. A 15 de Novembro dêsse ano, já não havia mais nenhuma dúvida e nada a fazer, pois a officialização dos dois hinos fôra definitivamente resolvida pelo Decreto 171 de 20 de Janeiro do referido ano.

Voltando-nos, agora, para o concurso, verificaremos que, das 29 produções inscritas, apenas 4 foram seleccionadas para o julgamento final a ser realizado publicamente, no Teatro Lirico, com a presença dos membros do Govêrnc Provisório e isto foi feito no dia 20 de Janeiro de 1890, no mesmo dia em que, a seguir, seria, como foi, lavrado o Decreto 171.

Foram, então, executados os 4 hinos finalistas, pelas bandas do Arsenal de Guerra e dos Menores Desvalidos, e também pelos côros teatraes sob a regencia do maestro Carlos Mesquita.

Os concorrentes eram Francisco Braga, J. de Queiroz, Alberto Nepomuceno e Leopoldo Miguez — todos de reconhecida competência e acatamento. Coube a vitoria a Leopoldo Miguez, sob justos e grandes aplausos, pois foi o que mais agradou.

Imediatamente, o chefe do governo assinou o decreto que officializava, como Hino da República, o que havia vencido o concurso, mas também officializava, afinal, a imortal composição de Francisco Manuel, como o nosso insubstituível e definitivo Hino Nacional.

Eis os exatos têrmos do decreto 171, de 20 de Janeiro de 1890:

DECRETO N.º 171, DE 20 DE JANEIRO DE 1890

Conserva o Hino Nacional e adota o da Proclamação da República.

O Govêrno Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil constituído pelo Exêrcito e Armada, em nome da Nação, decreta:

Art. 1.º — E' conservada como Hino Nacional a composição musical do maestro Francisco Manuel da Silva.

Art. 2.º — E' adotada sob o titulo de Hino da Proclamação da República a composição musical do maestro Leopoldo Miguez, baseada na poesia do cidadão José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque.

Sala das Sessões do Govêrno Provisório, 20 de Janeiro de 1890 — 2.º da República Manuel Deodoro da Fonseca —

Aristides da Silveira Lôbo — Manuel Ferraz de Campos Sales — Benjamim Costant Botelho de Magalhães — Demétrio Nunes Ribeiro.

Ao ser lido o decreto para o povo, sob ardorosos aplausos, é novamente tocado o Hino da República, do vencedor Leopoldo Miguez. Mas o público exigiu, a seguir, com veemente calor, também se tocasse o velho Hino de Francisco Manuel.

Foi, então, que se registrou empolgante a decisiva consagração. Um delírio esfusiante sacudiu a grande massa, como que impulsionada por fortíssimo potencial elétrico, estrugindo em incontida e insofismável vibração, numa apoteóse inenarrável, sob as ressonâncias inconfundíveis do nosso incomparável Hino.

Deodoro, incontido, gritou:

“PREFIRO O VELHO!”

E assim, quando se fazia o julgamento, e surgia um vencedor para o Hino da República que nascia, o que o povo e as mais altas autoridades nacionais definitivamente consagravam, era o Hino Nacional do grande Francisco Manuel.

Vencida a luta pela primazia do Hino do consagrado maestro e pela sua oficialização, rebenta outra batalha. A da letra, da qual não se havia cogitado. E desta vez a batalha foi longa. Durou 16 anos. Arrastou-se de 1906 a 1922. Antes, não havia letra. Havia letras, diferentes e adaptadas às circunstâncias, aos diferentes locais e até às condições regionalistas. As que provinham do Império, traziam ridículos versos bajulatórios a Pedro II.

Quando foi oficializada a música de Francisco Manuel, lamentavelmente não se tratou da letra. A batalha que se feriu em seu redor, foi iniciada pelo maestro Alberto Nepomuceno, em 20 de Novembro de 1906, no governo de Afonso Pena e o seu desfêcho somente se deu a 6 de Setembro de 1922, pelo Decreto 15671 do Presidente Epitácio Pessoa.

Nas suas passagens pelo Congresso, em diferente projetos, houve até quem afirmasse que a Camara não devia perder tempo em tórno do caso. Referindo-se ao fato alegado de substituir a letra Imperial, disse o relator, deputado Germano Hasslocher, entre outras cousas: “**pouco importa e menos ainda o fato de ser uma bajulação a Pedro II...**” O que queria esse deputado era que a Camara não tomasse conhecimento de assunto tão banal... e isto se fazia em plena República!

Mas Coelho Neto, então deputado, não pensava como o sr. Hasslocher. Liderava o movimento em favor da letra e

fulminou as razões contrárias. Foi até a citação de um episódio relatado por Euclides da Cunha, quando, certa vez, acampado nas selvas do extremo norte, às margens do Purús, surpreendeu os índios peruanos cantando, vibrantes de entusiasmo, o Hino do Perú, comemorando o dia de sua independência. Pé, ante pé, o festejado autor de "OS SERTÕES" recuou até o seu acampamento, silencioso e discreto, para não se ver obrigado a fazer o mesmo, com a sua gente, no dia 7 de Setembro que se avisinhava. De fazer o que não podia, pois isto se deu em Maio de 1904 e nessa época o Hino Nacional não tinha letra oficializada.

Mas voltemos à batalha em cujos entreveros começaram a surgir vários poemas, destacando-se desde logo o de Joaquim Osório Duque Estrada que começou a ser adotado em toda parte, inclusive pelas forças de terra e mar.

Propôs Coelho Neto sua oficialização e um prêmio a que fazia jus. Foi negado, mas logrou obter a inclusão no orçamento de um prêmio de Cinco contos de réis para o seu ator. Era o meio-caminho para a oficialização.

Em favor de Coelho Neto surge Lamenha Lins. Nessa ocasião apareceram críticas sobre ligeiros senões do poema. Duque Estrada as atende e corrige, tornando-o impecável no fundo, na forma e na finalidade.

A exemplo do que aconteceu com a composição de Francisco Manuel, também a letra de Duque Estrada jamais cairia, sendo consagrada no 1.º Centenário da Independência e oficializada pelo Decreto 15.671 de 6 de Setembro de 1922.

Vencidas as batalhas da música e da letra, a golpes decisivos, embora lentos e demorados, ainda voltaram à arena novos lutadores, desta vez para a organização oficial das partituras e obrigatoriedade do canto nas escolas.

Otávio Mangabeira, no Ministério do Exterior, manda fazer, pelo maestro Elpidio Pereira, diversas partituras, para distribuição, inclusive no estrangeiro, isto já em Agosto de 1929. Mas, em 1930 surge Luciano Gallet com novas partituras e, submetidas ao referido Ministério, foram retransmitidas ao da Educação. Este as enviou ao Instituto Nacional de Música. Foram, então, apresentadas ao maestro Francisco Braga que as condenou para ressaltar a orquestração de Assis Republicanos no tom original de si b, da adaptação de Leopoldo Miguez e de Antônio Pinto Junior, do Corpo de Bombeiros.

Em Setembro de 1934, agita-se, outra vez a Câmara quando o deputado Mozart Lago propõe a obrigatoriedade do canto nas escolas, o que é rejeitado sob o pretexto de inconstitucionalidade.

Em 1936, na mesma Camara, o deputado Lourenço Baeta Neves volta à carga, acompanhado por 69 colegas, entre os quais um representante do Espírito Santo, o deputado Jair Tovar, hoje Diretor do DASP, apresentando o projeto n.º 90, instituindo o canto obrigatorio nas Escolas Primárias e estabelecimentos de Ensino Normal, mantidos ou não pelos Poderes Públicos, em todo Pais. Surgem emendas e vem a Lei n.º 259, de 1.º de Outubro de 1936 que o Presidente Getúlio Vargas sanciona.

Não cessaram os embates, pois que prosseguiram, tendo seu desfecho pelo Decreto n.º 4545 de 31 de Julho de 1942 do mesmo Presidente Vargas, dispõdo sôbre a forma e a apresentação dos simbolos nacionais, entre os quais figura o Hino Nacional, como não poderia deixar de ser.

No artigo 7.º dêsse decreto, ficou definitivamente esclarecido:

- I — Música de Francisco Manuel
- II — Poema de Joaquim Osório Duque Estrada
- III — Instrumentação de orquestra e banda, de Antônio Fernandes
- IV — Adaptação coral de Alberto Nepomuceno, em fá maior

O artigo 19, prescreve:

I — Andamento metronômico de uma seminima igual a 120

II — Obrigatoriedade da tonalidade em si b na execução instrumental simples.

Impõe o

Art. 39 — Durante a cerimônia do içamento ou arriamento da Bandeira Nacional, nas ocasiões em que ela se apresentar em marcha ou cortejo, **assim como** durante a execução do Hino Nacional, é obrigatória a atitude de respeito, conservando-se todos de pé e em silencio.

§ 1.º — Farão os militares a continência regulamentar.

§ 2.º — Os civis, do sexo masculino, descobrir-se-ão. Poderão os civis, de ambos os sexos, colocar a mão direita espalhada ou o chapéu sôbre o coração.

§ 3.º — Os estrangeiros não poderão eximir-se do comportamento determinado no presente artigo.

§ 4.º — É vedada qualquer outra forma de saudação que não as mencionadas neste artigo.

Dispõe o

Art. 20 — Será o Hino Nacional executado:

a) em continência à Bandeira Nacional e ao Presidente da República; ao Parlamento Nacional e ao Supremo Tribunal Federal, quando incorporados; e nos demais casos expressamente determinados pelos regulamentos de continência ou cerimoniais de cortesias internacionais;

b) no encerramento das irradiações radiofônicas especialmente destinadas a países estrangeiros;

c) no encerramento da irradiação das estações radiofônicas que funcionem no país, domingos e feriados;

d) no encerramento da irradiação do Departamento de Imprensa e Propaganda, denominada "Hora do Brasil", uma vez por semana;

e) na ocasião do hasteamento da Bandeira Nacional, nos estabelecimentos públicos ou particulares, de qualquer ramo ou grau de ensino, pelo menos uma vez por semana.

§ 1.º — A execução será instrumentada nos três primeiros casos, será instrumental ou vocal, no quarto caso, será vocal no último caso.

§ 2.º — É vedada a execução do Hino Nacional, em continência, fora dos casos previstos no presente artigo.

§ 3.º — Será facultativa a execução do Hino Nacional na abertura de sessões cívicas, nas cerimônias religiosas a que se associe sentido patriótico e bem assim para exprimir regozijo público em ocasiões festivas".

Vamos agora às

Letras

Muitas são as letras que já passaram pela música de Francisco Manuel, desde o celebre 7 de Abril de 1831 e de autores diferentes, até Duque Estrada. Podem-se enumerar os seguintes: Ovidio de Carvalho, "um patriôta", Carlos Augusto de Taunay, em francês, Publicação da Folhinha Laemmert, alguém do Instituto Stanislás, em Cannes (França) para receptionar Pedro II, e cantada pelos estudantes, Augusto de Carvalho, João Gomes Junior, Júlio Barbosa, da Costa e Silva, Augusto Mena, Americo de Moura, Carlos Magalhães de Azevedo, Generino dos Santos, versão em latim por Mendes de Aguiar, versão para o francês por Henri de Lanteuil, versão para o castelhano de Pedro Restrepo Peláez, para o inglês por Henry Bramsby, em alemão e português nas colônias alemãs de Santa Catarina (entremeados os versos nos dous idiomas), em Esperanto por Francisco Valdomiro Lorenz e por incrível que pareça, em pleno 1926/1927, o Partido Monarquista "Ação Imperial Patrionovista" fazia cantar, nas suas reuniões enxer-

tando no grande poema de Duque Estrada, um "Do grande Pedro o grito retumbante...". O último a tentar ainda imprudente modificação ou mutilação, foi o sr. Murilo Wanderley, em fins de 1941 — felizmente sem nenhum êxito.

Nesta síntese, não podemos omitir ligeiras palavras sôbre os dous ilustres brasileiros aos quais devemos êsse monumental patrimônio.

Francisco Manuel da Silva nasceu no Rio de Janeiro a 21 de Fevereiro de 1795 e faleceu aos 70 anos, a 18 de Dezembro de 1865, também no Rio de Janeiro, na rua Velha do Conde n.º 48, sendo sepultado em Catumbi onde, por iniciativa da saudosa Chiquinha Gonzaga, foi erguido um mausoléu e, nêle, reunidos os restos mortais do glorioso brasileiro.

Joaquim Osório Duque Estrada, o autor do poema, era natural de Pati do Alferes, Estado do Rio de Janeiro e veio ao mundo a 29 de Abril de 1870, morrendo aos 57 anos, no Rio de Janeiro, em 5 de Fevereiro de 1927.

Nas emoções finais dêste modesto trabalho, recordaremos emoções outras evocadas de inúmeras outras não enumeradas, mas registradas ao som dos acordes retumbantes e patrióticos do Hino Nacional. Mariza Lira, no seu magnifico livro, relaciona alguns, encabeçando com o que se verificou com o seu próprio tio-avô, Dr. Rodolfo Benevenuto Garnier, médico particular do Marechal Deodoro da Fonseca. O dr. Garnier se emocionava muito quando lo ouvia. Sua emoção atingiu ao auge, certo dia em que, na sacada de sua residência em Florianopolis, assistia ao desfile de um préstito patriótico. Ao romper a banda militar os vibrantes acordes do Hino, o Dr. Garnier chorou de emoção, empalideceu e caiu morto. Em Maio de 1935, registrou-se um caso de rara emotividade e de tristissima recordação. Uma criança, uma pequenina e inocente colegial da Escola Bezerra de Meneses, — Glice Maria, filhinha do advogado Galba de Paiva, adoecia gravemente: No seu delirio final, no instante derradeiro, despedia-se dêste mundo, cantando docil e santamente o Hino Nacional. Em Pirapéra, o cidadão Manoel Diniz, em Março de 1924, morria também ao cantar o Hino.

Há pouco tempo, eu mesmo senti um estremecimento de patriotismo, quando visitei uma fazenda no interior de Minas Gerais, no município de Itabira. Trouxeram-me uma reliquia antiquissima. Um velho despertador. Puseram-no a funcionar e dêle, daquele pequeno conjunto, daquela maquina tão delicada, estrugiu, lindamente musicada, tôda a música ma-

gistral do grande Hino de Francisco Manuel. Procurei adquirir aquela preciosidade. Nada consegui. O fazendeiro, na simplicidade que o caracterizava, naquela brasilidade que o configurava, sabia o precioso valôr do que guardava. — Não tem preço, disse-me, envaidecido.

Mas não é sómente das máquinas-de-horas que o ouvimos.

Há quem reuna a paciência de ensiná-lo até aos passaros, — aos papagaios e aráras, sabiás e corrupeções, a passaros outros provindos das maravilhosas selvas de nossa Pátria querida e estremecida e que, domesticados e ensinados, falam, cantam ou gorgem o Hino Nacional Brasileiro.

A inspirada música de Francisco Manuel não ficou circunscrita aos limites nacionais, às orbitas estritamente brasileiras, e um dos mais evidentes exemplos dessa afirmativa, é encontrado no que nos legou o grande pianista americano Louis Moreau Gottschalk. Realizava o insigne mestre um concerto no Paço de São Cristovão, em Junho de 1869. Delirou a assistência ao término de a "Tarantella". Tais foram as ovações, de tal modo foi o entusiasmo manifestado que, Gottschalk, como que movido por u'a mola, numa inspiração quasi divina, voltou ao piano e naquele instante de gloria, improvisou a sua grande e empolgante composição — "As variações do Hino Nacional", sob uma espetacular tempestade de aplausos.

Dai em diante, já sob a denominação de a "Grande Fantazia sobre o Hino Nacional Brasileiro", passou a ser incluída nos mais consagrados e grandiosos programas, constituindo um dos pontos básicos, um dos esteios principais nos êxitos da nossa consagrada patricia, daquela que, muito a proposito, deixei para, como fecho de ouro, encerrar êste trabalho e cujo nome — sabem-no todos — é GUIOMAR NOVAIS.

Anchieta, pela primeira vez no Espírito Santo

Guilherme Santos Neves

Era no comêço de dezembro do ano de 1553. A população da Vila da Vitória acudiu curiosa à prainha junto ao mar, a ver aquela nau desarvorada, que mansamente entrava a pequena baía.

À frente da indiada e dos colonos, Bernardo Sanches de la Pimenta, (então dirigindo a Capitania, na ausência de Vasco Fernandes) e os padres Afonso Brás e Leonardo Nunes.

A velha nau fundeou a pouca distância. No seu velame descosido e rôto, no casco remendado em reparos recentes, na mastreação refeita de troncos ainda verdes, bem se podem ver os sinais da desapoderada tormenta que sofrera. Também no rôsto macilento dos jesuítas que agora chegam a terra, em grupo, esqueléticos e cansados, olhos fundos, faces maceradas, deixou vinco profundo o áspero naufrágio.

Nesse grupo soturno, atrás de todos, vem um mocinho, "estatura medíocre, côr trigueira, diminuto de carne"; sob a roupeta surrada nota-se-lhe a corcunda que o deforma: é o irmão José de Anchieta.

Abraçam-se aos pobres náufragos, os que esperam na praia; conduzem-no, amparados nos braços, até ao pequeno Seminário de meninos que Afonso Brás aqui erguera e fundara, no mesmo local onde, mais tarde, se levantará a Casa da Companhia, a Igreja de São Tiago, o actual Palácio do Governo. Aí crivam de perguntas, principalmente o padre Leonardo que anciosamente os esperava, pois tendo saído na mesma ocasião da Bahia, em outra nau, aqui chegara antes dêles havia tempo.

O irmão José, a um canto, narra as peripécias da agitada e tórbida viagem: "Tendo eu e quatro irmãos saído da cidade do Salvador, depois de fazermos 240 milhas por um mar tranquilo à feição do vento, chegamos a uns bancos de areia que, estendendo-se para o mar na distância de 90 milhas, e oferecendo uma como muralha em linha reta, tornam difficil a navegação; aí deitando a cada passo a sonda, gastamos todo o dia e, fundeada a embarcação, pelo meio de estreitos canais entrincheirados por montes de areia, por onde se costumava navegar; no dia seguinte, porém, reunidos feliz-

mente todos à farde, os marinheiros, julgando-se já livres de perigo, tranquilizaram-se e não pensaram mais nele, quando, de repente, sem ninguém o esperar, o leme salta fora dos eixos e encalha o navio; sobrevém ao mesmo tempo uma repentina tempestade de vento e aguaceiro, que nos atira para apertados estreitos; o navio era arrastado sulcando areias e, por causa dos frequentes solavancos, temíamos que se fizesse todo em pedaços”.

— E depois? — indagam curiosos os circunstantes, impressionados com a narrativa. Anchieta prossegue, após ligeira pausa: “... levados para um lugar baixo e inclinando-se a embarcação tôda para um lado, lembramo-nos de implorar o socorro divino, expondo as relíquias dos Santos, que conosco trazíamos, e lançando às ondas um Agnus Dei, aplacou-se a tormenta; caímos em um pego mais fundo, onde, deitando-se a cada passo a âncora, e colocado o leme em seu lugar próprio com pequeno trabalho e grande admiração de todos nós, esperávamos ficar tranquilos até romper da aurora. Era um lugar fechado de tôdas as partes por cachopos e montículos de areia, e sômente para o lado da proa havia uma estreita saída; quando, no entanto, se começava a descansar, eis que tudo se perturba na ameaçadora escuridão da noite, os ventos sopram com violência do Sul, caem imensos aguaceiros e, revolido em todos os sentidos, o mar abalava violentamente a embarcação, a qual, já gasta pelo tempo, pouca resistência oferecia; aberta embaixo para as ondas, estava tudo coberto d’água; esgotava-se o porão em cima para as chuvas, quatro ou cinco vêzes por hora e, para dizer a verdade, nunca se esvaziava; ninguém podia conservar-se a pé firme, mas andando de gatinhas, e para dizer corriam uns pelo tombadilho, outros cortavam os mastros, aqueloutros preparavam as cordas e amarras; neste comenos, a lancha, que estava atada à extremidade do navio, foi arrebatada pelo mar, partindo-se o cabo que a prendia; então começamos todos a tremer e a sentir veemente terror; via-se a morte diante dos olhos; tôda a esperança de salvação estava posta em uma corda e, quebrada esta, a nave ia inevitavelmente despedaçar-se nos baixios que a cercavam pela pôpa e pelos lados; corre-se à confissão: já não vinham cada um por sua vez, mas dois a dois e o mais depressa que cada qual podia. Em uma palavra, fôra fastidioso contar tudo que se passou. Rompeu-se a amarra: “Está tudo acabado!” — gritaram todos. Todavia, no meio de tudo isso não deixávamos de confiar com tôda a fé em Deus, se bem que cada um contasse com certeza morrer ali, e mais curasse de salvar a alma do que o corpo; confiávamos não só nas relíquias dos Santos, como também no patrocínio da Santíssima Virgem Maria, na véspera de cuja Apresentação tinham acontecido estas cousas”. “Entretanto, não nos servindo das velas

nem de auxílio algum humano, éramos levadosãos e salvos pelo meio dos escolhos, para onde a corrente nos arrebatava, e esperando a todo o momento que se despedaçasse a embarcação, expostos à chuva, flagelados por tremenda tempestade, vendo a morte a cada instante, passamos aquela noite sem dormir. Ao romper do dia, recobrando algum alento, conser-tamos da melhor maneira as velas, e, procurando a terra, de-sejávamos encalhar o navio na praia; mas, levados por uma corrente mais favorável do que esperávamos, chegamos a um pôrto bastante seguro, habitado por índios, onde nos acolhe-ram êles benignamente, e nos trataram com humanidade”.

(1)

— Ora graças a Deus! exclamaram alguns. — Sim, graças a Deus! repete Anchieta. Deus ali nos levou com o seu poder e graça. E conta: “No dia seguinte ao da nossa arribada, visitando eu e alguns irmãos as habitações dos Índios, foi-nos apresentada uma criancinha quase prestes a expirar, e fa-lando nós a seus pais para batizá-la, êles anuíram de boa men-te a isso; batizâmo-la e algumas horas depois foi levada para o céu. Feliz naufrágio que conseguiu tal resultado!” (2)

— Tem nome êsse lugar? — indaga Bernardo Sanches.

Brás Lourenço responde: É a bôca de um rio “que cha-mam das Caravelas”. E prossegue: “Depois que o navio foi aparelhado, o qual se aparelhou com o despojo de outro na-vio que vinha conosco e que deu à costa e não se salvou mais que a gente e alguma parte da carga (enfim que andava Nosso Senhor conosco a trazer-nos o remédio de outras partes!), as-sim desta maneira nos embarcamos e viemos a êste Espírito Santo...” (3)

—oOo—

Com esta narrativa de Anchieta e a do Padre Brás Lou-renço — as quais poderiam incluir-se nas famosas relações de naufrágios das “Histórias trágico-marítimas” — bem se pode seguir, quase passo a passo, o roteiro de Anchieta, de Caravelas até o Espírito Santo, precisando-se, tanto quanto possível, o dia exato em que aqui pisou pela primeira vez.

Sabe-se, através da relação citada, que, no dia 20 de novembro de 1553 — véspera da Apresentação de Nossa Se-nhora — sofreram os jesuítas que se dirigiam da Bahia para São Vicente, o naufrágio já descrito. No dia seguinte, 21, es-tavam êles em Caravelas, aí permanecendo, para reparos da embarcação, oito dias, como informa Anchieta neste passo. “Ai demorâmo-nos oito dias por causa dos ventos contrários que reinavam” (4). Depois, seguiram viagem até o Espírito Santo.

Diz o reverendo e culto Padre Hélio Abranches Viotti,

S. J. (5) “De Caravelas devem ter saído entre 29 e 30 de novembro, para estar assim na primeira quinzena de dezembro em Vitória”.

Basílio Daemon também o diz, citando o mês de dezembro, mas sem referir a quinzena nem o dia. (6)

Vamos tentar apertar um pouco mais os pontos, reduzindo, a um ou a dois dias apenas, a dúvida que envolve a data em que pisou Anchieta a terra capixaba.

De Caravelas ao Espírito Santo, segundo Gabriel Soares de Souza (7), são sessenta léguas mais ou menos. Confirma-o Afonso Brás, em carta escrita do Espírito Santo, data de 1551 (8). Essas sessenta léguas correspondem aproximadamente a 180 milhas marítimas.

Ora, segundo informe que pedimos à cultura eminente de Luiz da Câmara Cascudo, (9) — outrora “as caravelas velejavam entre quatro e cinco milhas horárias, folgadas, na travessia para o Brasil. Por aí, descendo da Bahia para o Espírito Santo, com Anchieta a bordo, uma nau, nau da Companhia, veleira e leve, devia e podia fazer mais ajudada pelo empurro dos alísios amáveis como gente capixaba. Digamos, pois, cinco a seis milhas por hora”.

Isto pôsto, as 180 milhas que distam, mais ou menos, de Caravelas a Vitória, podiam ter sido velejadas pela nau de São Vicente — aquela em que vinha Anchieta (ajudada pelo empurro dos alísios. “amáveis como gente capixaba” — na expressão gentil de Câmara Cascudo) — gastando-se no percurso mais ou menos 36 horas.

Se assim foi — e nada impede que assim fôsse — partindo aquela nau de Caravelas a 29 ou 30 de novembro de 1553, aqui estaria entrando a nossa barra na tarde do dia 1.º ou na manhã do dia 2 de dezembro.

Foi êsse o primeiro contacto entre Anchieta e a terra capixaba, terra que êle abençoou com a sua presença, terra que êle cresceu com o seu ensinamento, terra que agasalhou, na morte, em 1597, seu macerado corpo — tão leve, tão leve... — bendita terra capixaba!

Notas — 1) “Cartas de Anchieta” Publicações da Academia Brasileira de Letras, (Rio, 1933 págs. 108/110)

2) Idem, pág. 110

3) Apud Padre Viotti, “A viagem de Anchieta em 1553 para São Vicente”, in “Jornal do Brasil”, 25.7.1953

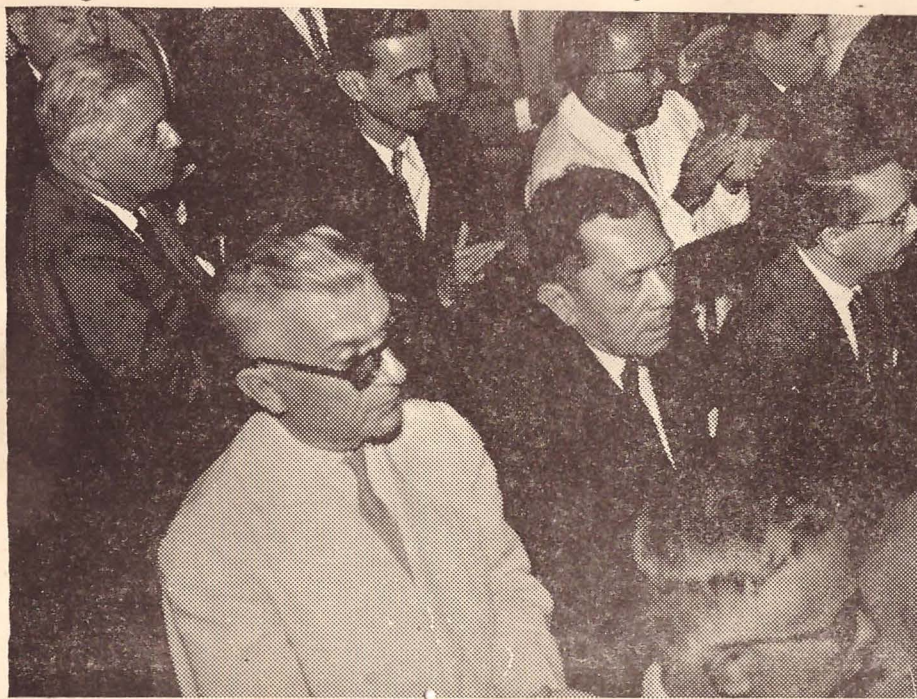
4) “Cartas de Anchieta”, pág. 110

5) Padre Viotti, estudo citado.

6) “Descoberta, História e Estatística da Província do Espírito Santo”, Rio, 1879, p. 67.

- 7) "Tratado Descritivo do Brasil, 3a. ed. ps. 66/75
- 8) "Cartas avulsas", Publ. Academia Brasileira de Letras, 1931, p. 87
- 9) Carta particular, datada de 17-X-953

Notas — 1) "Cartas de Anchieta", Publicações da Academia Brasileira de Letras (Rio de Janeiro, 1932), pp. 108-110.
2) Idem, pp. 110-111.
3) Apud Padre Vital, "A viagem de Anchieta ao Brasil", pp. 102-103.
4) Padre Vital, "A viagem de Anchieta ao Brasil", pp. 102-103.
5) Padre Vital, "A viagem de Anchieta ao Brasil", pp. 102-103.
6) "Descoberta, História e Estatística da Província do Espírito Santo", Rio, 1878, p. 87.



**Outro aspecto da assistência presente, no IHGES, por ocasião da
centenário do Dr. Antônio Athayde**

Cinquentenário da Diocese Espírito-santense

Nelson Abel de Almeida

A data que hoje transcorre é um marco assinalado e altaneiro na vida social do povo espírito-santense; a data que ora vamos comemorar, embora evoque a proclamação da República, é, especialmente, para a terra capichaba, uma data de elevada significação espiritual, porque marca o transcurso do cinquentenário da criação da Diocese do Espírito Santo.

Não era possível, e nem se poderia compreender que o 15 de Novembro de 1945 passasse despercebido em o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; não era admissível mesmo, que a Casa do Espírito Santo não se abrisse, festiva e alegre, para se associar ás comemorações que, em todo o nosso Estado, têm sido realizadas em regosijo do primeiro cinquentenário da Diocese capichaba, comungando assim, com o povo desta unidade da Federação, dos seus bem justificados sentimentos de alegria; seria uma falta imperdoável, e êste sodalício, que guarda, avaramente, as tradições da terra de Domingos Martins e que em todos os tempos e em tôdas as épocas, em tôdas as horas e em todos os minutos, tem resistido á fúria destruidora dos que, jamais, quizeram compreender a alma da gente capichaba, e êste sodalício, repito, ficaria assinalado pela posteridade, se não se solidarizasse, públicamente, com as festividades comemorativas de tão fecundos cinquenta anos, através dos quais a espiritualidade do povo espírito-santense mais se acentuou e mais se aprimorou.

Casa de trabalho silencioso e beneditino, associação cultural que não se prende a partidos políticos ou a credos religiosos, porque ela só tem um partido político e só tem uma religião, — a História e a Geografia do Espírito Santo, nos seus mais diferentes aspectos —, casa de trabalho beneditino e silencioso, associação cultural de programa definido, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, sem espadas flamejantes e sem armas, terrivelmente, mortíferas, tem sido sempre, uma trincheira inexpugnável, a defender as tradições da terra e jamais esqueceu aos que, no passado trabalharam pelo seu engrandecimento, isto é, pelo engrandecimento desta terra querida e dadivosa.

Mas não é preciso que se diga, para justificar essa sessão solene, ora promovida pela nossa Casa, pela Casa do Es-

pírito Santo, a qual não é só nossa, porque é, também de todos os espírito-santenses.

—000—

Senhores:

Não era possível que o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, pela palavra desautorizada de seu orador oficial, deixasse passar, sem uma referência, ao menos, a grande data cívica, que é o **Quinze de Novembro**, data essa que lembra a Proclamação da República, em nossa Pátria.

Não é intuíto meu, e nem isso se faz mistér, dedilhar, aqui, página a página, letra a letra, fato a fato, o que foi êsse acontecimento magnífico de nossa história; não é pensamento meu investigar ou relembrar, nessa hora mágna, as causas que determinaram fôsse a nossa forma de govêrno modificada; não é de minhas cogitações estudar, agora, as personagens marcantes da Proclamação da República, ou indagar se fizeram bem ou mal, tomando a deliberação que tomaram, porque a filosofia histórica é, por demais, complexa e, de quando em quando, enganam-se os historiadores, nas assertivas mais apresadas que fazem.

Se, entretanto, não vou historiar a Proclamação da República, no Brasil (fato conhecido, e de sobra, pelo seletto auditório aqui presente) ao menos quero relembrar os nomes illustres de Deodoro. Lopes Trovão, Quintino Bocaiuva, Floriano, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Silva Jardim, Nilo Peçanha, Francisco Glicério, Prudente de Moraes, Campos Salles, Benjamim Constant, Solon Ribeiro, Campos Sobrinho, Patrocínio, Ruy Barbosa e tantos outros que, sonhando com melhores dias para a Pátria, levaram-na de um regime a outro.

Justo é que, não esqueçamos também, nesta rememoração simples, (e isto parece um paradoxo) o vulto sereno, e cada vez mais admirado, do velho Imperador Pedro II — o homem que, embora exilado na Europa, despido da magnificência de seu poder, jamais teve uma palavra de recriminação para os condutores do movimento republicano, jamais se esqueceu do Brasil.

Pedro II, meus senhores, foi digno do Brasil; o Brasil orgulhou-se e sempre se há de orgulhar do velho monarca, do homem que, no século XIX, no dizer de um estadista sul-americano, governava a única república da América do Sul.

Nesta hora que, não é tempestuosa, mas cheia de apreensões e de imprevistos, pensemos nós, nós todos, brasileiros de nascimento ou pelo coração, pensemos no Brasil, evoquemos os nossos antepassados, a nossa história gloriosa, e ergamos preces a Deus, suplicando-Lhe vele pela nossa pátria, dando-lhe paz, harmonia e concórdia e dando, também aos seus governantes, aos seus dirigentes máximos uma santa inspiração a fim de que seja o Brasil bem conduzido.

Minhas Senhoras. Meus Senhores:

Ao ensejo da comemoração do cinquentenário da Diocese espírito-santense penso que me é lícito dizer-vos algo, embora mui rapidamente, sobre os benefícios que o Espírito Santo e o seu povo têm auferido dos santos ensinamentos de Jesus.

E é, a este ensejo, que em minha retina se fixa o quadro admirável, do que deveria ser a nossa bahia de Vitória, em 1535.

Como deveriam ter ficado espantados os indígenas quando, ancorada ali, na vetusta Vila Velha, a caravela de Vasco Fernandes Coutinho!

E depois? Depois foi a obra civilizadora do português; depois foi a obra de catequese do Padre Afonso Braz, do Irmão Simão Gonçalves, Braz Lourenço e do Venerável Anchietá e de tantos outros; depois são as igrejas e capelinhas, espalhadas aqui e acolá, em todos os pontos do Estado e em tôdas as direções da donataria.

E é a Igreja da Serra, a de Nova Almeida, a de Itapeirim, a de Guarapari, a de São Mateus; e são tantas outras.

E é o Convento de S. Francisco e é a Igreja de São Tiago, nesta Cidade de Vitória; e é o Colégio dos Jesuítas, também aqui, em nossa Capital.

E é ainda o Convento da Penha, obra admirável e sempre admirada, obra que atesta o quanto pode a fé e confirma, incontestavelmente, a manifestação de Deus em tôdas as cousas, em tôdas as creaturas humanas; e é o Convento da Penha, a glorificar a Virgem Santíssima, a conservar, imperecível, o nome de um frade humilde — Pedro Palácios; é o Convento da Penha, a síntese sublime e perfeita das aspirações, não apenas do povo capichaba, mas de toda a nacionalidade.

Aqui, o Evangelho foi pregado a todos os homens de boa vontade; aqui o Evangelho foi pregado nas cidades e nos campos, nos vales e nas ravinas.

Todos os que quiseram, ouviram e guardaram as palavras do Filho do Homem; todos os que quiserem ainda poderão ouvi-la, ainda poderão guardá-la.

—000—

E a catequese jesuítica, os colégios fundados constituiriam os alicerces, sobre os quais, no futuro, se iria assentar a Diocese capichaba, esta Diocese que é, foi e será, eu o afirmo, o presente, mais precioso da Santa Sé, ao povo espírito-santense, esta Diocese, que é um atestado vivo do zelo apostólico, de S.S., o glorioso e sempre lembrado Leão XIII, pelos seus filhos espirituais, pelos católicos brasileiros.

É que S. Santidade, sentindo os anseios justos dos seus filhos espirituais, da terra capichaba, criou a nossa Diocese. Foi isso em 15 de Novembro de 1945; faz hoje, precisamente, cinquenta anos, dêsse acontecimento magnífico.

E nesse lapso de tempo decorrido as mésseas colhidas foram muitas. A Diocese que possuía 22 paróquias, das quatro, praticamente, não existiam, conta, hoje, com 35 paróquias e trinta e dois padres seculares, além dos agostinianos, os jesuítas, os franciscanos, os salesianos, os do Verbo Divino.

Os colégios católicos, dia a dia, aumentam em seu número; as religiosas espalham, em todos os recantos da Diocese, as primícias de sua fé inimitável. Os homens também fundam as suas associações e o respeito humano é varrido de todos os lares, é varrido de todos os corações.

Aqui, entre os presentes, creio que muitos tiveram a felicidade de conhecer os bispos que presidiram os destinos espirituais do nosso povo; aqui todos conhecem D. Benedito Paulo Alves de Souza e D. Luiz Scortegagna.

— 000 —

Nesta hora de evocações espirituais, minhas senhoras e meus senhores, os nossos pensamentos se erguem aos céus para levarem, até lá, até o Santo Padre Leão XIII, os nossos mais fervorosos agradecimentos pela criação da Diocese do Espírito Santo.

E, também nesta de evocações espirituais, senhoras e senhores, eu vos repito aqui, o que dissera, em uma palestra feita, para os homens desta Capital, na Igreja de São Gonçalo, por ocasião do nosso majestoso Congresso Eucarístico Diocesano.

Naquela ocasião eu afirmei: — “Foi, ilustres ouvintes, guiada pela energia serena e paternal de D. João Nery, de D. Fernando e de D. Benedito, que a nossa Diocese cresceu, progrediu. Foram eles os desbravadores, os lenhadores que empunharam o machado e enfrentaram a selva, ainda virgem. E triunfaram. E D. Luiz, nosso amado Bispo, tem sido o digno continuador da obra iniciada, em 1895, por D. João Nery; e agora no céu da Igreja Católica Apostólica Romana, na Diocese Capichaba, brilham, esplendorosas, quatro estrelas, quatro estrelas que representam esses quatro homens, integralmente católicos, dotados de um espírito, profundamente, apostolar, quatro homens que, nestes novos tempos, mostraram-se e se tem mostrado imbuidos daquela missão que o Divino Mestre atribuiu, antes de sua ascensão gloriosa, missão cheia de sacrifícios, de tropeços e contida, nestas palavras, tão simples e tão eloquentes: — “A MIM ME FOI DADO TODO O PODER NO CÉU E NA TERRA. IDE, POIS, E FAZEI DISCÍPULOS MEUS A TODOS OS POVOS, BATIZANDO-OS EM NOME DO PAI, DO FILHO E DO ESPÍRITO SANTO, E ENSINANDO-OS A OBSERVAREM TUDO QUANTO EU VOS TENHO MANDADO. E EIS QUE ESTOU CONVOSCO TODOS OS DIAS ATÉ A CONSUMAÇÃO DOS SÉCULOS”!

E esta ordem, todos nós, os espírito-santenses de hoje e os de outros tempos, e esta ordem do Meigo Nazareno, tem sido, á risca, cumprida pelos eminentes bispos da nossa terra.

Somos um povo feliz; gozamos de uma especial proteção do Altíssimo”.

E hoje, neste instante soleníssimo, não tenho motivos para pensar de outro modo.

Minhas Senhoras. Meus Senhores:

Perdoai-me por essas palavras desataviadas, mas sinceras. Foi o melhor que pude conseguir para esta sessão,, de profunda espiritualidade.

Fui insôso, bem o sei. Felizmente, entretanto, daqui há pouco ouvireis a palavra, cheia de encantamentos, de uma intellectual capichaba, a nossa preclara consócia D^a. Maria Stella de Novais. Ela vos fará esquecer os meus conceitos desconexos.

Ela vos irá dizer, com o coração, o que foi a personalidade vigorosa de D. Fernando de Souza Monteiro; ela vos dirá do seu gênio de apóstolo, das suas virtudes humanas.

Os momentos de desprazer que vos causei, serão, por ela, fartamente, recompensados.

Ouví-a e aplaudí-a.

Os Cursos Jurídicos no Brasil

Placidino Passos

(Publicado no dia 11/8/959 — 132º aniversário do início da vida Jurídica Brasileira)

Em 11 de agosto de 1947 assinalava essa data o 120º aniversário da criação dos Cursos Jurídicos no Brasil.

Pela passagem desse dia, lembrando tão notável acontecimento, li na Assembléia Legislativa um discurso, quando ao tempo exercia o mandato de Deputado Estadual, a fim de que fosse consignado em ata um voto de homenagem a tão magna data com as congratulações ao Colendo Tribunal de Justiça e às Instituições Jurídicas e Sociais que comemoravam o auspicioso feito.

Hoje, lembrando o 132º aniversário do início da vida jurídica brasileira, acho por bem trazer a público as palavras que proferi naquela ocasião, com algumas alterações, prestando, novamente, uma modestíssima homenagem a tão importante fato da história cultural brasileira, sem nenhuma credencial é certo, porém, como um patriota e pelo respeito-às grandes datas históricas, o que sempre manifestei, promovendo festividades cívicas no exercício de cargos públicos que ocupei no setor educacional.

Acompanho, assim, com real admiração as comemorações que as Associações que cultuam o Direito celebrarão condignamente.

Data memorável a que hoje passa, assinalando o 132º aniversário da criação dos Cursos Jurídicos no Brasil, em 11 de agosto de 1827.

Foi um acontecimento digno de nota que influiu agradavelmente no espírito da geração da época, vibrando-a de entusiasmo, pois os filhos destas plagas, ao tempo, com o manifesto desejo de serem doutores em leis, procurando, assim, se enriquecer com os conhecimentos da Ciência do Direito, teriam de atravessar o Atlântico em viagem penosa e de grande dispêndio até Coimbra, lá na terra de Camões, o grande e histórico Portugal.

Considera-se o dia 5 de novembro dia da cultura brasileira, em homenagem ao insigne mestre do Direito, Ruy Barbosa, nascido nessa data em 1849. Na minha desvaliosa

opinião, porém, a maior data da cultura brasileira, senão uma das maiores, se há tantas tão magnas neste sentido, é o dia 11 de agosto que relembra um notável feito da história cultural da brasileira gente, da qual o grande Ruy é o maior monumento da inteligência e do saber.

Foi a 11 de agosto de 1827 que Pedro I expedindo uma lei contribuiu para que o seu Ministro do Império, o Visconde de São Leopoldo, assinasse o Decreto autorizando a criação e funcionamento dos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um na cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco, e outro na cidade de São Paulo, Estado do mesmo nome.

Nêsse mesmo ano, a 15 de outubro, tivemos também, por força de lei, a primeira organização do ensino primário. Época, portanto, do início, no Brasil, do ensino de primeiras letras e do ensino de alta cultura. O primeiro e mais importante serviço público — a chave da arca do saber.

O segundo, um acontecimento incomparável e um valioso ato governamental — o saber da arca, a arte do bom e do justo, a ciência do bem a serviço de nobres causas em defesa das quais esteve sempre o célebre jurisconsulto, Ruy Barbosa, consagrando-se em Haia pelos seus vastos e profundos conhecimentos, advogando-as igualmente o eminente Barão do Rio Branco — o Deus Terminus — outro vigoroso talento e um ilustre diplomata que foi.

Em 1825, a 9 de janeiro, é bem verdade que um Decreto de Pedro I, referendado pelo seu Ministro Antonio Ribeiro de Rezende, criava no Rio de Janeiro uma Faculdade de Direito.

Estava assim redigido o Decreto:

“Querendo que os habitantes dêste vasto e novo Império gozem quanto antes de todos os benefícios prometidos na Constituição, artigo 179, parágrafo 33, e considerando ser um destes a educação e pública instrução, o conhecimento do Direito Natural Público e das Gentes e das Leis do Império, a fim, de se poderem consignar para os futuros Magistrados hábeis e inteligentes, sendo, aliás, de maior urgência, acautelar a notória falta de bachareis formado para os lugares de magistratura pelo estado de independência política a que se elevou este Império, que torna incompatível ir demandar como dantes, estes conhecimentos à Universidade de Coimbra ou ainda a qualquer outros países estrangeiros, sem grandes dispêndios e não se podendo desde já obter frutos desta indispensável instrução, se ela se fizer independente de grandes e dispendiosos estabelecimentos de Universidade, que só com o andar do tempo poderão completamente realizar-se: — Hei por bem ouvindo o meu Conselho de Estado,

criar provisoriamente um Curso Jurídico nesta Côrte e Cidade do Rio de Janeiro, com as convenientes cadeiras, lentes e com os métodos, formalidades, regulamentos e instruções que baixarão assinadas por Estevão Ribeiro de Rezende, de Meu Conselho, Meu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. O mesmo Ministro e Secretário de Estado o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. — Paço, 9 de Janeiro de 1825. — 4.º da Independência e do Império — Pedro Antonio Ribeiro de Rezende".
(Ortografia atual)

Data comemorativa da criação do Curso Jurídico no Brasil deveria ser, portanto, o 9 de janeiro.

Não se instalou, porém, êsse Curso, nem funcionou embora não fosse instalado.

Sòmente a 11 de agôsto de 1827 um novo Decreto criou dois Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais que a 18 de abril de 1828 e a 1.º março do mesmo ano, começaram a funcionar, um em Olinda no Estado de Pernambuco e outro na cidade de São Paulo, Estado do mesmo nome.

Afirmou o Visconde de São Leopoldo, escrevendo em suas "MEMÓRIAS" publicadas na Revista do Instituto Histórico Brasileiro:

"Ao tempo dêste meu Ministério pertence o ato que reputo o mais glorioso da minha carreira política, e que me penetrou do mais íntimo júbilo que pode sentir um homem público no exercício de suas funções. Refiro-me a instalação dos dois cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, consagração definitiva da idéia que eu aventara na Assembléia Constituinte, em sessão de 14 de junho". (Ortografia atual).

Celebrou-se solenemente a instalação do Curso Jurídico de Olinda, em sendo iniciadas as aulas.

Estiveram presentes ao ato o Presidente da Província, autoridades civis e militares, bem como inúmeras pessoas de destaque social.

Ao findar a solenidade uma tropa militar e a artilharia postadas em frente ao antigo edifício do Mosteiro de São Bento, onde tiveram início as aulas, prestaram honras com as salvas do estilo.

Por iniciativa da Câmara Municipal de Olinda foi celebrado um **Te-Deum**, em louvor ao Onipotente Senhor dos Mundos, e as residências se apresentaram belamente ornamentadas.

As matérias do programa estavam assim distribuídas pelos cinco anos do Curso:

- "1º ano — Direito Natural Público, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia;
- "2º ano — Continuação da cadeira do ano anterior e mais — Direito Público Eclesiástico;
- "3º ano — Direito Pátrio Civil e Direito Pátrio Criminal com a Teoria do Processo Criminal;
- "4º ano — Continuação do Direito Pátrio Civil, Direito Mercantil e Marítimo;
- "5º ano — Economia Política e Teoria e Prática do Processo adotado pelas leis do Império".

Por livre vontade do Governo eram nomeados os primeiros lentes, sem concurso, sendo escolhidos, assim, os rábulas e outras pessoas sem preparo jurídico.

Mediante um Decreto da Regência, datado de 29 de agosto de 1831, foi instituído o concurso para lentes, constando as provas de uma preleção durante uma hora com o preparo antecipado de 24 horas; de uma prova escrita com o prazo de 8 horas; de uma arguição sobre quatro teses com o prazo de 8 dias para o preparo e impressão das mesmas.

No dia 1º de março de 1828, às 4 horas da tarde, instalou-se o Curso Jurídico da cidade de São Paulo, numa das dependências do Convento de São Francisco, iniciando-se as aulas na ocasião

O ato foi também celebrado solenemente, comparecendo o Presidente da Província, o Bispo Diocesano e grande número de pessoas de destaque social na cidade paulista.

Os primeiros bachareis formados foram em número de seis, pois era diminuto o número de estudantes no início desse Curso Jurídico.

A primeira turma de bachareis formados em Olinda foi em número de 41, pois foi grande o número de estudantes desse Curso Jurídico.

O Curso Jurídico de Olinda passou a funcionar em Recife a partir de 30 de maio de 1833, sendo instalado primeiramente na casa de residência dos Governadores de Pernambuco, depois numa casa alugada e em seguida no Colégio dos Jesuitas.

Hoje se encontra em prédio apropriado, de belas proporções.

Em São Paulo a Faculdade de Direito está também instalada num edifício condigno que foi construído no mesmo local da antiga.

Temos assim nos referido aos Cursos que há 132 anos foram criados e passaram a funcionar no Brasil, tornando-se o centro da cultura jurídica que formou uma plêiade de

valores na magistratura brasileira, cujos méritos intelectuais e morais e cujos sábios e profundos conhecimentos do Direito glorificaram a Pátria.

Congratulamo-nos com as Instituições Jurídicas que nesta data, comemoram tão auspicioso e notável acontecimento da nossa história, principalmente com a Associação de Juristas que, aproveitando a oportunidade, presta também uma homenagem ao insigne espírito-santense, magistrado e professor de Direito que foi Afonso Cláudio de Freitas Rosa, relembrando o primeiro centenário do seu nascimento.

Em 11/8/959.

VASCO FERNANDES COUTINHO

Luiz Guilherme Santos Neves

Vasco Fernandes Coutinho foi fidalgo da Casa Real portuguesa segundo registro do próprio D. João III, na carta de doação e no foral da capitania que seria a do Espírito Santo. No primeiro daqueles documentos vai mais longe o rei: assinala que a doação a Vasco Fernandes representava mercê aos muitos serviços prestados à Coroa Portuguesa, “nestes Reinos (Portugal) como em África e nas partes da Índia onde serviu”. Sempre dando de si boa conta — acrescenta noticioso o soberano.

Eis, portanto, passada sob chancela real, a fôlha de serviços do nosso donatário antes da vinda para o Brasil.

Compulsando velhas fontes, lograram os historiadores colher outras referências sobre Vasco Coutinho.

Goa, Malaca e China, citam-se entre as partes do Oriente onde teria servido, ao comando do intrépido Afonso de Albuquerque, conquistador das Índias. Tais andanças ultramarinas valeram-lhe sem dúvida experiência nas campanhas de conquista, e contribuíram para lhe acentuar o ânimo aventureiro. É de se crer haja capitalizado lucros financeiros. Pelo menos, na época da doação das cinquenta léguas de terra na costa brasileira, desfrutava situação econômica tranquila e cômoda que lhe permitia vida folgada na Metrópole.

Possuía bens e haveres: na vila de Alenquer, uma quinta, e propriedades em Santarém.

Do Erário português auferia ainda, mensalmente, a título de remuneração por serviços prestados à Coroa, tença de trinta mil reais.

De todo esse patrimônio se desfêz o donatário para levantar os recursos necessários à colonização da capitania. Nada poupou. Mesmo a pensão régia, trocou-a por navio e provisões, conforme consigna o Alvará datado de 14 de junho de 1534.

Despojando-se, como se vê, irremediavelmente, de tudo quanto tinha, arrojou-se Vasco Fernandes ao destino de conquistar um Mundo Novo que nem mesmo conhecia.

Que motivos o impeliram? O desejo de aventuras, a ambição da riqueza fácil vislumbrada nas cintilações fabulescas do el-dourado, a disposição de servir a el-rei, uma vêz mais ainda — ou a vaidade de se tornar senhor de um feudo onde gozaria de poderes quase absolutos?

Perduram as interrogações

Deixando Lisboa em princípios de 1535, transporta-se para o Brasil na caravela Glória. Estima-se em sessenta pessoas o número de seus acompanhantes. Dentre êles, figuravam D. Jorge de Menezes e D. Simão de Castelo Branco, fidalgos de nobreza discutida e de conduta reprovável.

D. Jorge de Menezes passa por ter sido indivíduo de temperamento desvairado e turbulento, apesar de valoroso. De Simão de Castelo Branco pouco se sabe com certeza. Os historiadores têm tomado a ambos como degredados que aqui vieram cumprindo penas. A presença dêles na expedição sugere que não veio o donatário cercado da melhor gente do Reino. A própria família — a mulher, D. Maria do Campo, ou os dois filhos nascidos do casal, Jorge de Melo e Martim Afonso de Melo — tem participação incomprovada na viagem.

A êste magote de povoadores se encorporariam, no futuro, desordeiros e maus elementos homiziados por Fernandes Coutinho, como recurso para povoar o senhorio. Os tropêços de tôda ordem advindos do emprêgo desta gente indisciplinada e tumultuária constituíriam um dos fatores da perdição do infeliz governador.

*
* *

Hostil foi o primeiro contacto entre brancos e índios, verificado por ocasião da chegada à capitania, em 23 de maio de 1535.

Afugentado o gentio com disparos de armas de fogo, lança-se o capitão às providências iniciais da implantação da donataria, estabelecida a princípio na atual cidade de Vila Velha, nas proximidades da praia.

O batismo da terra, denominada Espírito Santo — estava-se no dia dedicado pela Igreja à terceira pessoa da Santíssima Trindade — a construção das obras de defesa, a distribuição de sesmarias aos colonos, a edificação da igreja, formam entre as medidas tomadas inicialmente.

Com vagar, outras providências vieram. Destaque-se o trabalho, nem sempre bem sucedido, de aliciamento do índio rebelde e a criação de engenhos e moendas.

Não foram de todo desfavoráveis os primeiros anos de atividades no E. Santo, malgrado a insuficiência numérica dos colonos e dos recursos disponíveis. O que foi possível fazer, se fêz diligentemente.

Houve percalços, lutas, desinteligências, atritos, dificuldades a vencer, ameaças de crise. Mas também intervieram a favor do donatário os golpes da sorte, como succedeu, por exemplo, quando da chegada de Duarte de Lemos proveniente da capitania da Bahia.

Fidalgo da Casa Real, o recém vindo era homem disposto e enérgico, apesar de ambicioso, interesseiro e desleal. Esta deslealdade se evidenciaria alguns anos depois quando, já afastado do E. Santo, intrigou Vasco Fernandes com o rei, em carta de 1550, enviada ao Reino, da capitania de Pôrto Seguro, onde se achava.

No momento, porém, de sua chegada ao E. Santo, revela-se auxiliar eficiente e arrojado, destacando-se nos combates aos silvícolas aguerridos, tormento constante. Como retribuição pelos serviços prestados não tardaria o capitão em lhe conceder a melhor ilha dos seus domínios, então chamada de Santo Antônio, e onde seria, posteriormente, instalada a sede da capitania. Neste gesto de reconhecimento pela cooperação valiosa recebida do companheiro na hora do perigo, patenteia-se um dos traços do caráter de Vasco Coutinho: a generosidade.

Impulsivo e confiante, deixando-se talvez levar pelas impressões momentâneas, o tempo se encarregou de mostrar o quanto fôra precipitado na oferta feita a Duarte de Lemos.

Confrontando as personalidades desses dois vultos que marcam a crônica dos tempos heroicos de nossa formação histórica, escreve Malheiro Dias: “Êstes dois homens são a antítese um do outro. Em contraste com o cavalheirismo pródigo de Coutinho, Duarte de Lemos é um ambicioso a frio, calculador e intrigante.”

Em 1540 Vasco Fernandes Coutinho se acha em Portugal. Na mesma época, lá se encontra Duarte de Lemos em cujo favor, aproveitou-se a ocasião, para passar escritura de doação da Ilha de Santo Antônio.

Acredita-se que a viagem do donatário à Metrópole prendeu-se à necessidade imperiosa de obter novos recursos em homens e provisões para prosseguimento da obra colonizadora.

* * *

Foi longa de quase sete anos a ausência do capitão.

Quando regressa, depara a capitania em decadência, desarvorada e semidestruída pelas constantes arremetidas do gentio e pela incapacidade administrativa dos que a dirigiam naquele interregno.

Nem por isso esmoreceu. A persistência com que se atirava à luta e ao trabalho, à reconstrução muitas vezes recomçada, é nele digna de louvores. Malograda a obra, poderia dela ter desistido como o fizeram outros donatários,

contemporâneos de infortúnio. Vasco Fernandes não. Insistia. Empenhava-se com denôdo em busca do tempo perdido.

Numa tentativa última de se pôr côbro às incursões dos selvagens, e visando aproveitar os meios naturais de defesa, transferiu a sede da governança para a Ilha de Duarte de Lemos, depois chamada Vila da Vitória.

Aos poucos, melhora a situação, possibilitando ao donatário ausentar-se novamente. Entre 1550 e 1555 admite-se a hipótese de outra ida a Portugal.

Retornando ao E. Santo, os graves problemas de sempre o aguardavam sobressaindo a permanente ameaça dos indígenas rebelados contra os brancos. No correr dos anos seguintes, esta ameaça vai-se tornando de tal forma séria que um pedido de socorro ao Governo Geral na Bahia prontamente é atendido. Graças ao auxílio oficial, conjura-se o perigo representado pelos índios enfurecidos, em especial ao norte da capitania. Mas não muda a sorte do capitão donatário.

O insucesso instalara-se em terras de Coutinho, que perdia recursos e saúde. Nas viagens a Portugal, contrairia dívidas. Quanto à saúde, desgastaram-na as privações, os sacrifícios feitos, a vida áspera de conquistas e lutas. É preciso não esquecer que o donatário viera para o Brasil entrado em anos, tendo esbanjado no Oriente o vigor e os ímpetos da mocidade.

Em carta dirigida ao rei em 1555, o 2.º Governador Geral Duarte da Costa, a êle se refere como um velho empobrecido e cansado. Vasco Fernandes mesmo escreveria a Mem de Sá, em maio de 1558: "sou já mui velho e mui cercado de doenças". Confessando com humildade os seus pecados, sente a morte próxima, o que o deixa intranquilo quanto ao destino que possa ter a capitania. Não esconde o desejo de encontrar quem a povoe "para que não esteja tão deserta".

É admirável a dedicação dêste homem à terra desbravada à custa do que possuirá de mais caro. No afã de colonizá-la, se desgasta, conhece os revezes da sorte, vê-se vítima da calúnia urdida por Duarte de Lemos para indispor-lo com o rei. Nem a igreja lhe perdoa. Contra êle invectiva o bispo Pero Fernandes Sardinha, reprovando-lhe duramente a conduta e a fraqueza, pois contrairá o vício de "beber fumo".

Se falhou como governador da terra recebida em doação, por lhe faltarem dotes administrativos e capacidade de comando, por ser crédulo em excesso e otimista em demasia, como homem honrou até à morte o compromisso firmado com el-rei.

Falece em 1561, deixando a capitania ao filho bastardo, de igual nome, nascido de Ana Vaz.

Não pôde a história fechar os olhos aos muitos erros que cometeu, às ausências prolongadas do governo da capitania, às atitudes inconstantes que o caracterizaram. Mas, justiça se lhe faça, como lapidariamente quer José Teixeira de Oliveira:

“justiça à dedicação, à generosidade, à bravura, solidariedade e espírito magnânimo do primeiro donatário”. Assim seja.

Autores consultados:

- José Teixeira de Oliveira, “História do Estado do Espírito Santo”, Rio de Janeiro, 1951.
- Pedro de Azevedo, in “História da Colonização Portuguesa no Brasil”, Capítulo V, “Os Primeiros Donatários”, págs. 200 a 203, Litografia Nacional, Pôrto, 1924.
- Malheiro Dias, in “História da Colonização Portuguesa no Brasil”, Capítulo VI, “O Regime Feudal das Donatarias”, págs. 241 a 243, idem.
- Mario Aristides Freire, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n.º 15, “Reabilitação histórica de Vasco Fernandes Coutinho”.

Vitória, 23 de maio de 1961.

TERRA NATAL

João Motta

Conferência realizada no salão nobre da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, a 7 de setembro de 1910, e publicada nos nrs. 2, 4 e 5 de ALBUM, revista literária bimensal daquela cidade.

(Contribuição do sócio-correspondente Levy Rocha)

Ao defrontar as polimorfias nuances do assunto que escolhi para a minha primeira e despretenciosa conferência, sinto, vos confesso, que meu espírito titubeia, e, se a tanto avança é que êle de há muito se escravizou aos caprichos de minh' alma visionária, onde, debalde, tem procurado a crueldade do meu mau fado apagar as últimas fagulhas do Sonho. É que o assunto desta conferência se amplia, se distende à observação sob múltiplas modalidades, policrômicamente vário, e eu confio pouco na minha visão exata das cousas, nessa pauta do objetivismo por que se deve tarar a história, sem que a danifique e a perturbe o arco-íris das minhas risonhas subjetividades...

Se aqui viestes na doce esperança de vos deliciardes aos toques mágicos de uma vasta erudição, aos horizontes amplos de uma forte cultura, eu tenho o pesar de vos afirmar, com segurança, que vos enganastes. A minha palavra não vem trabalhada pelo saber, nem a cravejam os rútilos diamantes do dizer escoimado e castiço: ela é simples, da simplicidade dessa moreninha sertaneja de que nos fala a sentimentalidade de Casimiro de Abreu:

“Co'as tranças prêsas na fita.
Co'as flores no samburá”

Simple e desataviada, talvez apenas bravia, porque eu a aprendi no livro enorme das paragens serranas, à luz refulgente que salpica d'ouro as terras tropicais. Paragens inesquecíveis que a minha alma tonaliza na tela maga da fantasia, eu vos bendigo e vos quero como Tainé queria o vigoroso plátano da praça dos Inválidos, em Paris, que o emérito filósofo não se cansava de admirar, porque lhe falava de tudo aquilo que êle, outrora, amara.

Se, portanto, a visão do observador se trair nos impulsos do visionário, tende piedade de meu espírito e não o causeis com o riso escarninho de vossa perversa ironia...

Antes de mais nada, rendo minhas homenagens de reconhecimento aos primeiros elementos que colaboraram para a nossa formação, àqueles que, primeiro, pisaram o solo ubérrimo de minha terra, emissários do Progresso, plenipotenciários da Luz.

Tanto no litoral como no interior do Espírito Santo não há ainda essa feição típica que, em alguns Estados do Brasil, diferencia a população de um, da de outro Estado. Nós não temos ainda um tipo definido, em que se manifestem francamente as características eficientes da fusão dos diversos elementos que vêm elaborando na obra de nossa formação.

Dois foram os elementos que levaram vantagens no povoamento dêste município: o mineiro e o fluminense, e ambos imprimiram às nossas populações o cunho de suas usanças. Os primeiros mineiros que, bandeirando, aportaram às nossas plagas, varando audaciosamente as nossas matas, eram atraídos pela fama de nossas riquezas auríferas. Porém, o mineiro, nesta terra, não bateu apenas bandeira, no restrito propósito de explorar as nossas minas; êle vinculou de estradas de rodagem as nossas matas e levantou propriedades agrícolas, que ainda hoje aí estão como atestados vivos de sua máscula energia. E das tradições mineiras guarda a nossa gente sertaneja muitos costumes.

O elemento fluminense vem logo em segundo lugar, tendo também um papel importante na obra civilizadora de nossa terra.

Aí ficam ligeiramente numa etnografia de relance, os dois elementos principais que, através os anos, vêm colaborando na acentuação de nosso núcleo étnico. Rendendo homenagens àqueles que colaboraram para a obra de progresso atual, procedo como Roemerspacher, êsse curioso tipo criado por Maurice Baurrés, no Deracinés, que, transplantado da calma provinciana para a vida intensa de Paris, sentiu-se reconhecido às outras gerações que haviam acumulado os recursos que constituíam aquela grande cidade de que êle participava...

O povoamento do município de Cachoeiro data de 1800, e não como quer Saint-Hilaire, que nos dá como origem uma aldeia de índios cristianizados, pelos fins do século dezesseis. (*) Apesar de o município ter sido visitado por bandeirantes e forasteiros de 1800 a 1830, só desta data em diante começou o nosso regular desenvolvimento povoador. Êsse período que medeia entre uma data e outra foi todo de lutas: não foi sem relutância que o aborígene cedeu seu patrimônio ao branco inva-

(*) J. Motta equivocou-se: foi Saint Adolphe o autor da afirmação.
Nota de L. R.

sor. E não era sòmente a flexa envenenada do botocudo e do puri, senhores da selva fecunda, que o invasor audaz aqui encontrava: eram também a faca e o bacamarte de sicários afeitos e celebrizados assassinos que procuravam acoito na barharia pela justiça do litoral.

Ainda em 1828 o sargento-mór Manoel Estêves requisitava do Conselho Geral 20 praças para guarnecer os quartéis de Cachoeiro e Duas Barras e obstar os ataques dos índios puris e botocudos...

A nossa evolução acentuada, o nosso desenvolvimento intenso data de 1850: até aí vínhamos apenas ensaiando os primeiros passos — crisálida nos primeiros movimentos dos órgãos...

—000—

A escolha do tema que serve à presente conferência, tema que é uma longa jornada de meu espírito por paragens psíquicas, se impôs desde logo pelo seu poder evocativo das minhas mais radicadas afeições, de tudo aquilo que eu tenho amado e querido — réstia dourada de luz invadindo o cárcere da vida pela clarabóia da lembrança...

Como o ilustre cantor das “Tardes Tropicais”, eu, também da minha terra, podia dizer:

“Vós recordais-me a trilha dos amôres,
O calmo das deixadas fantasias,
Por onde essa ilusão que a alma nos cansa
Pendura as rédes d’ouro da esperança.”

Terra Natal! pedaço de natureza que me não canso de ver, porque também me não canso de o querer! As pedras de teu rio, a relva onde brinquei, o teu sol, o teu luar, não são mudos como os das outras terras, êles têm uma linguagem que minh’alma sabe entender!

E nessa trajetória pelos espaços sem fim de minha saudade, constelados pelas vias-láteas das reminiscências, eu não sei o que será de meu espírito na atração dêsse vagabundo Haley que é o meu coração...

—000—

Minha terra é de ontem: e, talvez, como os moços, tenha também os seus sonhos azuis...

Eu mesmo que ainda não cheguei à casa dos trinta, bem me recordo dêsse tempos simples em que a nossa principal rua era quase uma estrada de rodagem, e por onde passavam as grandes tropas enfeitadas de baeta vermelha aos estridulares dos cincerros por entre a raivosa gíria da tropeirada. Quantas

e quantas vêzes minh'alma evoca, numa reminiscência saudosa, os tempos que se foram; e eu vejo, na reconstrução de minha memória, o lugarejo de antanho, simples e querido, com as suas casinhas brancas, as suas ruas sinuosas, ruas por onde andei descalço à cata das borboletas azuis da meninice. Então à luz da evocação, eu vejo se esbater no fundo de minha memória tudo aquilo que, em criança, eu quiz. E quem é que, na vida, ao menos uma vez, não tenha tido saudades do pedaço de terra em que passou os seus primeiros dias, dos lugarejos por onde andou a desfolhar o mimoso mal-me-quer da adolescência?... É que o lugar onde a nossa vila alvoreceu sabe tôda a história risonha de nossos primeiros sonhos...

Caía sôbre mim o pêso dos anos, leve-me a borrasca da desventura as últimas ilusões, e, no fundo de meu pensar ainda perdurará a lembrança inextinguível, não da cidade de hoje movimentada e atordoada pelos silvos das locomotivas, mas do lugarejo de antanho com todo o seu tesouro de reliquias, e do seu rio embevecedor, o meu querido Itapemirim, a cujas águas contei, tantas e tantas vêzes, os meus mais secretos pensares. E, afinal, recordar os sítios prediletos de nossos folguedos infantis, é lembrar aquêles que, conosco, brincaram, é lembrar afeições que muitas vêzes se perdem nêsse febril torvelinho da vida. Tinha razões o poeta quando vazou no metro estas reminiscências:

“Oh! que saudades que tenho
da aurora da minha vida,
da minha infância querida,
que os anos não trazem mais!
Que amor, que sonhos, que flôres,
naquelas tardes fagueiras
à sombra das bananeiras,
debaixo dos laranjais!”

Hoje, o lugarejo transformou-se em cidade; os sítios, onde outrora brinquei, desapareceram; os velhos a quem me ensinaram que respeitasse, já se foram, na jornada eterna; a população se cosmopolitiza. Em vez da antiga iluminação a que-rosene, as lâmpadas chiques da iluminação elétrica; em vez do Mestre Felipe que me dava passagem numa canoa quando ia para o colégio, pontes metálicas de modernas construções; em vez das grandes tropas de dez lotes e mais, a portentosa artéria das estradas de ferro. É a revolução pacífica do Trabalho...

A antiga tranquilidade deu lugar à atrojadora combatividade do mercantilismo; a velha bonomia pereceu, para vir a ser uma desbaratada e febricitante cavação da vida, incansável, implacável.

E, o que é mais curioso, é que até os pleitos eleitorais se modificaram nessa contingência do progresso. As antigas eleições eram uma questão séria, ponteada de tradições de honra,

e onde os adversários se encontravam como verdadeiros homens de bem, num cavalheiresco respeito aos criados de cada um. O voto tinha significação e prestígio; para ser chefe de partido, um chefe na linha, *comm'il faut*, era preciso ter um forte eleitorado e também uma vitela gorda para o bródio, no dia do pleito...

Hoje, não: tudo isto foi condenado como velharia que não vem mais nos figurinos do dia. O antigo sistema foi suprimido para ser adotado um outro mais cômodo, mais rápido, graças a modernos e engenhosos inventos... E assim, lá se foi também a antiga seriedade dos pleitos a reboque das cousas d'antanho...

— 000 —

As nossas festas populares de outrora andam agora desprestigiadas, quase numa falência. Das antigas festas de ruas, a que mais tem resistido à ação do tempo, é o **caxambu**, obrigado a atabaques e adufes, com a impagabilíssima tirada de pontos. O **caxambu**, que é a dança predileta dos prêtos, é, como o **samba**, de origem africana.

Forma-se a roda: no centro um figurante, retesando o corpo como para endireitar as linhas da solenidade, canta em toada monótona e pigarreada, o que chamam tirar o **ponto**. A roda lhe repete o último verso, ou antes, as últimas palavras, numa "melopéia inarmônica, mas cadenciada em requebros de uma tristeza suavíssima". Então, os atabaques retumbam, rufam os adufes, e enquanto a roda balança compassadamente a cabeça e as ancas, o figurante no centro corcoveia, rebole os quadris, contorce o pescoço e a espinha, sapateia nervosamente, desesperadamente, numa dança macabra, numa coreomania singular. A roda vai, em côro, a repetir-lhe o último verso, até que o **ponto** seja **desatado**.

A festa de São Benedito era outrora a suprema delícia da petizada, e eu bem me recordo dela e das suas curiosas danças. O **Rei Congo**, por exemplo, era uma delas: gostava de vêr aquêles pretinhos encadernados em trajos claros, trajos que não eram bem, nem civis nem militares, um conjunto de quepe, espada e tanga, executando danças movimentadas pelas ruas, ao som de pandeiros e castanholas. Aquêles trajos vistosos, as rápidas evoluções da dança, as espadas polidas rutilando ao sol, as castanholas, os cantos, punham na quietude embevecedora das ruas uma nota alacre que a minh'alma, então, muito bem sabia entender.

Isso pelas primeiras horas do dia porque à tarde havia a procissão concorridíssima, promovida pela irmandade de São Benedito, e que, por muitos anos, teve as honras de melhor festa religiosa da freguesia. À noite, além do clássico leilão de prendas no largo da igreja — êsse recanto saudoso que é também uma página do livro de minha meninice — e dos fogos de

artifícios, numa ampla revelação do engenho da pirotécnica, os atabaques gemiam por todos os cantos do lugarejo, na cadência dengosa de sua melopéia preguiçosa...

As nossas festas religiosas, naquela época, gozavam de fama, e de longínquas terras vinha gente, atraída pelas fantasias das exterioridades da fé.

As festas de São João, de Santo Antônio, de São Pedro eram o encanto da meninada que, nessas noites deliciosas, não se recolhia antes da meia noite. Ai! como elas se reconstroem na minha memória, irisadas pela luz de recordações queridas, na auréola de sua tradicional simplicidade! Nas vésperas do dia santificado levantavam-se por todos os cantos as fogueiras formadas de grossos toros, que, quase sempre, só se apagavam à garoa orvalhosa da manhã. Ao acendê-las, era do bom estilo, estouravam fortes bombas, e os foguetes descreviam no ar garatujas estranhas; depois, enquanto a meninada se divertia com as bichas chinesas, as moças, das janelas, enchiam a noite da poeira multicolor dos pistolões. A festa terminava sempre no café obrigado a broas de milho e bolo inglês, e, às vezes, com o apêndice de ler na água do rio, à meia noite em ponto, a sorte dos presentes. As moças faziam uma grande questão deste número da festa, na ingênua esperança de verem desenhado nágua' na fusão de suas sombras, o perfil elegante do namorado, em sonhos, romantizado.

Nas roças da circunvizinhança as festas populares ainda não estão de todo mortas; de vez em quando a tradição reponha, numa extravagância, numa reisada ou num rasgado desafio à viola. A reisada e o **boi pintadinho**, que já tiveram sua época áurea, andam quase banidos; o próprio desafio, curioso pela rapidez dos improvisos de suas trovas, já se vai tornando raro. As trovas do desafio são, geralmente, compostas de uma quadra; um contendor ou faz tôda a quadra que o outro logo "ao pé da letra" responde, ou faz apenas dois versos, e o outro, se não é dos que deixam "cair o verso no chão", na linguagem pitoresca dêles, completa a quadra. Mais de uma vez tenho tido ocasião de observar-lhes a fertilidade repentista por entre a aravia extravagante do dizer caipira...

—000—

As pequenas propriedades agrícolas ainda hoje, como outrora, produzem, na minh'alma um salutaríssimo bem-estar, e creio que nos últimos dias de vida, hei de dar com os costados numa dessas vivendas simples que o bucolismo, em seus versos, doura de fantasias. E foi, sem dúvida, por muito as querer, que um dia medi êste sonetinho sem mérito:

NA ROÇA

A casa não é formosa,
mas vale o gosto de vê-la:
pequena, baixa, singela,
e com portais côr-de-rosa.

No terreiro um velho sela
um cavalo. Luminosa
manhã: a moça à janela,
come broas, a gulosa.

O engenho, num tom magoado,
as canas mói. Pachorrentas
as vacas pastam. Do lado

Em rubis amadurece
o cafèzal, que parece,
chorar lágrimas sangrentas.

Uma breve trégua ao vosso espírito atordoado pela vertigem materializadora das cidades modernas, e ide ver de perto a grande paz dos simples, ide observar-lhes a lógica forte de sua vida sossegada. Ide, e como o poeta aldeano, também haveis de exclamar:

“olha! que paz se agasalha
nesta casinha de palha,
à sombra dêste pomar!

Olha! vê! que amenidade!
Abre a flor da mocidade
na soleira dêste lar!”

E, quando lá, no remanso quieto e saneador da vida roceira, haveis, por certo, de entender o bucolismo ideal de Virgílio e os seus versos imortais...

Evoquemos êsses sítios felizes: num alto a tosca casinha branca, simples e festival, sôbre o verde escuro do cafèzal de farta folhagem roçagante. Ao lado, na queda do monte, o filete d'água cristalina, se derivando, num improvisado encanamento de taquaruçu, para a ceva, em baixo, no plaino; junto à ceva feita de achas da mesma altura, o paiol, sob um alpendre de taboinhas, todo enlaçado no polvo enorme de um pé de maracujá. Em frente a engenhoca, tosca moenda de cilindros de madeira, em meio do bagaço esfarrapado e branco da cana, que uma vaca leiteira, pachorrentamente, tritura; e, sob uma cobertura ligeira, o grande tacho azinhavrado. No plaino, à distância, o pasto bem tratado e cercado de bambu; ao pé, o ripos o tradicional aparelho de pilar café, com a sua enorme roda rio-

vendo-se preguiçosamente, enquanto um petiz, de agulhão em punho, espicaça o dorso dos bois.

Ao longe, a ampla paisagem acidentada de outeiros e vales, de um verde que se altera em nuances várias, para leve, para carregado, até a linha irregular das serras, cujos perfis, na transparência de leves brumas, se destacam na curva azul dos céus.

— 000 —

E já que vos estou falando de nossa vida roceira, vou prolongar por mais alguns instantes o vosso suplício em me ouvirdes, para vos dizer também alguma coisa sobre o motirão. Sem dúvida não desconheceis esse nosso costume roceiro, que é também mineiro, e de quem o herdamos. Bernardo Guimarães, o lúcido observador de cousas sertanejas, no seu livro "O Seminarista", exclama: "Motirão! só esta palavra nos faz ressoar aos ouvidos os alegres rumores dos descantes e folgedos da roça, o estrepito dos sapateados da dança camponesa por entre a zoadá dos adufes e violas, e nos transporta ao meio das rústicas e singelas cenas de prazer da vida do sertanejo."

O motirão é um velho hábito dos pequenos lavradores, dos que não podem pagar agregados: quando chega a época de roçar ou capinar, de plantar ou colhêr, o pequeno agricultor convida os amigos da vizinhança para virem ajudá-lo, ficando, portanto, aquêles na obrigação de acudir também ao convite dêstes para o mesmo fim.

Durante o dia o trabalho, correndo alegre entre os golpes de parati e os descantes na toada plangente das cantigas sertanejas; à noite, na dança, à música esquisita dos adufes, das violas, das sanfonas os homens em rasgados saracoteados, e as caipirinhas dengosas e ariscas, exibem suas aptidões coreográficas...

— 000 —

Dentre os tipos locais que a emergência do progresso trucidou foi-se também o negociante ambulante, o mascate, tipo de uma feição destacada. Era a perfeição do embuste e da matreirice; da cobiça e da avareza. Não comerciava, extorquia. No começo era italiano, quase sempre napolitano, e juntava às suas habilidades de negociante, as de tocador de realejo, que era também meio de vida; depois turco ou sírio: o que era, entretanto, imutável, era o sistema de comércio. Tinham os ardis mais estudados da tapeação e sabiam histórias curiosas a respeito de santos milagrosos: quando abandonavam o caipira incauto, este só tinha nos bolsos, em lugar de seu rico cobre, chapinhas níqueladas com os olhos de Santa Luzia, ou estampas vistas representando um S. Jorge espadachim matando serpentes.

Felizmente, o comércio honrado desbancou êsse comércio embusteiro, e agora, no interior, só de longe em longe, a gente encontra os tais mascates, cuja lábia a ingenuidade roceira já se habituou a pôr em quarentena...

— 000 —

As serenatas, embora perdessem já o seu antigo prestígio, ainda têm alguma vida. Nos tempos da boêmia desregrada, muitas e muitas noites perdi, em ouvi-las e acompanhá-las no seu perambular vagabundo: e eu não sei bem do que mais gostava, se de sua música dolente e de seu canto sentimentalizado, ou dessas enlanguecedoras noites enluaradas de minha terra! Minh'alma, então, evocadoramente, se mirava no espelho de suas reminiscências, talvez pensando nestes versos do poeta excelso:

“Que graça ideal, amargamente triste
nos lânguidos bordões plangendo passa”

Muitas e muitas vêzes, nessas horas deliciosas, eu repetia avaramente para mim, êstes versos de Cruz e Souza:

“Quando uma voz em trêmolos, incerta,
palpitando no espaço, ondula, ondeia,
e o canto sobe para a flor deserta,
soturna e singular da lua cheia.

Quando as estrêlas mágicas florescem
e no silêncio astral da Imensidade
por lagos encantados adormecem
as pelidas ninféias da Saudade.

Como me embala tôda essa plangência,
essas lacerações como me embalam,
como abrem asas brancas de clemência
as harmonias dos violões que falam.”

Nêsses tempos, se por acaso, os companheiros desertavam cedo, eu ficava só na rua, prêso às seduições do formosíssimo luar, com pena de deixá-lo, pois ao recolher-me eu tinha sempre saudades dêle... Longas e longas horas vagava, às vêzes, à tôa, embevecidamente: o rio, ora espumoso e branco, rolando encachoeirado, ora calmo, refietindo o céu, na imobilidade de uma grande “placa de metal polido”; o Itabira, ao longe, como guarda vigilante da terra adorada, em sua enorme silhueta destaca num fundo plúmbeo...

Mata opulenta de minha terra, prodigiosa flora tropical, no templo augusto de teu seio virgem, recolhe a sentida prece que a minh'alma te levanta. Eu te quero e te cultuo neste misterioso enigma que, em cada uma de tuas formas, se trai, no fastígio de tua força criatriz, na epopéia de tua existência modelar que se prefacia no subsolo, nos segredos da noite subterrânea, e vem epilogar-se nessa evolução gloriosa e ascensional para a luz. Eu te admiro e te exalto na esplêndida beleza de teus polimorfos matizes, no custoso veludo de tuas falenas, na policromia das sedas de tuas orquídeas, nas esmeraldas de teus besouros, nas tuas noites consteladas pela poeira intermitente de teus pirilampos, nas tuas manhãs de maio em que, vaidosa e coquete, te enfeitas para o "rendez-vous" d'amor, nas tuas tardes tropicais em que o sol, êsse exímio paisagista, derrama sobre tuas frondes todo o ouro de sua palheta.

Um dia, por certo, há de tragar-te o minotauro do progresso: e, então, talvez, a minh'alma te busque, debalde!

Documentos Sôbre o Rio Doce

Os seguintes documentos sôbre o Rio Doce, escritos pelo sr. major engenheiro L. D'Alincourt, foram oferecidos ao Instituto pelo seu sócio o sr. coronel Machado de Oliveira

(Vide nota final)

— I —

Ilmo. e Exmo. Sr. — Tenho demorado algum tanto dar conta a V. Exa. do resultado das minhas investigações relativas ao objeto da comissão de que fui encarregado, no desejo de que tudo fôsse a um tempo às mãos respeitáveis de V. Exa.; mas, por não encontrar aqui uma só fôlha de papel próprio para a planta, foi mister mandá-lo buscar ao Rio, e o espero todos os dias; logo que chegue porei a limpo a dita planta, que por ora existe em borrão, e a enviarei a V. Exa. com uma memória anexa, bem como a derrota da minha viagem; e V. Exa. se dignará desculpar o ir escrito na minha má letra, porque não me é possível descobrir um indivíduo que a tenha boa para pôr em limpo os meus rascunhos.

A navegação do pôrto que se projeta, junto ao sítio do Garanhum, meia légua distante do lugar da freguesia da Serra, é de utilidade incontestável para os fazendeiros estabelecidos naqueles terrenos, quase todos fabricantes de açúcar; o povo desta freguezia está hoje bastantemente crescido, vendose obrigado a conduzir por terra os seus efeitos ao atual pôrto chamado do Una, 7 milhas distante do mencionado lugar, passando por água compridos espaços da estrada, em todo o tempo do ano, que toca nos leitos dos carros quando há chuvas, e quase ao chegar ao sobredito pôrto do Una, sendo preciso vencer uma corda de montes, é então que se apresentam duas íngrimes e longas ladeiras, de um barro escorregadio com qualquer chvisco, que tornam difficil o trânsito aos carros; e sendo impraticável conduzir os efeitos pela estrada de terra para a cidade, tanto pela irregularidade dela como por falta de animais, é ao pôrto do Una onde vão todos parar, para dali seguirem nas canoas: cada uma das quais carrega 3 a 4 caixas de açúcar: são logo necessárias 3 e 4 carradas para carga de uma canoa, porque cada carro conduz sômente uma caixa, e ocupa cinco jun-

tas de bois, e quatro escravos; quando a uma canoa bastam 3, correndo-se de mais a mais o risco de molhar-se o açúcar, e até de se voltarem os carros nos atoleiros, como aconteceu à minha vista, e acontece frequentes vêzes, além de terem que passar duas mediócras pontes de madeira, que existem quase sempre, como agora, em péssima serventia. Eis aqui em resumo as dificuldades que se apresentam à exportação daqueles habitantes; dificuldades que se desvanecem com a projetada navegação pelo amplo paul que descarrega as suas águas para o rio de Santa Maria, e éste no que semi-circunda a ilha em que está fundada a cidade de Vitória: a madre dêste paul não deixa de ter água suficiente, ainda quando sobrevêm sêcas extraordinárias, como aconteceu há poucos anos; êle está todo coberto de um arbusto, de uma caneta delgada, e que nasce do fundo, mui basto, e se eleva a 4 e 5 palmos acima da superfície d'água; chamam-lhe Periperi, e causa o embaraço a navegar-se pelo brejo, cuja origem fica próxima ao pôrto projetado, por onde corre um ribeirão, que fornece águas ao mesmo brejo e é por êle que devem subir as canoas; atualmente está coberto de mato. O pôrto vem a ficar na estrada por onde transitam os carros. Êste ribeirão é engrossado por diversos olhos d'água, que partem do ocidente da montanha denominada o Mestre Alvo, e dos montes que lhe ficam fronteiros; e é ainda muito além do mencionado pôrto que podem montar as canoas no tempo das cheias.

É fácil desembaraçar-se o paul do tal Periperi, arrancando-o pelas raízes com encinhos a dentes de ferro, ao qual facilmente cederão os arbustos por saírem de um fundo lodoso; e dêste modo limpar-se-á uma vereda de 12 a 14 palmos de largo, que é suficiente para dar livre passagem às canoas que se encontrarem, dirigindo-se êste limpo segundo as circunstâncias que apresentar a direção da correnteza, sendo o máximo fundo do brejo, neste tempo, de duas e três braças d'água, em repetidas paragens. Êste brejo não recebe sòmente as águas do citado ribeirão, mas também da parte do sul do Mestre Alvo, e de outro brejo que vem do oriente da mesma montanha. Antes de dar-se princípio à obra, deve largar-se fogo em diversos pontos a todo o brejo, esperando-se dia ventoso, e tempo sêco; e depois de limpo o canal, abrirem-se no paul esgotadores para se ir esgotando pouco a pouco, e aumentando o volume d'água do mesmo canal; dêste modo obter-se-á um terreno dilatado de ótimas pastagens, de que tanta falta aí se experimenta, e a corrente das águas irá forrando o leito do canal de areia que, junto à frequência da navegação, o conservará sempre limpo. Um fazendeiro, com bem pouca força dos seus escravos, abriu uma vala no brejo para comunicar-se com o pôrto do Una, e poder seguir com facilidade da sua fazenda para a cidade; cuja vala não tem menos de uma milha, e dela me hei de aproveitar, melhorando-a, porque a sua direção é mui apropriada para a

projetada navegação; em outros pontos do paul se vêem canais que o atravessam, mui limpos e espaçosos, devendo notar-se que são feitos rasgando a corrente para serventia dos particulares; o que é bastante para fazer calar os egoístas que se mostram incrédulos, respeito à facilidade de conseguir-se aquela navegação.

Para que não falte sufficiente água ao ribeirão, que deve dar passagem às canoas até ao pôrto projetado, pretendo introduzir-lhe as águas de outro, que vem igualmente do Mestre Alvo, chamado da Cachoeira, por ser mui fácil esta obra, havendo somente a rasgar o espaço de 14 braças de terreno, mui pouco elevado, para que as águas se deslizem para onde se pretende. Concluo dizendo que, para se apresentar o canal capaz de dar franca navegação, não há mais do que aperfeiçoar-se, e melhorar-se quanto a pródiga natureza apresenta, que assaz convida a não se desprezar tão grande bem, não sendo mister rasgamentos novos, à exceção das 14 braças referidas, nem tão pouco encanamentos trabalhosos. Esta obra importante traz consigo não só a máxima grande vantagem de facilitar a condução dos efeitos daquele povo, que vai em aumento, traido pela copiosa produção dos terrenos, mas também livrará os vizinhos do paul, e de diversas águas estagnadas e perdidas, que com pequenas cortaduras que facilmente se encanam, de serem acometidos mais ou menos do flagelo de febres intermitentes, que reaparecem anualmente.

Foi mister, para bem concluir as minhas observações, a fim de poder discorrer com pleno conhecimento de causa, esferar a estação sêca e a chuvosa, para calcular os diversos estados da altura d'água, tanto do paul, como dos ribeiros que descem dos montes, para conhecer com precisão se era ou não navegável em todo o tempo o projetado canal. A planta e a memória anexa apresentará à sábia compreensão de V. Exa., um conhecimento, que julgo ser completo, do objeto em questão.

Estou esperando que o tempo limpe a atmosfera para subir à montanha isolada, denominada Mestre Alvo; montanha altíssima onde mui poucos têm montado, e que o vulgo contempla como encantada! Do seu cume terei bastantes objetos que observar, que me fornecerão interessante matéria para longa escrita.

Aproveito esta ocasião para declarar a V. Exa. quanto me penaliza ver esta barra, sendo muito boa por natureza, forrada geralmente de pedra, que não permite formarem-se bancos d'areia, se vá por desleixo dificultando a sua entrada, em virtude de um notável banco formado das areias que lhe conduz o pequeno rio chamado da Costa: êste rio, servindo de esgotadouro às campanhas de Vila Velha (a qual fica à esquerda, pouco acima da bôca da barra) arrasta nas cheias copiosa quantidade de areias, que vai depositar logo à entrada da barra, e foi aí onde se perdeu o brigue nacional de nome Pampeiro;

em outros tempos não se fêz notável êste baixio, não só porque as ditas campanhas eram povoadas de basto arvoredor, que prendia as areias, mas também por existirem diversas lagoas represadas, cujas águas, sendo depois encanadas para o dito rio, lhe aumentaram a velocidade de sua corrente, e por consequência a facilidade de conduzir areias, de que abundam aquelas campanhas. Na entrada da barra está, pela parte do sul, o morro Moreno, e é junto dêle, pelo lado de cima, que deságua o rio, por uma bôca sômente de 4 braças de largo, sendo comprimida à direita por aquêl morro, e à esquerda pelo de N. S. da Penha: tapando-se sòlidamente êste medíocre trajeto, e rasgando-se o terreno baixo junto à fralda do Moreno pelo sul, obter-se-á um novo leito para o rio, que, não excedendo a 25 braças de comprido, é de indubitável interêsse para a navegação; a vala não é mister profundar-se muito, porque, achando as águas firme resistência no apontado trajeto, como não lhes fica por onde possam penetrar para aquêl lado, hão de precisamente, e com sua máxima corrente nas cheias, rasgar a vala, a ponto de terem passagem franca.

Deus guarde a V. Exa. Vitória, 18 de Junho de 1832.

Ilmo. Sr. José Lino Coutinho, ministro e secretário de Estado dos negócios do Império.

L. D'Alincourt
sargento-mór engenheiro

— 000 —

— II —

Observações sôbre o rio Riacho, sua barra, e sôbre o rio Comboys

Cheguei ao Riacho em 23 de Junho de 1833; dista 4 léguas de Aldeia Velha, e 8 da barra do Rio Doce, ou do quartel da Regência. Falhei no arruinado quartel do Riacho, por causa da muita chuva, no dia 24, e segui pelo rio, para a Regência, em 25, marchando os cargueiros, e cavalos pelo costão da praia, que muito fatiga os animais, por ser de areia grossa, e move-dição.

A barra do Riacho é de areia; por conseguinte mudável com o tempo: o ano passado por êste mês, existiu ela 15 braças medidas ao S. da atual, e no seu lugar estende-se uma ponta de areia de 35 braças na maior largura, a contar do mar a uma valeta, que fica entre ela e o barranco da terra firme, fechada ao S.S.E.; conserva água que lhe vem do Riacho, aberta, e de 15 braças para o lado dêle; é esta valeta em algumas partes forrada de pedra, mui carcomida, e não difícil a despedaçar-se;

o mais fundo é de areia: esta valeta segue em direção para uma concha no mar, que dista 125 braças da barra atual, e lhe demora a S.S.E.; é pela valeta que se deve dirigir o Riacho, a entrar na concha, por ser não só o lugar mais conveniente, como também o marcado pela natureza; tem de fundo, em baixa-mar, 10, 8, 6 palmos, a contar da sua entrada.

A concha é suficientemente espaçosa, dá ancoradouro para lanchas medíocres, e canoas, e nas marés grandes para embarcações maiores; a entrada para esta concha não é mudável, demora a E.S.E., é fechada por um recife de pedraria pelo S., e pelo N., tendo só livre a dita bôca de entrada: entre o recife do S., e a terra firme há outro canal, que dá entrada a canoas, que venham da parte do rio pequeno Sahi, uma légua a S.S.O., entre o recife que borda tôda a costa por ali, e a praia, cujo espaço apresenta mar sereno, por quebrar a sua fúria no dito recife. A ponta chamada dos Comboys, que sai bastante pelo E. fica ao N.E. dêste lugar, e a 5 léguas de distância, contadas pelo costão da praia, por onde se viaja, que é de areia grossa e solta, e sem encontrar-se água; a praia é em plano fortemente inclinado para o mar, que sempre rola crespo sobre ela; não há em tôda esta extensão, até ao Rio Doce, uma só ilha, nem tão pouco recifes. e só alguma coroa de areia se divisa.

Voltando ao Riacho, a sua barra atual, em baixa mar, tem 5 braças sòmente de largo (medidas), 6 e 8 palmos d'água no canal, porém na bôca sòmente 4 e 5, de modo que o rôlo do mar se estende por tôda ela, e assim mesmo entram canoas com a enchente; esta bôca demora ao N.E., e vencida ela, para entrar-se em alto mar, segue-se a E.S.E.; a concha é de forma quase circular, e abrigada de todos os ventos do S. até N.O. pelo O., e estando o mar agitado dos ventos marreiros, êle mesmo quebra a sua máxima fúria nos recifes, o que torna a concha de interessante ancoragem.

O Riacho próximo à barra atual vem do N., e descreve uma curva branda, e convexa para o S. até à bôca da barra; logo acima do princípio desta curvatura, há uma coroa de areia, que divide o rio em 2 braços, sendo mais largo e fundo o da esquerda, ou do lado do pontal do N. da barra, com 8 palmos d'água, no lugar da coroa, contando ela também, há a largura de 60 braças, em marés mortas e cheias, subindo então o fundo a mais de 8 palmos: o fundo do rio, inclinando para a direita e quase a meio, é forrado de pedra de que já fiz menção.

Esta barra podia melhorar-se muito pela arte, construindo-se um paredão da parte esquerda, ou da praia, com 200 ou 230 braças, que fôsse pegar o recife da concha da parte do N.; êste paredão serviria de impedir que as águas do rio, nas cheias, o abrissem aqui e alí, fazendo barras intransitáveis, obrigando as mesmas águas a seguirem por onde é conveniente, que é, como disse, pela valeta a despejar na concha, cuja direção é a

mesma que traz o rio por algum espaço acima da barra atual; julgo que este paredão assentaria em rocha, que me parece estar agora coberta de areia, e se escavaria da parte da terra firme, que é pouco elevada, quanto fôsse mister para se dar ao rio a conveniente largura; seu fundo seria limpo da rocha carcomida e arenosa, sem dificuldade, e assim se arranjaría um excelente molhe, semelhante ao Recife de Pernambuco; pois que, subindo o rio, daqui a poucas braças, já dá suficiente fundo, como se verá. Na terra firme descortinando-se o terreno, por-se-iam duas altas balizas, na direção da boca da concha, para que as embarcações, enfiando-as, marcassem bem a entrada.

O terreno onde está o quartel é plano e desafogado, fechado a alguma distância, tanto pelo S. como pelo O. por um cordão de mato. É lástima que este quartel, estando sofrivelmente dividido, com as madeiras ainda boas, e quase todas as paredes, o desmazelo o tenha abandonado de modo que está quase todo descoberto, por conseguinte exposto às injúrias do tempo, estando situado em um ponto tão conveniente aos viajantes, que não têm outro onde se abriguem; porque aqui precisamente devem parar por causa da passagem do rio, e da furiosa marcha por areias soltas que tem feito, ou tem de fazer para o N.; deveria reparar-se por interesse público, e morarem ali 2 ou 3 pessoas encarregadas dele e da passagem, por conta da fazenda pública.

Seria bem para desejar a abertura de uma estrada por entre o mato desde o Riacho, que seguisse para a Regência, ou para a barra do Rio Doce, e indireitasse, na altura conveniente também para o lado de Linhares, ao N., a fim de livrar o público de transitar pelo terrível costão da praia, assaz mortificante, tanto para quem vai de pé, como a cavalo, principalmente em dias de sol descoberto, por causa da reverberação do calorico das areias, construindo-se a meia distância desta jornada um rancho como os que há para S. Paulo e Minas.

Naveguei o Rio Riacho águas acima, e superiormente a coroa de que falei (perto da barra) tem bom fundo entre 14 e 18 palmos, e de largo 25 braças; vira então o rio a O.N.O., ainda bem fundo, e com a mesma largura, com pequena alteração, vai brandamente voltando a N. 1/4 N.O. a seguir por um lindo estirão, que não tem menos de 160 braças, e fundo 18 palmos. Vê-se que o barranco da margem direita do Riacho é por aqui forrado de pedras em bancos formalizados de lâminas, de pedra arenosa.

No fim deste lindo estirão encontra-se penhascos quase a meio rio, e uma ilha, que se torna em península na baixa mar, com o istmo para a margem esquerda; o fundo do rio vai diminuindo, mas a alguma distância subindo mais acham-se 2 braças de altura d'água, e vai alargando o rio, e carregando ao N.E. e N.N.E., costeando o mar; inclina depois ao N. 1/4 N.O. em estirão mais largo, e de menos fundo, com 50 braças, e o

canal segue junto ao barranco da direita. Carrega depois ao N. com 5 e 6 palmos d'água, e logo ao N.E. para o costão da praia, e a E.N.E. o canal junto à margem esquerda com 20 palmos de fundo. Vai voltando o rio com o costão em branda curva pelo N., e logo topa-se uma ilha rasa coberta de mangue, e terá de comprido 60 a 70 braças; sobe-se pelo canal da esquerda do rio, que segue a N.N.O., o outro canal é estreito e muito baixo. Acima logo da ilha acaba o costão, e segue o rio ao N.O. tendo de fundo 8 a 10 palmos, e de largo 25 braças. Em tôda esta extensão de rio não é veloz a sua corrente neste tempo, e seu fundo é de areia grossa; do quartel da barra à casa do práctico que me acompanhou, de nome Benedito Barbosa, que já foi pedestre, conto pouco mais de uma milha; a morada fica na direita do rio que daqui vai virando pelo N. ao N.N.E., em estirão de 40 a 50 braças de fundo 4 e 6 palmos; carrega depois o rio a N.E. e a E.N.E. divisando-se algumas casas aqui e ali, e mais adiante acha-se fundo de 8 e 10 palmos, e quebra o rio por E.S.E. a lavar o costão da praia outra vez, de modo que está ainda pouco apartado da costa, que tem ido acompanhando: vai curvando pelo E. em curva forte ao N.E., e segue em estirão algum tanto longo com 5 e 6 palmos de fundo, no fim do qual está uma ilhota baixa coberta de mato, canal da parte esquerda, e logo mais outra ilhota mais comprida, com 30 braças, rumo do canal a N. 1/4, N.O. o estirão vai carregando para o N. com o mesmo fundo, e mais adiante tem 9 e 10 palmos. Seguem-se 2 bracinhas da parte direita do rio, sem comunicação no tempo da sêca, navega-se pelo canal à esquerda a N.N.E., novamente se encontra o costão da praia, que volta brandamente pelo N.

Vê-se bem no mato e árvores das margens dêste rio, que a sua enchente última subiu a 16 palmos acima da superfície d'água na altura atual. O rio vai carregando ao N.E.O. por um canal de 10 braças de largo, volta depois ao N.O. com 5 palmos d'água, ao N.N.E. 1/4 e segue em estirão ao N., aqui contando-se do quartel pouco mais de 2 milhas divide-se o rio; o da esquerda (subindo) é mais largo, vai ao N., é chamado o mesmo Riacho, ou da Alagoa, e para a direita vai o dos Comboys muito estreito, e abaixo segue em pequeno estirão ao E.N.E. com 4 e 5 palmos de fundo, e em partes 3, logo adiante larga-se à esquerda (subindo) um estreito largo, e continua-se pelo estreito rio a E.S.E., entra êste rio em voltas de fortes curvas e correnteza, acha-se bastantemente sujo das árvores das margens, algumas caídas, e com os ramos toldam o medíocre rio, que não tem mais de 2 braças de largo; e assim com algum incômodo se vai navegando em voltas, sempre puxando ao N.E. e N.E. mais 1/4 menos 1/4, até que havendo-se avançado 1/2 légua, encontra-se no fim dêste braço estreito, quase de todo fechada a madre, por causa de paus entrelaçados com ramagens, que custou algum tanto a safar a canoa, não obstante

ser pequena; passado êste trajeto, vai o rio alargando, e profundando, entrando-se a curta distância em aprazíveis estirões sempre de bom fundo entre 8 e 10, e mais planos, mui limpos e compridos; basta dizer que há estirões até ao quartel dos Comboys de 200 e 300 braças de comprido, e bastantemente largo de 30 e 40 braças; o rio tem da parte de E. e de O. mata-ria que se estende ao N. quase em linhas paralelas; a de E. forra o assentado acima do costão da praia, e vai terminar no Rio Doce; a de O. cobre algumas léguas que lhe ficam no po-ente.

Todos êstes estirões do rio Comboys se unem uns aos outros por brandas curvas, de modo que os rumos de uns para os outros tem a alteração de $1/4$ até $1/4$, $1/2$ e vão sempre pu-xando ao N.N.E., N.E. mais $1/4$ menos $1/4$ e em poucas para-gens tocam o N.; o penúltimo estirão é assaz largo, e quase por tôda a parte tem de fundo 24 p. e 30; e no chamado fundão 40 braças; disse o prático Barbosa, que esteve destacado largos tempos no quartel dos Comboys, que, indo para alí pescar, na-quêl lugar precisava emendar 2 linhas de 20 br. cada uma! Segue-se outro mais estreito, a N.N.E. até ao arruinado quartel chamado dos Comboys, onde cheguei às 2 horas da tarde, ten-do partido às 9 e $1/2$ do quartel da barra do Riacho. Conto esta distância por 4 léguas, e pouco mais de meia, ou 4 e $3/4$.

O quartel não deixa com efeito de ser conveniente alí para o público, construindo-se mais acima do lugar onde exis-te hoje em ruína para a matéria, a fim de ficar livre das inun-dações do rio, pois que o atual foi cheio d'água até meio da sua altura, na última enchente; mas ainda o julgo mais conveni-ente à beira do mato no costão da praia, pois que em tôda a extensão que vai da barra do Riacho até o quartel da Regência do Rio Doce, não têm os viajantes abrigo algum, e são léguas de péssimo areão; a água podia procurar-se dentro do mato virgem, abrindo-se uma boa cacimba aqui, ou alí mais, que ne-cessariamente se havia de encontrar.

O Comboys acima do dito quartel estreita, e vai ao N. $1/4$ N.O. procurar a língua da mata-ria, que logo encontra, e por ela vai seguindo o mesmo rumo de N.N.E.; disse-me o prá-tico que o rio vai por aí continuando sujo, por muita aguapé e outros arbustos, que dificultam o seu trânsito; que se encontra depois uma larga canoa, que êle viu, e que dizem ir pegar com outras, desconfiando-se que por elas há comunicação com o Rio Preto; o certo é que o rumo puxa sempre para o Rio Doce. Dis-se mais êste prático Barbosa que, estando êle destacado no quartel dos Comboys, um dia indo um rapaz lavar-se no pôrto, e tendo entrado n'água, sentira na mesma muita bulha, e vira uma cabeça muito grande; correu gritando que acudissem; acudiu a gente do quartel, que é imediato, e viram, ainda que já coberto d'água, um grande monstro, que desconhecera-

afirmando que não era Araráu, ou grande jacaré, vendo-se a água muito agitada.

Do sobredito quartel dos Comboys há caminho por entre a mataria de E. para a praia, corta o mato diagonalmente para o lado da Regência, com meia légua de travessia, por terreno plano, e vem sair na praia em frente de uma baliza, na **ponta chamada dos Comboys**; êste caminho acha-se hoje bastante sujo, sendo de mui pouco trabalho o limpar-se; eu o segui a pé, vindo a encontrar os cavalos à entrada dêle da parte da praia. Nesta ponta dos Comboys contam-se 5 léguas de costão desde a barra do Riacho, em curva mui aberta e côncava; entre a mataria e a crista da praia é o areão, ou largo cômodo, por onde se transita assaz largo, sem mostrar sair da mata um só ribeiro; a praia, levada pelo mar, é de areia grossa e fôfa, em plano muito inclinado, não tendo em frente uma só ilha, nem tão pouco recife, de modo que o rôlo do mar é assaz levantado e furioso.

O agradável rio dos Comboys desde o estreito é mui abundante de peixe, como tainhas, robalos, jundiás, carapêbas, que é muito bom, piãos, acará, traíras, morobás, todo de escama, exceto o jundiá, e todo bom peixe; e as margens de caça, como antas, veados, grandes taboiaíás, papagaios, pavões, mutuns, jacupemas, porcos, patos, marrecos, jacutingas, tucanos, araçaris, e muitas qualidades de pequenos pássaros, cutias, pacas. lontras, capivaras, onças, sarnés, macacos, barbados, preguiças, tamanduás grandes e pequenos; suas águas são saborosas e frescas nestes meses da sêca.

Da ponta chamada dos Comboys continua-se a viajar para o Rio Doce, pelo costão da praia, que é pouco melhor que o antecedente até a dita ponta, e no fim de 3 léguas chega-se ao quartel da Regência, na margem direita, ou do S. do mesmo Rio Doce, a 15 braças da foz do Rio Preto. Em todo êste costão, que é largo até à mataria, não se encontra água, a exceção de umas pequenas cacimbas no mesmo costão, já na vizinhança da Regência, e cujo lugar está marcado por dois paus a prumo, que também marcam a entrada pelo mato para uma lagoa, que dizem ser espaçosa, a que chamam Dourada, aonde vão caçar e pescar, por ser abundante de uma e outra cousa. Na proximidade da Regência, a pouco mais de um quarto de légua, onde há 4 paus fincados ao alto, e em linha para servirem de baliza, deixa-se o costão, e toma-se o caminho para o quartel da Regência, onde cheguei no dia 25 de junho de 1833, sendo já noite fechada.

Descrição do Rio Doce, principiando na sua foz do Oceano

Está esta foz na lat. de 19.º 37', e long. 42.º 10'30'', para o oeste. Tem hoje duas barras (Junho de 1833), que são mudáveis com as cheias do rio, por serem de areia, bem como os

canais e coroas, não se encontrando por aqui um só recife de pedraria.

Saí da foz do Rio Preto a sondar o Doce: atravessando-o ao N.E. direito à ponta do mato de terra firme, onde começa o pontal de areia do N. da barra, encontrei logo um canal junto da margem direita, de 10 e 12 palmos, fundo de areia grossa; mais adiante um pouco 5 p., princípio de uma coroa, tendo largado o canal com 31 braças de largo; continua o fundo na coroa de 5 p. -|- 5 p. -|- 5 p., a qual fica a S.E. do boqueirão da barra do norte, deixado a coroa, segundo canal 14 p. de fundo de areia grossa, vai a 12, 8, 7, 6, 6, sempre a rumo de N.E. 8 p. segunda coroa, e a barra do N. segue ao S.E., terceiro canal, 10 p. de fundo, continuando 11 p., 12, 14, 14, 14, 14, e o canal terá de 20 a 25 braças, terceira coroa, sempre seguindo a N.E.; esta coroa, que principia em 8, 6, e até 3 palmos d'água, estende-se para S.E. um quarto, e dela para o areão do pontal do N., continua o rio baixo; a largura total do Rio Doce nesta paragem, atravessando-o ao N.E., é de $\frac{2}{3}$ de milha, ou 2.000 braças.

Por continuar o baixio, virei de rumo, seguindo ao S. $\frac{1}{4}$ S.E. fundo 10 p. entrando pelo canal para a barra do N., cujo canal vai costeando a coroa acima descrita 9 p. e voltando para a barra a S.E. $\frac{1}{4}$ S. 10 p. de fundo, logo mais 11 — 12 — 13 — 13 — 14 — 15 — 14 — 15 — 15 — carregando ao S. $\frac{1}{4}$ S. E. 14 — 12 — 12 — 13 — 13 — 12 — 12 — 13 — agora a S. $\frac{1}{4}$ S.E. 12 e S. — ao 13 — 14 — 14 — 15 — coroa para a esquerda, ou para a ponta do N. — seguindo o canal, 15 — 12 — 12 — ao S. $\frac{1}{4}$ S.E., 12, e vai continuando a êste rumo para a barra, com fundo de 12 — 13 — 14 — 15. Junto ao pontal do N. há um canal pequeno, que lhe chamam falso, apesar de ter fundo 10 p. perto de terra, mas é de curta extensão, e não se devem enganar com êle os navegantes; logo junto ao dito pontal está uma coroa.

Nesta barra do N. ou no esgotadouro, vai indo o canal para a foz ou bôca, com o memo fundo de 15 e 15 palmos. O pontal do N. vem alargando à medida que se estende para o S. do seu comêço, sendo mais estreito para êste lado, é formado por um paredão de areia, tendo pela parte superior o Rio Doce, e pela oposta, ou à nascente o mar; desde a terra firme ou desde o princípio do pontal até menos de meia distância da sua totalidade, segue o rumo de S.O., com pouca diferença, e daí vai ao S. $\frac{1}{4}$ S.O. até seu fim, ou barra do N.; é muito comprido, e tem ao todo 2.350 braças, e sua largura ao S., ou ao longo da barra é de 300 braças pela curva que faz.

Acima poucas braças desta barra, a contar a largura do pontal em linha reta, tem 100 braças de largo. Êste esgotadouro, ou esganadouro, como vulgarmente lhe chamam, tem de largura total 240 braças em meia maré de enchente. Para o lado da margem esquerda do rio, é êste sempre mais baixo, e mais fundo para a oposta; o cordão fora é de grande arrebem-

tação, o rôlo do mar trabalha de contínuo sôbre êle, e seu fundo, até dentro do esganadouro, é de areia tão dura e compacta, que não admite pegar unha de ferro ou fatecha, o que é mau para as embarcações; além do cordão não há baixios e bom fundo de lama, e as embarcações têm bordada com todos os ventos, para se safarem, não estando próximas ao cordão.

Acima do pontal do norte, segue a costa da terra firme para o lado de S. Mateus, ao N. $1/4$ N.E. e N.E. $1/4$ N. — A montanha denominada Mestre Alvo, ou Alvaro, fica da ponta do pontal do N. ao S.O. $1/2$ S., parece uma ilha alterosa. O canal vai seguindo da bôca do ancoradouro do N. na proximidade da curva do pontal ao S., conservando para êste lado na sua borda do N. 10 palmos de fundo — 10 — 10 —, e o fundo do bom canal é de 15 p. — 16 — 16 — seguindo ao S.E. a encontrar o outro canal de que falei acima. Entre êstes canais há uma coroa que tem princípio na entrada do esgotadouro, pela parte de cima, ou do rio; a coroa, bem como quase tôdas as de que tratei já, estão sempre cobertas d'água na baixa mar, conhece-se bem o lugar delas e dos canais pelo movimento da água na superfície do rio; esta coroa em meia maré tem d'altura d'água 7 e 5 palmos.

Segui do pontal do N. ao rumo de O. $1/4$ N.O. para o pontal do S., demorando-me uma grande coroa ao S.O. do canal do N.; fui seguindo, rastejando a dita coroa em 4 palmos pelo N.: esta coroa descobre bastante na baixa mar, e na cheia vê-se sempre trabalhar sôbre ela o rolo do mar; ela formava o focinho do pontal do S. o ano passado por êste tempo, seguindo êste pontal por onde está hoje a barra do S. que abriu com a força da grande cheia que houve, subindo o Rio Doce a altura ainda não vista pelos habitantes, chegando êste rio a romper pela parte do N. a deitar as águas por cima da terra baixa daquele lado, para o rio pequeno, que vai sair pela barra de Monsarás, que de tempos em tempos abre para esgotar no mar, cujo transbordamento serviu de muito ao quartel da Regência, que de certo ficaria inundado.

Livrando a ponta da tal grande coroa pelo N., fundo 10 palmos, endireitando para a Atalaia — 11 — 12 — 13 — 10, apresentando-se outra ponta da grande coroa, 10 — 6 — seguindo-se a S.O. $1/4$ O. a entrar no canal do S., perto da margem do rio, 10 ps. — 14 — 14 — 14 — 13 — 12 — bem perto da margem onde está a Atalaia 13 — 12 e 12, mesmo junto à terra, e quase encostando 14 e 13.

O pontal do S. acaba em ponta aguda ao S. $1/4$ e $1/2$ ao S. E. da Atalaia, e ao mesmo rumo fenece a ponta do S. da ilha de areia que separa as duas barras; que tem de comprimento 225 braças medidas de N. a S.; seu extremo S. tem de E. a O. 75 braças; e o N. 50 também de E. a O.; e o máximo comprimento da ilha é S. e O.

Segui por esta linha a E. $1/4$ S.E., e um pouco mais

adiante a E. S. E., e logo depois a S. E., tudo no esgotadouro, ou esganadouro do S., que tem de largo 70 braças de margem a margem ra ill.a, e Pont. do S.; e a sonda a estes rumos deu 12 palmos — 14 — 15 — 17 — 18 bom canal 12 — 18 — 17 — 14 — 14 — 13 — 13 — 12 — 12 — 12 — 12 — 10 — 8 — 8 — 8 — 4 — 3 — 3 —, ao pé da ilha; êste esgotadouro e seu canal segue ao S. S. O., e a sua bôca no cordão (o qual está hoje na mesma barra) segue ao S. 1/4 S. A Atalaia, a parte de cima da grande coroa e o pontal do N., estão no rumo de E. 1/4 N. E.; e a êste mesmo rumo fica a Atalaia arredada da margem do rio 15 braças, e da mesma Atalaia apresenta-se o estirão, rio acima ao N. 1/4 N. E.

O Mestre Alvo fica ao S. O. do pontal do S.; a costa do mar vai curvando desde a ponta aguda do pontal, para a ponta dos Comboys, e desta para a barra do Riacho, ficando esta barra da ponta dos Comboys ao S. O.; da mesma ponta aguda curva a margem do rio para a Regência côncavamente, e esta fica ao N. 1/4 e 1/2 ao N. O. da Atalaia. Vai seguindo um canal ao longo, e muito perto da praia para o lado da Regência de 14 — 15 — 16 e 17 palmos, e largo, depois a meia distância da Atalaia para a Regência, encontra-se uma corozinha coberta com 4 e 5 ps. d'água; dá-se-lhe resguardo, e segue o canal mais fundo por fora dela, sempre de boa altura, inclinando-se ao salvar a dita coroa, para o Rio Preto, e ilha das Bexigas, que fica logo acima, como adiante direi; e naquella direção é mais forte a correnteza d'água, que carregam do estirão do rio, de encontro à dita ilha, e dali ao S. S. E.

Ao S. O. 1/4 O. da ponta do Pontal do S. do Rio Doce, demora a ponta do S., que vai do Riacho, curvando, que vem a ser a do N. da Aldeia Velha; sinuosidade notável entre esta ponta e a do Rio Doce.

Do pontal do S. estende-se um estirão ao N. até a povoação dos índios, na margem esquerda; o qual em frente à Regência inclina para o mar ao S. S. E. — O grande cordão de areia dura circunda as praias dos pontais, ilha de Areia, e boca das duas barras, vindo a correr mesmo junto à bôca da do S., como já disse, o que é raro; espera-se que brevemente fechará esta barra do S., apesar de ser hoje a de melhor entrada; sendo a que costuma durar mais tempo a que se dirige ao S. E., ou S. E. 1/4 S. As barras nas suas bôcas têm 14 e 16 palmos em meia maré de enchente, que é quando se acomete a sua entrada, e vento feito pelo S. e S. S. O., mais 1/4 menos 1/4.

O ano passado tinha o Rio Doce uma só barra, que demorava ao S. E. 1/4 E.; e o esganadouro tinha ao todo de largura 60 a 80 braças. O cordão da barra do S. vem da ponta da ilha da Areia já mencionada, e curva brandamente para N. N. O., passando pela bôca da barra, até findar na praia, a 70 braças distante da ponta do pontal do S., caminhando-se

para o lado da ponta dos Comboys pela concavidade da dita praia.

Sôbre o pouco alto e areiento barranco da margem direita do Rio Doce, e muito perto da Atalaia, tem princípio uma lagoa, que se estende para o lado do quartel da Regência alargando para o S. O., em grande parte coberta de alto pinco, e mui piscosa; sôbre o costão do lado do mar para o pontal estende-se outra medíocre; e para dentro, não longe destas, uma terceira, à vista do caminho que vem das baías para o quartel.

A distância do pôrto do Rio Preto, pelo quartel da Regência, até à Atalaia, é a seguinte: segue-se primeiro ao S. $1/2$ S. E. 145 braças, ao S. $1/4$ S. O. 248 para salvar, pela parte de cima, a lagoa do barranco da margem direita; depois a E. $1/4$ S. E. para a Atalaia, por cima do pontal do S., 105 braças ao todo 498 desde o pôrto do Rio Preto até à Atalaia, 498 braças a contar por dentro. Por fora, ou pela praia da margem do N., desde a foz do Rio Preto até à mesma Atalaia, que somente se pode seguir em baixa mar, é ao S. $1/2$ S. O., 124 braças — ao S. S. O. 62 — ao S. O. $1/4$ S. 31 — ao S. S. O., 155 — ao S. $1/4$ S. E. 31 — ao S. S. E. 62 braças — ao todo 465; diferença de uma a outra distância 33 braças. Da Atalaia até ao focinho, ou ponta aguda do pontal do S., contei 82 braças.

O meio da barra do N. do Rio Doce demora (fins de Junho de 1833) ao S. E. da foz do Rio Preto. A grande coroa acima da ilha da Areia estende-se do N. N. E. ao S. S. O. — Na baixa-mar apparecem diversas coroas para o lado do pontal do N.; e ao N. E. $1/4$ N. fica o maior espraído ou baixio. — A E. N. E. apparecem coroas de meio rio para o pontal do N. — A E. S. E. $1/2$ E. coroinhas de meio rio para o lado do quartel da Regência. Tudo observado na baixa-mar, águas vivas; e o canal junto à margem direita tem 12 e 15 braças de largo.

Ao S. S. E. (continuando as observações da foz do Rio Preto) vai mostrando agora querer abrir na mencionada ilha da Areia, que divide hoje as duas barras, como já disse. Da dita foz olhando o rio acima a ponta da margem e a que chamada dos Quilambolas, abaixo da povoação dos índios, na dita margem demora ao N. $1/4$ N. E.; e a ponta debaixo, chamada dos Cachorros na margem direita a N. $1/2$ N. E.

A ilha das Bexigas fica pouco acima da foz do Preto; é baixa e de forma semi-circular pela parte de baixo, saindo do meio dela uma ponta rasteira que vai pegar com a coroa que tem para este lado, ou baixio, que divide o canal do ancoradouro, de outro medíocre, que passa à direita da dita ilha (olhando o rio acima.) O meio desta face semicircular fica ao N. $1/4$ N. O.; e o meio do canal ou ainda ancoradouro desta ilha para o barranco direito N. N. O.

Da foz do Rio Preto vai o barranco direito até frontear com o focinho de cima da dita ilha, ao N. O. e o canal a N. N. O. As coroas são compridas ao longo do rio e também em direções diagonais.

Na ilha da Areia na foz do Doce curva brandamente, com a mui aberta concavidade para o lado do rio, do N. E. ao S. O.

Da ponta do pontal do S. curva a costa do mar a O. $1/2$ N. O. até que por algum espaço de perto de 200 braças acaba esta curva em outra ponta de areia, na qual vem fechar o cordão das barras; desta ponta de areia faz a costa uma espécie de concha, e do seu fim vai seguindo ao S. O. $1/4$ O. curvando-a por distância pelo S. S. O. A primeira curvatura da costa, a contar da ponta do pontal do S. termina na linha do N. N. E. tirada pelo quartel da Regência.

Reconhecimento do Rio Doce, da foz do Rio Preto para cima, da morada do capitão José Maria, na distância de duas léguas e meia

A bôca do Rio Preto, em baixa-mar, águas vivas, tem 7 palmos de fundo; e logo acham-se nove, e entra-se no canal do ancoradouro que encosta à margem direita, ou ao alto barranco, contando-se por esta extensão de 15 braças de largo, até à coroa, que pega com a ilha das Bexigas pela parte inferior, 12, 14, 15 e 16 palmos de fundo; e a velocidade da corrente, também em baixa-mar, é de 20 braças em 55", e de 50', mais para fora. Neste bom ancoradouro, bom pela qualidade do fundo da areia grossa, e algum barro ou argila areenta e pelo seu abrigo, podem estar as embarcações juntas à terra, e até lançadas nela suas amarrações.

Da ilha das Bexigas à margem da terra firme tem 50 braças e até mais acima de meia ilha; mas carregando para o barranco direito, podem ancorar as embarcações; de meia ilha para o seu começo vai sendo menor o fundo para o lado dela, e na direção da parte superior encontra-se baixio; a ilha é cumprida em relação à sua pouca largura, e nas grandes cheias chega a ficar coberta de água; já foi muito maior e bem plantada; mas as cheias a têm demolido; hoje vê-se coberta de mato curto, e algum pasto. Chama-se das Bexigas, porque no tempo em que o defunto coronel Julião por aqui andou, encarregado dos aquartelamentos da barra, com bastante gente às suas ordens, para ela mandava os que eram afetados daquele mal. Esta ilha acaba em pont'aguda pela parte de cima, e avançando mais um pouco, vai brandamente curvando a margem direita da terra firme; e daqui para diante vão-se encontrando a cada passo canais mais ou menos fundos, coroas e baixios mudáveis com as correntezas e cheias do rio; mas que dão passagem franca a canoas de coberta até à povoação dos

índios; mas não a outras embarcações de maior porte; porque, ainda que repetidas vêzes se acha fundo sobejo para elas, é este tão variável, que não oferece um canal seguido e continuo mas sim interrompido a cada passo por coroas e baixios. Subindo o rio em canoas de porte, buscam-se as abas das coroas para se poder fazer uso das varas, e nunca se enfia a correnteza nos canais, por ser mui custosa a navegação nêles a remos, pois que as varas não tomam pé.

De meia distância na margem direita, a contar da foz do Rio Preto para a ponta debaixo, chamada dos Cachorros, na mesma margem, vai esta curvando ao N. E., em curva longa e aberta continua o fundo de areia grossa. No fim do estirão, que vem da povoação dos índios, ou seguindo acima da barra, é a corrente quase a meio rio, mais vagarosa; correm as águas 20 braças em 68"; vão encontrando-se coroas quase a meio rio; as canoas pequenas navegam bem, por terem passagem franca por cima de quase tôdas as coroas e baixios. Os canais que se vão encontrando, e principalmente no que vai em direção do rio abaixo para a ponta dos Cachorros rio acima, na proximidade de várias coroaizinhas tem de fundo 10, 12 e 14 palmos, inclinando a N. $1/4$ N. O. com 12, 13, 13, e 10 palmos; logo novo baixio se encontra, 5 palmos fundo de areia, mas o canal vai continuando diagonalmente para a margem direita, com fundo de 12 e 14 palmos. O estirão para a povoação vai aqui ao N. N. E., e a Atalaia ao S.

Carregando para a ponta Quilambola, na margem esquerda e perto desta, cai-se em um canal fundo de 15, 20, 10, 15 e 16 palmos; a corrente é mais forte vindo as aguas de encostarem à curva côncava da mesma margem esquerda, adquirindo maior velocidade para a margem direita, no princípio da parte de cima do primeiro estirão. A largura do rio em frente à ponta Quilambola é mais que a metade do que se conta do quartel da Regência, ao princípio do areão, junto à terra firme do pontal do N. — O segundo, ou penúltimo estirão para cima vai ao N. E., passando-se a mencionada ponta, que fica a meia distância, com pouca diferença do comêço do pontal do N., a afrontear na mesma margem esquerda a ponta dos Cachorros.

Da foz do Rio Preto à ponta Quilambola, conta-se pouco mais ou menos uma légua em linha reta; por cima desta ponta, e quase a meio rio, baixio de não passar a canoa, ainda que vazia, corrente ali mais fraca de 20 braças em 2' e 5"; passei um canal de mais de meio rio para a margem esquerda, de 15, 18 e 18 palmos; e a maior corrente vem do N. E. $1/4$ N.; passando o canal encontrei 10 palmos e vai a menos.

A ilha de Areia, que divide as barras, vista dêste segundo estirão, figura estar a meio rio; e as margens e pontais, tanto do N. como do S., formam duas curvas mui aber-

tas e côncavas, de modo que o primeiro estirão ou o das barras, descreve quase uma figura parabólica até ao fim do mesmo, subindo o rio.

Abaixo da ponta dos Cachorros apresenta-se um comprido espraçado, que segue obliquamente para a margem esquerda, rio acima, e termina para êste lado a mais de meio rio; e acima dêste, outro se divisa, maior e com a mesma inclinação. Junto à margem esquerda encontra-se bom fundo, de 12 e 15 palmos; e por êle se foi navegando, costeando o grande saco que faz esta margem, que pega na dilatada e mui aberta curva, que vai unir-se ao terceiro estirão. Sente-se mais forte a corrente, que se dirige ao primeiro saco; e o fundo, mesmo junto ao barranco, é de 14, 15 e 16 palmos.

O rio tem, fronteando a ponta debaixo dos Cachorros, um quarto de légua de largura; a alguma distância desta ponta, e na mesma margem, há outra, chamada a ponta de cima dos Cachorros; a ponta de baixo com a do baixio estão E. a O.

A enchente do mar no Rio Doce, em águas vivas, sente-se sòmente até quase a meio da povoação dos índios; daqui para cima nenhuma influência tem.

Da ponta de cima dos Cachorros à foz do Rio Preto, conto duas léguas; de meio rio para margem direita divisam-se 4 ilhotas cobertas de mato; a maior delas tem o nome de ilha dos Cachorros, e o dá às pontas já faladas; acham-se sitas logo abaixo da ponta de cima.

O rio em frente à povoação, e a meio dela, não tem mais de um quarto de légua. Do saco de que acima falei vai o barranco da margem esquerda ao N. $1/4$ N. O.; adiante curva mais para o fim da povoação, e segue então o N. O. $1/4$ N. para a casa do capitão e suplente do Juiz de Paz, de nome José Maria Nogueira da Gama. Adverte-se que as ilhas mais pequenas ficam logo abaixo das dos Cachorros. Vai-se aqui navegando bem junto da margem esquerda; o barranco é pouco alto, de terra areenta, que com 2 e 3 palmos de grosso, assenta em argila amarelada.

Começa a estender-se a vista pelo terceiro estirão, que se alonga de O. N. O. para E. S. E., sendo mui comprida e aberta a curva que une o segundo a êste. A ponta de cima dos Cachorros, com a ponta de cima da ilha dêste nome, demoram ao S. O. $1/4$ O. e logo por cima o rio tem menos de um quarto de largura.

Em frente à casa do dito capitão estende-se um baixio algum tanto longo de meio rio para a ponta de baixo de uma ilha, que fica logo acima da sobredita casa, e perto da margem, descoberta até quase à ilha; e em frente à mesma casa, e perto da margem, também outro baixio se descobre.

Do sítio dêste homem até à foz do Rio Preto, conto duas léguas e meia. Junto à casa do mesmo, pelo lado de cima, transbordou o rio nesta última e grande enchente, e le-

vou as águas a um rio pequeno, que sai de uma lagoa; corre mui perto dêste sítio, e depois se une a outro, e ambos descarregam no mar, fazendo a barra chamada de Monsaráz.

Descrição dos canais que devem seguir as embarcações dirigindo-se para o ancoradouro, e vindo ou da barra do S. ou da do N., com as sondas observadas em baixa-mar e correntezas. — Canal do ancoradouro para a barra do sul.

Logo fora da foz do Rio Preto passa o canal, 15 palmos de altura de água, fundo areia fina; 15 S. E. $1/4$ e $1/2$ S. 15; corre 20 braças em 55" e 50", fundo 20 palmos S. $1/4$ S. E. 15, 10, 11 ao S. ao S.S.O. 7 p., a S.O. $1/4$ S. 12, ao S. $1/2$ S. E. 12, 12, ao S. $1/4$ S. E. fronteando Atalaia, 13, 10, 10 ao S. $1/4$ S. E. ainda — 12 ao S. $1/2$ S. O. 12, 10, e a meio do Esganadouro do S. 18 p. de fundo e areia; a corrente vai a S. S. O., e é de 40" a 45", as 20 braças; e 90 a 100 a largura do Esganadouro; logo fora da bôca puxa-se ao S. $1/2$ S. O., e na bôca ao S. $1/4$ S. E.

Na ilha de Areia, que divide as duas barras, tem agora uma lagoa pequena com bastante peixe; ela fica ao N. O. $1/4$ N. com o quartel da Regência. Esta ilha d'Areia descreve uma linda curva pelo lado do mar, quase tôda convexa para êle, tendo principio na direção da ponta do O. do pontal do N., e fim em frente à ponteaguda do pontal do S., estendese uniformemente pelo lado do rio é a ilha de forma irregular, fazendo algumas pequenas pontas com suas enseadas. Da parte de E. da ponta a êste rumo do Esganadouro do N. pega o cordão; quebrando sôbre êle fortemente o mar, vai circundando a ilha, alguma distância, passa-lhe junto à sua ponta do S. e vai findar na praia, como disse, não muito distante da ponta do pontal do S., encapelando o mar por todo êle até às bôcas das barras, e entrada dos Esganadouros.

Passando ao esganadouro do N., descrição do seu canal, que dá subida para o ancoradouro às embarcações; subindo agora o rio, também baixa-mar

Vai-se encontrando de fundo 12 p., 12—14—14 ao N. $1/4$ N.E. 14 — sempre costeando a grande corôa de que tenho falado, que fica para a esquerda 14 — 14 — 15 — 14 — 14 — 14 ao N. $1/2$ N.O., e ao N. $1/4$ N. O. 15 — ao N. 15 — e 20 ao N. $1/2$ N. O. — 17 — ao N. $1/4$ N. O. 17, e a entrada do Esganadouro do N. 17 e ao mesmo rumo N. $1/4$ N.O. 18 — 20 ao N. $1/2$ N.O., costeando sempre a grande corôa 20 carregando brandamente N. $1/4$ e $1/2$ N. O. 20 — 22 — 22 — 22 fundo por aqui sempre de areia grossa, a N. O. $1/2$ O., e ao N. O. para a foz do Rio Preto 22 ao N. O. $1/2$ N. 20, ao N. O. $1/2$ O. 20 — ao N. O. corôa pequena à direita; o canal segue por entre

as duas para o ancoradouro, 15 — 12 — ao N. O. $1/2$ e $1/2$ O. 10 — 7 — 5 — este fundo preto da coroinha e 6 — 7 — 5 N. O. $1/4$ O. 4 — 5 por aqui baixo canal 6 — 7 a N. O. $1/2$ O. ao N. O. — 10 ao N. O. $1/4$ O. — 10 — 10 ao N. O. — 9 — 9 — 9 ao N. O. $1/2$ O. 10 — ao N. O. $1/2$ N. 10 — 11 — 11 — N. N. O. e 12 ao N. O., $1/4$ N. — 12 — 12 — seguindo direito ao ancoradouro, ou à foz do Rio Preto, e vai-se achando 13 p. 9, ao N. O. e o fundo areia fina; entrei no canal que vai à barra do S., por onde segui primeiro, navegando ao N. O. $1/4$ O., e junto os dois, vai-se por um só ancoradouro, logo acima mais. Deve notar-se que o Rio Doce, até no fluxo do mar, seja ou não em águas vivas, corre sempre para o Oceano, e isto mesmo quando está baixo, ou não ensoberbecido pelas cheias; a enchente não faz mais que demorar-lhe a velocidade de sua correnteza, e elevar-se a sua superfície, sentindo-se sempre nesta água doce até aos Esganadores, e sendo esta mais leve, e de corrente forte, segue por cima da salgada, que sobe por baixo no fluxo do mar: por tanto nunca a água do rio retrocede.

A foz do Rio Doce não é como as de quase todos os rios, que a tem geralmente no fundo de uma enseada ou sinuosidade mais ou menos côncava; a foz deste rio apresenta-se em uma ponta notável, que sai muito para E., de modo que a costa, tanto para o N., como para o S., recolhe muito; a seu tempo direi o que entendo sobre os motivos naturais que penso concorrerão para isto.

Providências de que precisa a barra ou barras do Rio Doce, para se facilitar a entrada às embarcações, e para segurança das mesmas

Necessita-se de uma catraia bem esquipada, que possa sair fora da barra a observar seu mudável fundo, tôdas as vezes que se fizer preciso; para que se pratique o sinal devido às embarcações que pretenderem entrar, e também para lhes ministrar a competente espia, em ocasião oportuna.

Precisam-se também seis bóias, com seus fortes arganéis, e ferros, ou âncoras capazes, com cadeias, para se collocarem bem fixas estas bóias nos convenientes lugares, a fim de marcarem o canal, ou a linha da boa entrada às embarcações, e poderem suportar uma espia em caso urgente. Estas bóias serão mudadas com a mudança que fizer a barra, no que o patrão-mor terá todo o cuidado; de modo que fique sempre em posição própria, para que se não enganem as embarcações, que devem contar seguras com o seu auxílio. Para suspender estas bóias, e transportá-las aos lugares mais convenientes, e até no mesmo canal e direção, para não arrearem seus ferros (que neste caso devem ser suspêndidos, e lançados de novo, todos os 8 dias), haverá uma barca

de sufficiente capacidade, e fundo de prato, que poderá também servir para conduzir cargas a Linhares, quando estiver devoluta.

Deve haver cabos de cairo, de 4 a 5 polegadas, para espias; digo de cairo, por serem mais duráveis e boiantes, não fazendo tanto curso ou pêso dentro da água, como os de linho; basta dizer que uma braça de cabo de linho regula em pêso a duas e meia de cairo.

Necessita-se mais de duas estacas de 7 a 8 polegadas; podem ser de linho, para dar socorro a qualquer embarcação, quando seja mister, largando-se um ferro sufficiente em lugar azado, e seguindo a estaca para a embarcação, com os cabos de espia, que devem ir dentro da catraia, nos casos em que as bóias não venham a ficar em situação proveitosa; para êste haverá três âncoras, de 4, 5 e 6 quintais, que julgo suficientes. Precisa-se também uma peça de cairo para uma estralheira ou talha de suspender as âncoras, tanto das bóias, como outras, com seus competentes cavernais bronzeados prontos.

Deve construir-se uma atalaia em cada barram caso haja mais de uma, como agora, de bons paus fincados, com altura bastante, seu girão e escada de mão, para dela se fazerem os sinais às embarcações.

É de absoluta necessidade cuidar-se já no quartel para o comandante, patrão-mor, e guarnição; pois que o atual está a cair, aproveitando-se dêle a telha e alguma madeira, bem como a telha que existe em outro próximo, que, pelo estado de ruína, já não pode ser habitado; desmazêlo notável, com que se hão tratado êstes indispensáveis estabelecimentos!

É mui conveniente construir-se um armazém por conta da fazenda pública, com suas repartições, para estas serem alugadas aos comerciantes por conta da mesma fazenda, a fim de terem onde depositem o sal e suas mercadorias; pois não há aquí uma só casa onde o possam fazer; vindo a mesma fazenda pública não só a cobrir-se da despêsa que fizer, mas a lucrar para o futuro.

Com êstes auxílios, que não são de exorbitante despêsa, posso assegurar que nos meses da sêca tornar-se-á mui praticável esta barra, que só por falta dêles é que experimentam dificuldades; desta forma virá a ser a barra do Rio Doce, senão melhor, ao menos tão boa como a de Campos; e mesmo nos meses das águas ou cheias do rio, com vento fresco desde o S.E. até E.S.E., pelo S., pode acometer-se, como já se tem visto, e sem auxílios, buscando-se sempre marés grandes, e em meia enchente.

Podem entrar no Rio Doce embarcações que demandem 10 palmos de água, como lanchas e sumacas, ou outras que não excedam aos 10 palmos; todavia não sobem o rio

além do ancoradouro da foz do Rio Preto e ilha das Bexigas.

A entrada da picada para a grande lagoa Parda, na mata, fica ao N.N.E. do quartel da Regência.

Está picada principia seguindo a O. $1/4$ N—O—, mais adiante ao N.O. chega a tocar o N., e vira para N.O., acabando por seguir o O.N.; tem ao todo, desde o seu pôrto no Rio Preto até à lagoa, 1,045' braças medidas.

A cabeça da lagoa curva para o N.E., e dela sai um dos braços do Rio Preto, o qual é mais estreito que o outro braço, que vem de outra lagoa, também de água turva que se estende para dentro da margem direita do Rio Doce, em frente à povoação dos índios. Vem correndo a lagoa Parda a O.S.O. até uma ponta que sai da mata à esquerda, e daqui vai ao S.O., até seu fim, onde apresenta uma abertura ou canal, que mostra nova comunicação; e no seu começo há 11 palmos de fundo; e o geral da dita lagoa é de 8, 9 e 10 palmos, apresentando 15 e 17 em algumas parte, bem como em frente a uma ponta da direita, acima da já mencionada; para o S. é limitado por um brejo; é tôda cercada de mataria, de águas turvas, tais como as do Rio Preto; é piscosa, seu fundo é em parte de areia, e noutras de lama; deve notar-se que as sondas acima descritas foram tomadas no tempo da sêca; o comprimento desta lagoa é de uma légua, mas a sua maior largura não excede a 150 braças; parece bem um dos compridos estirais do Rio Comboys.

Da foz do Rio Preto ao princípio do portinho da Regência, são 26 braças, e a largura dêste é de 4.

Subindo o Rio Preto, a contar da sua foz ao Rio Doce, êle segue O. até ao portinho da Regência; aqui vira a O.N.O., vai fazendo voltas a O. — O.S.O., em estirão mais compridinho, e daqui a pouco a O. volta em curva a S.S.E., e logo a O. em curva forte, e continua descrevendo a O.S.O. — S.O. — e O.N.O. — volta a N.O. por maior espaço, e a N.O. $1/4$ N. — N.O., e a N.O. $1/4$ N. mais comprido; logo a N.N.O. e a $1/4$ N. depois ao N., por maior espaço a N. N.O. $1/4$ N. e ao N., sendo por aqui muito estreito, mais comprido; depois ao N. $1/4$ N.E. — N. — N. $1/4$ N.O. — N.N.O. — N. mais longo, e ao N. $1/4$ N.O. — ao N. $1/4$ N. E. — ao N. mais longo, e vai alargando; entra-se em estirões mais compridos, e largos de 6, 7 e 8 braças de largura, seguindo primeiro ao N. $1/2$ N.E., depois ao N., ao N. $1/4$ N.O. — ao N.N.E. e segue um lindo estirão ao N., o qual volta brandamente ao N. $1/4$ N.E., a N.N.E., e torna a N. e comprido ao N. $1/4$ N.E., depois a N.N.E. a chegar ao portinho da Picada para a lagoa Parda; e para cima segue a N.E. e a N.N.E., até que, por atravancado o rio, não pude continuar.

O fundo dêste rio é em vários dos seus mais compridos estirões de areia, e noutros de lodo; conserva sempre nos seus ditos estirões 12 palmos, 10, 13, 16 de altura de

água, é em algumas partes 20, isto no tempo de sêca; êste fundo diminui quando o rio, descendo-o, entra a estreitar, e a fazer voltas; acham-se então sòmente 6, 7 e 8 palmos de água, e na parte que é estreito por estar muito sujo, saindo de suas margens irrigados arbustos, e contendo no fundo muitos páus que o atravancam. Da foz do Rio Preto até que êle principia a alargar e a seguir menos variação nos rumos, contam-se 525 braças, e daí para cima até ao portinho da Picada para a lagoa Parda, isto é, quando o rio alarga, tem 495; logo, desde a foz até ao portinho, são 1.020 braças pouco mais de um têrço de légua, ou uma milha.

A lagoa de nome Dourada fica 90 braças medidas, a contar da crista do costão da praia, segue a picada para ela ao N.O., e a êste rumo estão postos 3 altos páus, e alguns ramos, que mandei fincar para guia de entrar-se para dita picada; estas balizas estão na praia. A lagoa é de forma irregular, e sua maior extensão é de E. a O.; não é grande, dela partem diversos esteiros, que, no tempo próprio, são cheios de água; a lagoa é cristalina e saborosa; suas margens são em várias partes de areia, e noutras cobertas de capim e lodosas. Tem antas, patos, e viu-se rasto de onças; junto a vários pontos da margem mostrou 6 e 8 palmos de fundo.

A Atalaia demora ao N.E. $1/4$ E. da baía mais de fora da picada; e a ponta do Riacho fica ao N.O. $1/4$ da mesma baliza; e desta aos páus das cacimbas, medindo o costão da praia, são 1.500 braças; dêstes aos que denotam a entrada para o quartel da Regência, 1.285; e dos mesmos fica a foz do Rio Preto ao N.E., e a Atalaia a E. $1/4$ N.E.

Dos ditos paus da entrada ao quartel mencionado, são 670 braças; logo, das balizas da lagoa Dourada ao quartel da Regência, são 3.455 braças, ou uma légua e quase um sexto de légua.

Descrição do Rio Doce e dos terrenos por onde corre

De todos os rios que regam a província do Espírito Santo, é o Rio Doce o que oferece comunicação com outra província, a de Minas Gerais, que virá a ser cômoda melhorando-se a sua navegação, já frequentada todos os anos por canoas de mineiros, apesar dos obstáculos naturais que a dificultam.

Formam as mais remotas fontes dêste rio o Chopotó, o Piranga, o Ribeirão do Carmo, que passa junto da cidade de Mariana, e outros, cujas cabeceiras existem nas serranias do Ouro Preto; e recolhendo por uma e outra margem diversos rios e ribeirões de pequeno nome, recolhe também os no-

táveis Piracaba, Santo Antônio, Sucuhy-guaçu, Bugres e Cuyaté, até que, pela direita, e na proximidade da linha divisória das duas províncias, recebe as águas do rio Manuaçu (Manhuaçu).

Os maiores obstáculos que tolhem a livre e interessante navegação deste rio, são formados pelas cachoeiras do Varadouro Pequeno, Escadinha da Ponte, Inferno, Alegre, Escura, e algumas de pouca monta, tôdas na província de Minas Gerais, acima da linha divisória.

O marco pelo qual se imagina passar esta linha está fincado na margem direita, ou do sul do Rio Doce, 434 braças abaixo da ilha da Natividade, onde abicam os mineiros para vencerem o varadouro, até à foz do rio Guandú, que fica abaixo do marco 2.010 braças; é neste espaço de 2.444 braças que se apresenta o canal das decantadas Escadinhas, que forma o alveo do rio no tempo da séca; a corrente, que em geral é mais ou menos arrebatada, segundo os precipícios que encontra, segue entre muralhas alcantiladas, percorrendo planos inclinados, cheios de orifícios, precipitando-se algumas vêzes em degraus, cujas bacias estão tôdas semeadas de ruína das rochas, formando as cachoeiras da Natividade, Urubu, do Inferno, e da Sapucaia; a penúltima mais espanta pelo fragor e velocidade das águas, do que pela profundidade do salto, que será pouco maior de uma braça. O fragor é na verdade tão grande, que ninguém pode entender-se, e a velocidade da corrente tão considerável, que percorre 30 braças em 7 segundos.

É impraticável a navegação deste canal; mas perto da margem do sul, no amplo lajeado que o rio apresenta, pode facilmente abrir-se outro, aproveitando-se vários valões que a pródiga natureza ali dispôs; este canal, vindo do da ilha da Natividade, sendo-lhe fornecida as águas do rio Manuaçu, como é fácil, dará navegação franca em todo o ano, sem dependência das águas do Rio Doce; é este um meio de vencer-se cômodamente o varadouro das Escadinhas; ou também abrindo-se estradas por terra, que poderá ser direita e plana, porque assim o permite o terreno; dirigindo-se desde o pôrto chamado dos Mineiros, em frente à Natividade, até o rio Guandú. Deste para baixo é frequentada a navegação por canoas, e pode melhorar-se muito, sem grandes despêsas; e no fim de 2.228 braças, na margem austral, em posição sobranceira ao rio, e livre das máximas cheias, está o quartel do pôrto de Sousa, quase 32 léguas acima da foz, no oceano. Deste lugar para baixo ainda o rio continua, margeado de rochas; seus estirões vão pouco a pouco aumentando, notando-se algumas ilhas de pouco ponta; e para baixo da chamada Fortaleza vai-se tornando a navegação cada vez mais suave, os estirões mais longos e largos, e as ilhas e baixios se multiplicam, oferecendo à vista um arquipélago encantador e contínuo até o mar.

Do pôrto Sousa à ilha do Páu Gigante há a distância de quase 12 léguas; o aspecto do país, a contar da linha norte, sul, desta ilha para cima, é mui diverso daquele que se observa da mesma linha para este até ao oceano; a superfície dos terrenos que se alongam de uma a outra margem, é bastantemente irregular; divisam-se montanhas, umas encadeadas, outras isoladas; anunciando tudo a proximidade da grande muralha que, do sul ao norte, sustém o rico e pujante continente brasileiro pelo oriente, passando por todas as províncias marítimas.

Do Páu Gigante para baixo recreia-se o observador com o delicioso quadro de longos, largos e alegres estirões, semeados de ilhas e baixios, que oferecem uma vista agradável e pitoresca; a maior parte dos quais ficam submergidos nas enchentes do rio; estes estirões se tornam com efeito notavelmente compridos, logo que o rio corre pelos dilatados, planos e produtivos terrenos, até ao oceano; parece que um enorme volume de águas (que talvez outra direção tivesse) rompendo os diques naturais nos terrenos altos, onde desce o rio, veio formar nos baixos esta graciosa e interessante parte do seu corpo gigantesco.

As margens vão tornando-se pouco altas, com pequenas exceções, em geral a superfície superior das ilhas, guarda o mesmo nivelamento das margens; os terrenos, que se alongam para um e outro lado, são cobertos de espessa mataria, rica de diversas e excelentes madeiras de construção, e matizadas de muitos lagos, sempre piscosos; são inumeráveis os quadrúpedes que se encontram, aves, répteis, vermes e insetos de diversas raças; mas, por infelicidade nossa, torrões tão pingues não têm sido aproveitados.

Em todos os estirões há canais, uns permanentes, porque as correntes seguem sempre uma direção; outras, variáveis quando se abrem no corpo dos mesmos estirões, e na proximidade da barra; mas, não deixando nunca de havê-los, segue-se que é mister marcá-los todos os anos, passada a cheia, para que facilmente se navegue, o que pouco custa. A entrada da barra dêste rio tem feito grande bulha, e a idéia terrível que se há concebido e espalhado acêrca dela, será talvez a causa motriz dêste país delicioso estar ainda aqui despovoado; por fatalidade, nunca se entrou em sério e rigoroso exame dos motivos por que se julga perigosa a entrada do Rio Doce, nem tão pouco por que se não perdido nela facilmente algumas embarcações; e é tal terror pânico, que nem o Seguro quer segurar para aquele pôrto.

A barra é perigosa para os ignorantes que a demandam, e por falta de providências bem conhecidas e fáceis, que auxiliem a sua entrada; e eis aqui tudo. Conhecendo os navegantes que devem esperar no seguro e franco pôrto de Aldeia Velha, vento próprio para demandar a dita barra, e

que, saindo com êle firme, como geralmente se mostra em ocasião de luas, nos meses de Maio, Junho, Julho, Agôsto e Setembro, êle não lhes faltará decerto no curto espaço de 26 a 27 milhas, que tem a navegar, para chegarem à mencionada barra; e que ou com diminuição de pano, ou com algum bôrdo no mar, e na terra, se devem sustentar, para não varar a mesma barra, esperando que a maré chegue a meia enchente, para então a buscarem com força de vela, caso não seja despropositado o vento; conhecendo mais os navegantes a simples linguagem do sinal que se lhes há de fazer da Atalaia, e que, sendo mais de uma embarcação, devem guardar entre si distâncias suficientes, para se não embarçarem na entrada; podem sem receio acometer o cordão, que facilmente hão de vencer, bem como o esganadouro, ficando a salvo em poucos minutos. O cordão nunca apresenta menos de 14 palmos de água, quase em baixamar, como observou o patrão-mor, e mais no canal do esganadouro, altura bastante para as embarcações de cabotagem, que demandam 10 palmos, que são as próprias para êste pôrto; isto acontece quando há duas barras; mas quando o rio apresenta sômente uma, como é geral, então ainda sobe a sonda a maior altura.

Está pois o primeiro risco na passagem do cordão, caso o navegante não haja tomado as indicadas precauções, e não esteja atento a obedecer ao sinal que lhe indica o rumo, para vencer o mesmo cordão, e logo se há de orçar ou arribar, para correr o esganadouro, onde encontra já maior fundo, e é nele que está o segundo risco, no caso de acalmar o vento de repente; porque, não podendo a embarcação voltar atrás, e correndo o rio sempre para fora, ainda que encha a maré, forçosamente há de encostar à praia; é pois para desviar êste risco o auxílio de uma catraia com espias firmes, nos arganêus de bóias, pois que dêste lugar não pode a embarcação usar de seus ferros, que não unham, por ser o fundo de areia mui ligada e dura, de superfície lisa e escorregadia.

Aquí temos, pois, desviados os dois únicos riscos com estas poucas atenções a executar. Suponhamos agora que a embarcação que se dirige à barra é de porte de 10 palmos de água e que o cordão não está capaz de consentir-lhe a entrada, até por ser mui forte nele o rôlo do mar; neste caso o patrão-mor ou o práctico da barra faz-lhe sinal para não a acometer; e a embarcação tem amplo mar para navegar, sem o menor receio de dar à costa; pois que a posição da foz do Rio Doce, relativamente à mesma costa, tanto para o N. como para o S., assim o permite, mesmo por não haver ali travessia, favor que não experimentam tôdas as barras de areia; e até se quizer, não sendo rijo o vento, pode fundear ao mar do cordão, porque acha excelente fundo de lama, e não tem que temer baixio ou recife algum,

que o não há, tendo somente cuidado de não fundear de 12 braças de água para terra.

Guardadas estas precauções, e com o auxílio do sinal da Atalaia, será má a barra do Rio Doce para os loucos que, cegos e temerários a demandem. As embarcações movidas por vapor são as mais próprias para a navegação dêste rio, que a poderão praticar já em todo o tempo do ano, desde a entrada da barra até ao Guandú, sendo construídas de madeira que demandem pouca altura de água, semelhantes às barcas de Campos, que tantos quintais de açúcar carregam.

No rio Preto, que entra no Rio Doce, pouco acima da barra, junto ao quartel da Regência, pode abrir-se um excelente molhe ou doca, seguro abrigo para as embarcações; e é onde se recolhem atualmente as que se dirigem àquele pôrto.

Na província do Espírito Santo, além do Guandú, não tem o Rio Doce por tributários ou rios dîgnos de nota; divisam-se porém na margem setentrional as bôcas dos esgotadouros de formosos, fundos, limpos e extensos lagos, como o grande Juparanã, de quase 5 léguas de comprido; o Juparanã-mirim e o do Carlos; todos abundantes de diversidade de pescado; e por todos aquêles terrenos, apesar de escassamente explorados, têm-se descoberto e vão-se descobrindo outras lagoas, sendo bem conhecidas as de Aviz, próxima à vila de Linhares; a de Aguiar, que fica a pouco mais de uma légua para o sul, e comunica com o rio Comboys que entra no Riacho, e êste no oceano, 8 léguas de costa ao S. O. da barra do Rio Doce.

Dez léguas acima da foz do Rio Doce, e na confluência dêste com o que vem da lagoa Juparanã-açu, e lhe serve de escoante, está a medíocre vila de Linhares, em posição alta, plana e desafogada; é o lugar mais setentrional dêste rio; o terreno estende-se muito para o N., na direção do têrmo de S. Mateus, e é apto para muitas e ricas plantações, oferecendo exuberantes proporções para vir a crescer ali uma interessante e grande povoação, logo que seja frequentada a navegação do mesmo rio, o qual pode ter outras comunicações com o oceano, além da própria, ou pelo da Aldeia Velha, ou pelo Comboys; por aquêlê facilitando-se o trajeto de 5 léguas que, por terreno plano, vai da margem do sul, poucas léguas acima de Linhares, ao alto Piraquê-açu, que é continuação do dito rio da Aldeia Velha; e por êste servirá o já mencionado Rio Preto, a comprida lagoa Parda, os lagos que, no mesmo rumo, comunicam com o Comboys, melhorando-se por meio de arte quanto a natureza oferece. Franqueado o trajeto do Rio Doce para Piraquê, bem depressa se comunicará pelo novo caminha de Linhares, com Aldeia Velha; e abrindo-se outro pelo grande assentado que vai daquela vila para a de S. Mateus, virá a estrada

desta para a cidade da Vitória a ser muito mais curta e cômoda.

A posição geográfica do Rio Doce o torna de um interesse reconhecido às províncias de Minas Gerais e do Espírito Santo; a esta, porque a sua prosperidade depende incontestavelmente de francas e livres relações comerciais com aquela, que a seu turno obtém por êste canal comunicação fácil com o oceano; e por ventura serão somente estas províncias as que tirem real proveito de facilitar-se a navegação do Rio Doce? Não, certamente; as de Goiás e Cuiabá a devem ambicionar também; seus comerciantes se escusarão de descer 16 gráus e meio, com pouca diferença, de latitude austral, aos 23 e mais para chegarem aos portos marítimos, conduzindo seus efeitos (os poucos que o podem fazer) às costas de animais, pelo espaço de centenas de léguas, com tantos riscos e fadigas; encare-se bem a direção do Rio Doce relativamente a estas províncias e as suas principais povoações, que decerto não restará a menor dúvida em concluir-se que é um bem necessário aos povos, e mui proveitoso ao estado, cuidar-se com eficácia dos meios que podem tornar cômoda a sua navegação.

Mas, que outras e grandes vantagens resultam de facilitar-se a navegação do Rio Doce? A indústria, a agricultura, o comércio e a mineração partilham estas vantagens. Os terrenos adjacentes a êste rio produzem exuberantemente diversas e ricas plantas, frutas e legumes; por entre êles se estendem longas e pingues vargens, fundas e piscosas lagoas, dilatadas e virgens matas, auríferos rios, preciosas e ainda não resolvidas serras e morros; finalmente terrenos, tanto na província do Espírito Santo, como na de Minas, em que a natureza prodigalizou seus dons, para ventura e regalo da espécie humana; todavia tão grandes bens têm sido até agora desprezados!

(Transcrito, por seu valor informativo e histórico, da Revisão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo VII (1845), terceira edição, páginas 339 a 367 — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1931).

Informação Sôbre a Navegação Importan- tíssima do Rio Doce

De Manoel Vieira de Albuquerque Tovar

(Copiada de um manuscrito oferecido ao Instituto pelo sócio correspondente o Sr. José Domingos de Athayde Moncorvo)

Sendo o Rio Doce um dos primeiros que se conheceu e navegou, logo depois do descobrimento do Brasil, subindo por êle Sebastião Fernandes Tourinho e Antônio Dias Adorno, no princípio do reinado do Sr. Rei D. Sebastião, até hoje se não tem franqueado a sua navegação; nem tão pouco se tem conhecido os muitos rios auxiliares, que o enriquecem; e tanto um como outros teriam decisivamente felicitado as ricas capitanias de Minas Gerais e do Espírito Santo. Mas o céu guardava para aumento da glória do nosso augusto soberano, depois que veio felicitá-lo com a sua real presença êste grande continente, o franquear-se a navegação de rios tão interessantes, por meio dos quais as cidades e vilas do centro do Brasil se comunicarão com os portos de todos os impérios e reinos do mundo.

Muitos e mui deferentes têm sido os pareceres daquelas pessoas que, sem conhecimento ocular da navegação do Rio Doce, e dos obstáculos que a embarçam, formavam planos para se removerem e destruírem as cachoeiras e obstáculos, fazendo-se diques e canais, já para se impedirem os ataques dos gentios; outros, ainda que tinham navegado aquêlê rio e visto as suas cachoeiras, contudo não podiam conhecer os meios de remover obstáculo algum, pois lhes faltavam os conhecimentos precisos. Estas e algumas outras razões fizeram que, desde o ano de 1800, tempo em que se formaram os quartéis de Souza e Lorena e se fez a divisão das duas capitanias, estabelecendo-se destacamentos para servirem de registo, etc., o comércio das duas capitanias não tivesse até hoje aumento algum; nem tão pouco os estabelecimentos d'agricultura e mineração, os quais devem sempre marchar a par da navegação e comércio do mesmo rio.

O governo da capitania de Minas, sempre duvidoso de quais seriam os meios que adotaria para conseguir tão importante obra, ora estabelecia destacamentos, ora os levantava, faltando-lhe sempre o conhecimento ocular, ou de pessoa de confiança e inteligência, que cabalmente lhe fizesse ver os meios que se deviam adotar; e assim tem decorrido quase dez anos sem que os povos de uma e outra capitania tenham recebido interêsse algum de tão interessante navegação, dependendo contudo a real fazenda grossas somas em formar quartéis, fazer canoas, e já entretendo destacamento, fiéis, canoeiros etc., existindo do mesmo modo, como talvez existiram há muitos séculos, os obstáculos que hoje existem e dificultam aquela navegação.

A navegação do Rio Doce, de sua barra até o Pôrto de Souza, é franca e boa, e pouco abaixo do dito Pôrto de Souza, admite barcas, que podem velejar e mesmo bordejar. O tempo que se gastará nesta navegação não se pode calcular exatamente, pois a maior ou menor porção d'água ou vento influi na maior ou menor velocidade das embarcações, e, por consequência, no espaço corrido em certo tempo dado. Mas regularmente uma canoa varejada gasta 5 a 6 dias, do Pôrto da Regência ao de Souza; e, dêste àquele. 2. A sua carga é de 90 a 100 arrobas, e de uma barcaça de 800 a 1000. Pouco acima do Quartel de Souza, até Natividade, é que existem as 5 cachoeiras, denominadas — As Escadinhas — as quais occupam o espaço de duas, a duas léguas e meia. Estas de modo algum podem ser totalmente destruídas, e tão pouco se podem abrir canais, pois as rochas e montões de pedra que existem nas margens do rio, e de que é formado o seu leito, impedem a factura de qualquer obra, que o mais hábil hidráulico ali quisesse dirigir, pois o aumento do volume d'água de 30 palmos nas grandes cheias, o seu pêso e velocidade adquirido no plano inclinado por onde corre, destruiriam e arruinariam os canais e diques que se formassem nas ditas cachoeiras; sendo preciso enormes somas pecuniárias para se formarem, e iguais despezas para se conservarem.

Mas, atentas as razões que vou a expor, a existência das ditas cachoeiras pouco ou nada podem influir no comércio das duas capitánias, o qual ganhará muito em se permu-tarem ali os gêneros; a navegação será mais fácil, e todos os mais estabelecimentos ganharão bem rápido progresso.

Se a navegação de todo o Rio Doce admitisse barcas, as cachoeiras das Escadinhas lhe serviriam de um grande obstáculo; mas como muitos lugares do rio, que pertencem à capitania de Minas Gerais, só admitem navegação de canoas, sempre no último destes se deveriam baldear os gêneros para barcas. Pois bem: se a Natureza estabeleceu a navegação dêste rio, bem como de cabotagem (por assim me exprimir) fazendo o comércio, de pôrto a pôrto, em embarcações costei-

ras, porque se não fará o comércio de tão rica capitania em canoas na parte do rio, em que estas podem navegar, e em barcas naquela em que o rio as admite? O lugar mais conveniente para se poderem baldear os gêneros de uma para outra embarcação é sem dúvida nos limites das duas capitânicas; e baldeando-se os gêneros, porque se não permutarão logo? Permutando-se, as grandes cachoeiras das Escadinhas ficarão como negativas a bem do comércio e navegação, de que resultará grandes vantagens à agricultura, mineração, povoação e extinção do gentio, e ao mesmo comércio a navegação.

Formando-se no Pôrto da Natividade, que fica acima das Escadinhas, armazéns para se receberem todos os gêneros de importação e exportação, as canoas de Minas, chegando àquele pôrto não terão demora alguma, senão em permutarem ou venderem as suas carregações. Nos armazéns que já existem no Pôrto de Souza se receberão igualmente os gêneros de importação ou os já permutados, não tendo demora alguma as embarcações que ali navegarem até a foz do rio, senão a entregar as cargas nos armazéns, e receber aquelas que ali estiverem já permutadas ou vendidas. Feitos êstes estabelecimentos, e concluida a estrada do Quartel de Souza para o de Natividade, pela qual possam andar bestas, carros ou carroças, estas de manhã conduzirão os gêneros que estiverem depositados nos armazéns de Souza; e de tarde, voltando, conduzirão aquêles já comprados ou permutados, que existirem nos armazéns de Natividade.

Pôsto isto, o comércio se aumentará mais e mais, pois a permuta dos gêneros se fará em menor tempo, e os riscos e despêsas se dividirão entre os negociantes de Minas, que ali forem negociar com aquêles que, naquele mesmo lugar, formarem estabelecimentos. A navegação será mais fácil, por ser feita em menos tempo, em diferentes embarcações, e por canoeiros práticos das duas partes do rio, e adoecerem menos do que se fizessem tôda a navegação.

A agricultura terá grande aumento no Pôrto de Souza e Natividade, não só pelo terreno ser muito produtivo, como pelos estabelecimentos, que imediatamente ali se farão para criação de bestas, bois, etc., e pela concorrência de comerciantes, fazendeiros, etc. Em poucos anos os dois quartéis serão grandes aldeias ou vilas. Do aumento da população vêm o estabelecimentos da mineração nos rios Guandu e Maia-Naçu, ricos em minas de ouro (como é constante); e todos êstes estabelecimentos contribuirão muito para a civilização do gentio, ou serem afugentados daqueles produtivos e auríferos terrenos, ou para sua total extinção; e desta maneira fica obviado o grande obstáculo das cachoeiras das Escadinhas, resultando as vantagens acima ditas.

A navegação do Pôrto da Natividade até a barra do

rio Cuieté, ainda que tem a vencer as muitas pequenas dificuldades da Cachoeira do Inferno, e passagem do M., contudo em toda a estação do ano se pode navegar, sem ser necessário descarregar canoas, etc. Em duas horas, dez canoas passaram aquêles dois pequenos obstáculos, só com o trabalho de serem puxadas por cabos ou cipós. Três a três dias e meio é o tempo que regularmente se gasta da Natividade ao Cuieté. O aumento dos estabelecimentos tanto do Arraial do Cuieté como do destacamento que existe na barra, será de mui grande vantagem à navegação e comércio do Rio Doce, como igualmente à agricultura, mineração e povoação, pois o seu terreno é o mais produtivo e aurífero que se conhece. Da barra do Cuieté à foz do rio Sussuí Grande se gasta dia e meio, sendo a navegação mais franca e boa. Este rio enriquecerá a comarca do Cerro Frio, até Minas Novas, donde se exportarão os seus belos algodões por muito menos preços do que hoje se exportam, como todos os mais gêneros de exportação, recebendo em trôco e a melhor mercado os gêneros de consumo. A navegação interessante dêste rio se deve animar o mais possível, fazendo-se quartéis, destacamentos e todos os mais estabelecimentos que se julguem precisos.

De Sussuí Grande à cachoeira do Boguari se gasta dia e meio, e em toda esta navegação se não encontra cachoeira ou dificuldade alguma que a interrompa ou dificulte, exceptuando a passagem da Figueira, cujo pequeno obstáculo ficará removido tanto que se quebrem duas pedras, o que é da maior facilidade possível; e hoje mesmo é um obstáculo de tão pequena monta que dez canoas a passaram em meia hora.

A cachoeira do Boguari, ainda que fôsse possível destruir-se (o que se não conseguiria sem despêsas enormes e grandes dificuldades) nunca jamais se devia fazer, pois é bem de supor que se descobrissem outras cachoeiras, que igualmente impedissem a navegação; e para que se não de fazer despêsas pecuniárias e expor a novas dificuldades, havendo um meio bem fácil de se obviar aquêles obstáculo; e vem a ser: mudar-se o quartel, que existe no ilhote Boguari, para terra firme, no lugar mais conveniente, fazendo-se franca a estrada, que ali se mandou abrir, de modo que possam andar carrinhos de mão ou mesmo carros ou carroças. Pôsto isto, as canoas que navegarem do Pôrto da Natividade até a dita cachoeira, logo que alí chegarem serão imediatamente descarregadas, e as suas cargas conduzidas nos ditos carrinhos ou carros até o cimo da cachoeira, aonde se embarcarão em canoas, que ali sempre devem existir. E como a distância do princípio da cachoeira ao fim apenas será de dois tiros de bala de mosquetaria, em muito pequeno espaço de tempo as cargas serão baldeadas de umas canoas para outras; e praticando-se o mesmo com as que descerem de cima,

ficará desta maneira obviado o embarço da cachoeira do Boguari, resultando ao mesmo tempo dêstes estabelecimentos grandes vantagens à agricultura e povoação do Rio Doce, e tanto uma como outra, por todos os modos se deve sempre animar.

Da cachoeira do Boguari à barra do rio Santo Antônio dos Ferros, se gasta pouco mais de um dia. A navegação deste rio se deve animar o mais possível; assim como todos os seus estabelecimentos, pois virá a ser um canal de riquezas para as duas comarcas de Sabará e Cerro Frio.

Da barra do rio de Santo Antônio à Cachoeira Escura se gasta menos de um dia, e tôda a navegação de uma cachoeira a outra é a mais franca e boa, podendo mesmo navegar grandes barcas. O obstáculo desta cachoeira será fácil destruir-se, com muito pequena despêsa, abrindo-se um canal da parte do Leste, o qual terá a extensão de um tiro de bala de mosquetaria; e logo que se abrir o canal, o quartel da Cachoeira Escura deverá passar aquela parte, para proteger a navegação e comércio, etc. Mas enquanto se não abrir o dito canal, os mesmos estabelecimentos que se devem fazer na cachoeira do Boguari igualmente se devem fazer nesta.

Da Cachoeira Escura à barra do rio Piracicaba se gasta um dia, e subindo por êste rio até o Pôrto das Canoas, dia e meio. Neste pôrto se deve estabelecer um destacamento, reedificando-se o quartel, que alí existe, e formar alguns armazéns.

Desta maneira, não só a navegação do Rio Doce e de todos aquêles que o enriquecem terão um rápido aumento, como o comércio, agricultura e mineração de tôdas as comarcas do interior do Brasil, pois é bem sensível a grande diferença da despêsa que hoje se faz na importação de todos os gêneros, àquela que se fará pelo Rio Doce. Uma canoa conduz a carga de 10 a 11 bestas, e custa 16\$000 a 18\$ rs., não fazendo diâriamente despêsa alguma; e uma besta, custando 40\$000 a 50\$ rs., fará despesa diâria de milho, ferragem, aparelhos, etc.; acrescendo que uma canoa dura muitos anos, e as bestas morrem e adoecem com muita facilidade nas grandes e dificultosas viagens, principalmente no tempo das águas.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1810.

(Transcrito por seu va'or histórico, da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, tomo I, 3a. edição, Rio de Janeiro, 1908, páginas 134 a 138)

Noticiário

Roubo de imagens na Igreja de Nova Almeida

Assim teve notícia, através da imprensa desta Cidade, do assalto levado a efeito na Igreja de Nova Almeida, de onde foram roubadas preciosas imagens, a Diretoria do IHGES expediu ofício ao Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, dando-lhe ciência do ocorrido e solicitando providências no sentido da recuperação daquelas relíquias.

O caso foi tratado na sessão da Diretoria realizada no dia 25 de março de 1960, sendo, todavia, até agora infrutíferas tôdas as diligências efetuadas pela Polícia do Estado e do Rio de Janeiro, bem como pelo SPHN.

Comemorações do IV Centenário de morte de Vasco Fernandes Coutinho

Não descurou a atual Diretoria do Instituto no que se refere às comemorações que devem assinalar, no ano de 1961, a passagem do IV centenário do falecimento do nosso primeiro Donatário.

As atas das sessões dos dias 25 de março, 1º de abril, 15 de setembro de 1960, e as de abril e maio do ano de 1961 dão conta da preocupação e do interesse do Instituto nesse sentido.

O senhor Presidente, Dr. Ceciliano Abel de Almeida, manteve contactos com o sr. Manuel Maria Valente, Vice Cônsul de Portugal neste Estado, solicitando-lhe procurasse através de busca nos arquivos portugueses, elementos que pudessem fixar a data exata, quer do nascimento, quer da morte de Vasco Fernandes Coutinho.

O consócio Professor Guilherme Santos Neves, através de entendimentos mantidos com o seu amigo, senhor Gastão de Bettencourt, Chefe da Secção de Intercâmbio luso-brasileiro do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (Lisboa), também procurou conseguir os referidos dados. Conforme correspondência trocada com aquêle ilustre folclorista — correspondência que foi lida numa das últimas sessões do Instituto — a consulta do referido consócio fôra encaminhada, pelo Dr. Gastão de Bettencourt, ao senhor Dr. Alberto Iria, Diretor do Arquivo Histórico Ul-

tramarino (referência em carta de 21 de fevereiro de 1961), que, todavia, esclarece (transcrição em carta de 28 de março do mesmo ano) infelizmente não ter sido possível “encontrar neste Arquivo, qualquer documento esclarecedor do mês e dia do falecimento do pioneiro Vasco Fernandes Coutinho, fundador da Vila do Espírito Santo.

Restos de velha embarcação na praia de Nova Almeida

Também a respeito dos restos de antiga embarcação aflorados nas areias da praia de Nova Almeida, o Instituto procurou investigar, após divulgação do fato dada pela imprensa de Vitória e doutras Capitais.

Membros do Instituto, inclusive o senhor Presidente, estiveram naquela localidade. O assunto foi ventilado em sessão da Diretoria, tendo sido expedido ofício ao Serviço do Patrimônio Histórico Nacional.

É interessante transcrever aqui tópicos do Parecer, assinado pelo sr. T. Selling Junior, dirigido ao sr. Contra-Almirante Cesar Augusto Machado da Fonseca, Diretor do Serviço de Documentação da Armada (Ministério da Marinha), e encaminhado a este Instituto pelo sr. André Carloni, representante, neste Estado, do SPHN:

“Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1960

Prezado Senhor:

Respondendo ao seu pedido para tentar a identificação dos restos da embarcação encontrados ultimamente em Nova Almeida, na costa do Estado do Espírito Santo, tenho a satisfação de informar que do meu fichário relativo a naufrágios em águas brasileiras consta um que coincide com os informes que me foram dados: Brigue Sueco NORTON. Comandante Johan TANQUIST. Equipagem 7 homens.

No dia 8 de abril de 1873, à noite, procurando refúgio e estando com água aberta, naufragou sobre os recifes de Nova Almeida. Nessa mesma ocasião, o “Jornal do Comércio” noticiava sucintamente ser a embarcação austríaca de nome MOSTON, porém, só o nome do comandante, tipicamente nórdico, invalida essa informação.

Penso também ser êsse o mesmo brigue sueco de nome NURDEN que passou pela cidade do Salvador, Bahia, em 1841, e que um erro de informação ou impressão tenha alterado um pouco a grafia do nome. Êsse último nome todavia parece ser o mais correto — NURDEN é uma região do Norte da Escandinávia,

enquanto NORTON é o nome de um armador de navios, da atualidade na Escandinávia.

O Brigue realmente naufragou nos recifes que bordam o local, como podemos ver na carta n.º 1402 do Serviço de Hidrografia da Marinha, e posteriormente, os restos, atirados à praia, foram cobertos pela areia, agora, pelo próprio mar, removida.

É possível também que outras partes, como a figura de proa, muito usada na época, se não foram transformadas em lenha ou material de construção, estejam enterradas em outro local da praia, ou levadas para outros locais distantes, para o Sul, direção da corrente que nesse ponto desce a nossa costa.

Quanto a outros dados sobre a embarcação, os informes de que disponho e os coligidos no local, não permite avaliar, mesmo a grosso modo a sua tonelagem, pois faltam os relativos ao comprimento, boca e pontal. Determinar, mesmo aproximadamente, a tonelagem em função da equipagem é impossível”.

.....
“Quanto à possibilidade de serem os destroços remanescentes de alguma caravela naufragada, conforme foi sugerido aos jornais, não vejo qualquer possibilidade, mesmo remota, por várias razões: 1º) O simples fato de ser forrada de cobre, prática iniciada por volta de 1760, segundo o arqueólogo naval norte-americano DAVIS, não permite supor tal possibilidade, porquanto, segundo FERNANDEZ DURO, julga-se que as caravelas deixaram de navegar por volta do meado do século XVII. 2º) As dimensões: as da caravela “Santa Maria” — segundo reprodução de 1929 — eram de: comprimento entre pp.... 25,66m; Boca 7,53m; Pontal 3.34m (...) Sendo a proporção entre o comprimento e a boca de cerca de 2,5m, o que torna muito bojudas as caravelas — a própria conformação e dimensão do fundo do casco encontrado, com cerca de 20m de secções de cavernas praticamente idênticas, e que faz estimar o seu comprimento acima de 30 metros, afasta finalmente tal suposição”

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

O desbravamento das selvas do rio Doce, de Ceciliano Abel de Almeida. Volume 103 da Coleção Documentos Brasileiros, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959.

“No momento em que o Brasil põe de novo em foco seu velho espírito de desbravamento e conquista de regiões não habitadas, marchando para a implantação de uma nova capital em pleno Oeste despovoado, uma obra como a de Ceciliano Abel de Almeida — **O Desbravamento das Selvas do Rio Doce** — que a Livraria José Olympio Editôra acaba de lançar na Coleção Documentos Brasileiros, adquire um relêvo e uma significação especiais. Pois com êsse livro, de fato, coloca-nos o Autor, ilustre e provecto engenheiro a quem Luís da Câmara Cascudo, prefaciador do volume, chama de “coluna firme e sólida, plantada na terra da coragem”, diante de uma realização pioneira pouco conhecida das gerações atuais, qual seja a da construção da ferrovia Vitória a Minas, pelo vale do Rio Doce, responsável pelo transporte das grandes riquezas de ferro que dormem em Itabira, a Itabira que tão fundo ressoa nos versos de um grande poeta moderno. Caderno de reminiscências de um técnico e de um pioneiro, não é êsse livro, no entanto, apenas o frio depoimento de um engenheiro, erigido daquela terminologia difícil dos especialistas. É muito mais do que isso, é um depoimento pessoal rico em detalhes humanos e pitorescos, em descrições da natureza exuberante do Rio Doce, em fixação de hábitos e costumes pouco divulgados das populações sertanejas do Espírito Santo, de lendas que o homem das cidades praticamente desconhece.

Mas, ao lado dêsse aspecto memorialístico, deve-se recordar que a obra de Ceciliano de Almeida também traz preciosa contribuição de natureza literária, revelada na linguagem às vêzes clássica do Autor em quase todo o livro, e outras enriquecidas em muitos passos pelo ineditismo de um vocabulário cujas raízes estão no próprio viver dos ferroviários, em cujo meio labutou o Autor os melhores anos de sua mocidade. Capaz de ser amplamente entendido e estimado no seu autêntico valor humano e documental, **O Desbravamento das Selvas do Rio Doce**, de Ceciliano Abel de Almeida, é um dêsses

livros que, escritos para homens e não para máquinas, testemunham a verdadeira grandeza de que se reveste o trabalho fecundo quando animado pelo espírito e por um nobre ideal”.

(Transcrito de “O Diário” de Belo Horizonte, edição de 5.9.1959, da secção “No mundo dos Livros”)

Medicina Rústica de Alceu Maynard Araújo — Volume 300 da Coleção “Brasiliana” da Companhia Editôra Nacional São Paulo, 1961.

Com êste livro o Autor, a par de conquistar o Prêmio Brasiliana para 1959, apresenta mais uma contribuição á literatura antropológica brasileira, á qual vem se dedicando, com trabalhos valiosos, nos últimos vinte anos. Araújo, juntamente com Trujillo Ferrari, Altenfelder Silva, Octávio Eduardo, Esdras Borges e outros, foi um dos pesquisadores de comunidade que, sob a direção geral do Prof. Donald Pierson, estudaram o Vale do Rio São Francisco. Portador de invejável “background” no campo das pesquisas folclóricas não se limitou á análise sociológica da comunidade que lhe coube, na foz do Rio, e se aprofundou no estudo de suas tradições populares, durante quase um ano.

O capítulo inicial versa a geografia e história da região cuja medicina de folk é exaustivamente estudada nas partes subsequentes da obra, enriquecida por catorze apêndices, 31 ilustrações e excelente índice remissivo.

Os especialistas talvez discordem da designação que o autor dá á medicina de folk, bem como não aceitem outros neologismos propostos como pingaterapia (o vocábulo pinga nos parece mais usual na área paulista). No entanto o estudo é sério e sobretudo chama a atenção da medicina acadêmica para um campo pouco estudado, a não ser por Eduardo Campos no Ceará, Pimentel Amorim em Alagoas, José Lima na Bahia, Fausto Teixeira e Raposo Fontenelle em Minas e Oswaldo Cabral em Santa Catarina entre outros. Não há assim estudos de antropologia aplicada á medicina em âmbito nacional e as Faculdades, salvo nos cursos especiais de saúde pública, se furtam de aparelhar os futuros médicos com noções básicas de ciências sociais.

A Coleção Brasiliana, que sempre se manteve em alto nível dentro de suas congêneres, merece louvor por ter escolhido, através de rigorosa seleção nacional, para sua tricentésima publicação, um trabalho notável de pesquisa, qual seja a Medicina Rústica de Alceu Maynard Araújo.

Regiões culturais do Brasil de Manuel Diégues Júnior
— Volume segundo da série "Sociedade e Educação" do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura — Rio de Janeiro 1960.

Diversas tentativas têm sido feitas, por geógrafos, linguistas, antropólogos e simples curiosos, no Brasil, para apresentação sistemática de suas regiões culturais.

Atendendo a convite que lhe fez o CBPE do Ministério de Educação e Cultura, o distinto antropólogo Professor Manuel Diégues Júnior retomou o trabalho de Silvio Romero, porém possuindo agora aparelhagem conceitual mais refinada. E o resultado de sua pesquisa bibliográfica e inquérito de campo é este indispensável livro ao estudioso de nossa história.

Inicialmente, o autor conceitua região cultural, como a entendem os cientistas sociais, e estuda a aplicabilidade do conceito ao nosso país. A seguir, apresenta, em quatro capítulos, um excelente ensaio, por sua profundidade, sobre o sentido e desenvolvimento da ocupação humana nacional. A parte seguinte, em 10 tópicos, versa as regiões culturais, sua formação, características e condições atuais. Finalmente é apresentado o panorama cultural do Brasil contemporâneo.

Nossas regiões culturais isoladas pelo Professor Diégues Júnior são o nordeste agrário do litoral, o mediterrâneo pastoril, a Amazônia e a atividade extrativa, a mineira do planalto, o centro-oeste extrativo e pastoril, o extremo sul pastoril, a colonial estrangeira, zona do café, do cacau, do sal, da pesca e a faixa industrial, estas duas últimas ainda não constituindo região com autonomia, uma a extinguir-se e outra ora se firmando.

No que diz respeito ao Espírito Santo, em particular, o A. examina o fracasso de nossa colonização (p. 40) o desflorestamento do Vale do Rio Doce (p. 47) manifestações urbanas (p. 91) o fabrico do açúcar (p. 109) a colonização estrangeira (p. 343) nossa cultura do café (p.p. 374, 378 e 391), cultura do cacau (p. 410) e influência cultural do antigo Distrito Federal (hoje Estado da Guanabara) sobre nossa própria sub-cultura (p. 470).

O estudioso poderá discordar de certa falta de homogeneidade nos critérios seletivos das características predominantes das regiões culturais, mas não pode negar o excepcional esforço criador do autor, cuja tese central é que "os contatos inter-regionais vão intensificando essas manifestações e

acentuando as tendências de semelhanças que contribuem para o sentido de unidade que vimos mostrando. (grifo nosso)

O ensaio é seguido de bibliografia através da qual se pode aquilatar o cuidado com que a pesquisa foi realizada e que a valoriza sobremaneira.

Consideramos **Regiões Culturais do Brasil** obra indispensável nas estantes brasileiras, e mui especialmente obra de manuseio constante aos estudantes dos cursos de geografia, história e ciências sociais de nossas Faculdades de Filosofia.

R. J. C. P.

S U M A R I O

Centenário do Dr. Antônio F. de Athayde

Notícia	3
Discurso do Prof. Nelson A. Almeida . .	4
Discurso do Dr. Aníbal de Athayde Lima	12
As santas relíquias de Anchieta — Guilherme Santos Neves	14
Viagem de Pedro II ao Espírito Santo — Levy Rocha	18
"Viagem de Pedro II ao Espírito Santo", Mário Freire	21
A visita imperial à Província do Espírito Santo, Jair E. Dessauze	24
Criminalidade mateense em fins do século XIX, Renato J. Costa Pacheco	51
Atitudes perante a lei, em uma sub-cultura brasileira, Renato J. C. Pacheco	54
O Hino Nacional Brasileiro, Norbertino Bahiense	57
Anchieta, pela primeira vez no Espírito Santo, Guilherme Santos Neves	70
Cinquentenário da Diocese espírito-santense, Nelson Abel de Almeida	75
Os Cursos Jurídicos no Brasil, Placidino Passos	80
Vasco Fernandes Coutinho, Luís Guilherme Santos Neves	83
Terra Natal, João Mota	90
Documentos sobre o Rio Doce, Machado de Oliveira	100
Informação sobre a navegação importantíssima do Rio Doce, Manuel Vieira de Albuquerque Tovar	128
Noticiário	131
Resenha Bibliográfica	135